ISSN – 1807 - 2674

15

REVISTA de ECONOMIA POLÍTICA e HISTÓRIA ECONÔMICA

Ano 05 – Número 15 – Dezembro de 2008

Índice

05
Os 160 Anos de Atualidade do Manifesto Comunista

Luiz Eduardo Simões de Souza

17
A Economia Política do Governo Lula da Silva

Luis Antonio Paulino

51
João Pinheiro da Silva, um Desenvolvimentista nos Primórdios da República? Um Diálogo com as Fontes

Marcos Fábio Martins de Oliveira

106
Desenvolvimento Financeiro e Crises no Brasil Imperial

Thiago Fontelas Rosado Gambi

141
Trabalho Produtivo e Serviços em Marx

Lincoln Secco

162
Resenhas:

FIGUEIREDO, J. *Modos de ver a produção no Brasil.*
PIRES, M. *Brasil e China na Globalização.*

http://rephe01.googlepages.com

Expediente

REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA E HISTÓRIA ECONÔMICA
Número 15, Ano 05, Dezembro de 2008
Uma publicação semestral do NEPHE – Núcleo de Economia Política e História Econômica
Rua Luciano Gualberto, 52 – Cidade Universitária – São Paulo – SP – CEP 005000-000
http://rephe01.googlepages.com
e-mail: rephe01@hotmail.com

Conselho Editorial: Júlio Gomes da Silva Neto, Lincoln Secco, Luciene Rodrigues, Marcos Cordeiro Pires, Marina Gusmão de Mendonça, Osvaldo Luis Angel Coggiola, Paulo Queiroz Marques, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Romyr Conde Garcia, Rubens Toledo Arakaki, Wilson do Nascimento Barbosa, Wilson Gomes de Almeida.

Edição: Luiz Eduardo Simões de Souza, Vitor Eduardo Schincariol
Revisão: Eduardo Hardmann

Autor Corporativo: NEPHE – Núcleo de Economia Política e História Econômica

A REPHE – Revista de Economia Política e História Econômica – constitui mais um periódico acadêmico que visa promover a exposição, o debate e a circulação de idéias referentes às áreas de história econômica e economia política. Pretende-se que a periodicidade da REPHE seja semestral.

Editorial

O décimo-quinto número da Revista de Economia Política e História Econômica surge sob o espectro de uma crise econômica mundial de extensão e continuidade ainda desconhecidas, mas já temidas.

Há mesmo um retorno saudável aos clássicos Marx e Keynes da parte do chamado "mainstream", que clama por uma Agenda do Estado aonde se considerara o mesmo inconveniente e até mesmo olha a trajetória de "crescimento sustentado" do Capitalismo mundial com certa desconfiança. Não é à toa que Luiz Eduardo Simões de Souza relembra alguns pontos do Manifesto Comunista, obra importantíssima que comemora seus 160 anos de publicação revestida de uma atualidade assustadora.

A REPHE 15 prossegue com Luis Antonio Paulino, que aborda a Economia Política do governo Lula; Marcos Fábio Martins de Oliveira, que relembra e revê o pensamento de João Pinheiro; Thiago Gambi, que estuda as crises econômicas do Império brasileiro e Lincoln Secco, que encerra o número abordando a questão do trabalho produtivo e serviços em Marx.

Nunca é demais agradecer a colaboração e boa vontade de todos os envolvidos na edição da REPHE.

Os Editores

Ficha Catalográfica

Revista de Economia Política e História Econômica / São Paulo, Núcleo de Economia Política e História Econômica -Número 15, Ano 05, *Dezembro* de 2008 – São Paulo, NEPHE, 2000 -

Semestral

1. História Econômica. 1.Economia Política

Os 160 Anos de Atualidade do Manifesto Comunista

Luiz Eduardo Simões de Souza[1]

Resumo
Em 2008, o Manifesto Comunista, uma das obras-primas de Karl Marx e Friederich Engels completou 160 anos. A eclosão da crise mundial no último semestre conduziu vários analistas a uma reavaliação da teoria marxista, dando às idéias de Marx sobre a natureza e a evolução do Capitalismo uma nova oportunidade de entendimento e interpretação. Esse caráter de "atualidade" é próprio ao Manifesto, e mesmo à teoria de Marx, dada a sua proximidade com a realidade concreta, que contrasta com o distanciamento apresentado pelas demais teorias. Voltar ao Manifesto e a Marx não constitui apenas movimento inevitável da análise conjuntural, mas a necessidade mesmo das teorias mais avessas às conseqüências apresentadas pela própria teoria marxista de buscarem fundamentos sólidos para a interpretação da realidade.

Palavras-chave: Marx; Engels; Marxismo; Manifesto Comunista; Crise

Abstract
In 2008, the Communist Manifesto, one of Karl Marx and Friederich Engels´s masterpieces, has completed 160 years old. The outbreak of the economic mundial crisis in the last semester led several analysts to a reevaluation of the Marxist theory, giving to the thoughts of Marx about the nature and development of Capitalism a new opportunity of understanding and interpretation. This up-to-date character it´s characteristic to the Manifesto and to the Marxian theory, given its proximity to the concrete reality, which contrasts to the social escapism of other theories. Getting back to the Manifesto and to Marx goes beyond the inevitable short-term analysis, consisting a theoretical need of the non-marxist approaches to plant their basis on a solid ground for the interpretation of reality.

Keywords: Marx; Engels; Marxism; Communist Manifesto; Crisis

"What is globalization? Here is one of the best answers. It is the 'constant revolutionizing of production' and the 'endless disturbance of all social conditions.' It is 'everlasting uncertainty.' Everything 'fixed and frozen' is 'swept away,' and 'all that is solid melts into air.' Yes, you have read this before. It is from the Communist Manifesto, by Messrs. Marx and Engels."
– New York Times

[1] Doutor em História Econômica, professor da UFRGS. luizedu@hotmail.com.

Introdução

Alguns livros ficam velhos antes mesmo de saírem do prelo. Outros tantos já apodreceram na cabeça de seus autores sem que ganhassem o papel. O Manifesto Comunista, escrito por Karl Marx e Friederich Engels em 1848, não apenas fugiu desses dois anátemas como ainda hoje, mais de um século e meio depois de vir à luz, mantém seu frescor, sua pungência analítica, e soa atual na maior parte de seus trechos, como se tivesse sido escrito (ou reescrito) à revelia do tempo.

Originalmente concebido para ser uma "leitura dos trabalhadores" do Partido Socialista, que ganhava corpo à época na Europa, o Manifesto se tornou a porta de entrada de muitos estudiosos para a doutrina marxista, atraídos pelo estilo fluente, erudito, a análise limpa e implacável e a franqueza afiada presentes em cada linha. Tal precisão confere força ao documento, que adquiriu uma influência que ainda hoje, 160 anos após sua publicação, encontra-se presente não apenas entre os marxistas, mas também nos demais analistas do Capitalismo. Entre os socialistas, o Manifesto Comunista caracteriza uma corrente que nele se tornaria preponderante pelas décadas seguintes: o *socialismo científico*, em contraposição às contribuições de outros autores socialistas, considerados "utópicos" a partir de então.

O mundo era outro quando o Manifesto Comunista foi publicado. Uma grande parte da Europa ainda possuía resquícios feudais, e a industrialização – com suas conseqüências sociais e econômicas – se dava predominantemente na Inglaterra. Esta se apresentava como a principal potência econômica e militar do século, bem

como o paradigma econômico de todos os Estados-Nação que se formariam a partir da segunda metade do século XIX no continente europeu. As concepções industriais, de "livre-comércio", e de formação das urbes seriam ditadas pelo exemplo inglês de tomar-se a atividade capitalista como fator aglutinador no espaço. A demanda dos contingentes populacionais arremessados naquele contexto por maior liberdade política, bem como por condições de vida menos desfavoráveis encontraria ampla identificação no discurso do Manifesto Comunista, dada a clareza com que este descrevia a sua formação como classe social dotada de uma pseudo-liberdade política, derivada de uma pseudo-igualdade jurídica, associada ao total desprovimento de meios produtivos que não fossem sua própria força de trabalho. Assim, o reconhecimento do proletariado como classe social, sua oposição à classe social dos capitalistas e o próprio conceito de luta de classes são contribuições do Manifesto não apenas à teoria política em senso estrito, mas à própria tomada de consciência do proletariado acerca de sua condição, aspecto que Marx considerava imprescindível na superação do modo capitalista de produção.

Mais de um século e meio após, o Manifesto se apresenta, ainda que com o mesmo discurso, a uma outra platéia. Sem perder sua proximidade com o estabelecimento de uma massa crítica do proletariado sobre sua realidade concreta (e os meios e métodos de sua transformação), o Manifesto revelou-se uma descrição bastante adequada do Capitalismo, não apenas em suas características, mas em seus comportamentos tendenciais e o que foi apontado como contradição crônica, qual seja a incapacidade progressiva de realizar a valorização de valor até o momento em que se

deflagra uma "crise econômica", Este conjunto de "fatos estilizados" concatenados, submetidos ao devido contexto histórico faz com que, desde sua publicação, nos momentos de crise econômica mundial, volte-se ao Manifesto para buscar-se, no mínimo, as pistas que explicam os acontecimentos que resultaram na crise. É por isso que hoje, mesmo em tempos de "bolsas virtuais" e de "capitalismo digital", o Manifesto e Marx mantém sua atualidade. Examinar alguns dos aspectos que a mantém é o objetivo destas notas.

Uma pequena história do texto

O *Manifesto do Partido Comunista* (*Manifest der Kommunistischen Partei*) foi originalmente publicado em 21 de fevereiro de 1848, em Berlim, e assinado por Marx e Engels. A primazia autoral parece pertencer a Marx, já que Engels, em um prefácio da edição alemã de 1883 do Manifesto afirma que este fora "essencialmente o trabalho de Marx[2]". Há evidência de que o Manifesto foi escrito a partir de um manuscrito originalmente concebido por Engels entre 1845 e 1846, e que, no processo de produção da obra, vários membros do Partido Comunista, reunidos em Londres à época, tiveram participação[3]. O Manifesto do Partido Comunista foi elaborado por Marx e Engels como programa da Liga dos Comunistas por decisão do seu II Congresso realizado em Londres, em 1847. Representava o triunfo dos defensores da nova linha proletária no quadro das discussões havidas no interior do movimento. Dado o conjunto da obra, assim, é razoável atribuir-se a concepção intelectual do Manifesto em primeira mão a Karl Marx, com uma razoável colaboração de Friederich Engels, e dos apontamentos

[2] MARX, K e ENGELS, F, *The Communist Manifesto*, introduction by Martin Malia New York: Penguin group, 1998, pg. 35

[3] MCLELLAN, D. *Karl Marx: selected writings*, Oxford University Press, 2000, p .245.

críticos do meio intelectual e político no qual Marx e Engels viviam.

A primeira edição inglesa do Manifesto Comunista data de 1850. Marx e Engels escreveram prefácios para novas edições em 1872 (alemã), 1882 (russa), 1883 (alemã) e 1888 (inglês). A primeira tradução para o português do Manifesto data de 1872, e foi realizada de terceira mão, a partir da tradução espanhola feita de uma tradução francesa de 1872, juntamente com o original alemão. Entre julho e dezembro de 1923, o jornal *Voz Cosmopolita*, publicaria o Manifesto Comunista em trechos. A primeira edição integral no Brasil foi lançada em 1924.

O Contexto Econômico Mundial à Época

Quando o Manifesto foi escrito, em meados do século XIX, a Europa recuperava-se das Guerras Napoleônicas, aumentando e desenvolvendo sua produção, graças à introdução de novas tecnologias. Dava-se grande concentração industrial e demográfica na Inglaterra, França, Alemanha e Bélgica. Os bancos difundiam-se, desempenhando papel cada vez maior no comércio interno e exterior. O capitalismo rumava para a sua fase mais liberal, expandindo-se pelo globo e estabelecendo a divisão internacional do trabalho. A "pax brittanica" apresentava-se como uma nova "idade de ouro", com a difusão do livre-câmbio, eliminação das fronteiras políticas, integração das economias nacionais num sistema econômico mundial, e, como resultante, o estabelecimento de zonas de poder derivadas da supremacia britânica sobre o globo.

Nos EUA, a marcha da indústria para o Oeste, ocorrida a partir de 1860, em busca de terra, recursos naturais e mão-de-obra de baixo custo, ilustra outro lado do desenvolvimento do

Capitalismo naquele momento histórico. Até o final do século XIX, a república americana deixaria de ser uma região primário-exportadora para se tornar uma potência industrial.

Tal crescimento não se registrou sem abalos. O século XIX também se caracterizou por crises cíclicas do capitalismo. Esses abalos foram registrados na história econômica do mundo, por constituírem verdadeiros marcos divisores de épocas, por vezes com profundos reflexos sociais. Os principais e mais significativos picos de crise do capitalismo internacional no século XIX foram: (a) 1847-48; (b) 1857-58; (c) 1865-66; (d) 1873-74; e (e) 1885-87.

O caráter cíclico dessas crises explica-se por um aspecto inerente ao Capitalismo: a tendência decrescente da taxa de lucro. A vontade de aumentar a taxa de lucro dos capitalistas os leva a aumentar a produção, dispondo-se a aumentar a taxa real de salários dos trabalhadores. O aumento do lucro favorece a competição, o que acaba fazendo a produção crescer acima da necessidade do mercado. As vendas diminuem e há a queda da taxa de lucro, o que leva os capitalistas a aumentar a composição orgânica do capital, para manter ou aumentar a taxa de lucro.

Em 1847, sobrevieram dificuldades nas construções ferroviárias da Inglaterra, arrastando atrás de si a construção civil, com repercussão nas indústrias mineradora e metalúrgica e conseqüente baixa da produção e dos preços. Isso acarretou crises monetárias e bancárias na Inglaterra e na França, com desemprego e depressão dos salários, o que resultou em levantes populares na Inglaterra, com o renascimento do Cartismo, e as circunstâncias políticas de 1848, na França, Alemanha, Tcheco-eslováquia, e Hungria. A

abertura do mercado chinês permitiu outra fase de expansão ao capitalismo, a qual foi incrementada ainda pela descoberta de ouro nos Estados Unidos e na Austrália.

A superestimação das jazidas de ouro recém-descobertas, associadas à quebra de empresas ferroviárias nos EUA, Inglaterra e França, somadas à especulação imobiliária e à crise na indústria de transformação decorrentes em parte da oferta metálica, deflagraram outra crise. Nos Estados Unidos, entre 1857 e 1858, 9.655 empresas fecharam suas portas, com passivo maior do que 400 milhões de dólares.

O período seguinte incensou o livre-câmbio na França e na Inglaterra, permitindo breve e tênue recuperação. Mas a Guerra Civil Americana (1865 – 67), causaria outra crise, que acarretaria diminuição do consumo, baixa da produção, crise monetária, crise especulativa e desemprego. Casas bancárias inglesas e francesas entraram em liquidação.

O desfecho da Guerra Franco-Prussiana, com a vitória dos germânicos, em 1870, acelerou a acumulação na Alemanha, em função das indenizações francesas de guerra. A competição pelo mercado internacional fez com que a Inglaterra expandisse as fronteiras de seu comércio internacional, forçando suas zonas de influência e colônias a adotar um rígido controle monetário, o qual gerava um jogo no qual, vitoriosa ou não em sua política local de controle cambial e oferta monetária, a localidade favorecia os interesses britânicos.

A onda de expansão britânica teve a companhia de alemães, belgas, franceses e holandeses, na formação do imperialismo moderno, com a “Partilha da África” (1870 – 1914) e a disputa pela Ásia, gerando instabilidades econômicas periódicas. Em 1873, eclodem crises ferroviárias,

mineiras e metalúrgicas na Alemanha, cuja queda de preços abalaria a Bolsa de Viena, produzindo pânico especulativo. Entre 1871 e 1873, mais de seis mil empresas faliram nos Estados Unidos, provocando enormes filas de desempregados.

Entre 1882 e 1884, a crise no mercado da Bolsa retornou nos EUA e na França. O desemprego grassaria, não apenas nos Estados Unidos e na França, mas também na Inglaterra, que teria índices particularmente elevados em 1887. O século XIX terminaria apresentando êxodos demográficos crescentes dos países industrializados para a América e as ex-colônias européias. Mas as tensões da disputa por mercados mundiais preparavam o ambiente do conflito que se deflagraria em 1914. Não é fora de propósito, ao cotejarem-se os trabalhos de Hobson, Lenin e Veblen sobre os movimentos da Economia e da Política internacionais à época, deduzir a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) como o resultado dos movimentos de longo prazo previstos no Manifesto. Este, assim, é uma obra escrita sob um contexto de crise e que convive desde cedo com as crises crônicas das quais sofre o Capitalismo.

Estrutura da Obra

O Manifesto Comunista é composto de quatro seções. Após o famoso exórdio inicial (Um espectro ronda a Europa...), tem-se: (I) Burgueses e Proletários; (II) Proletários e Comunistas; (III) Literatura Socialista e Comunista e (IV) Posição dos Comunistas em Relação aos Partidos de Oposição.

A principal fonte da vitalidade do Manifesto parece vir de seu caráter desmistificador, iconoclasta mesmo. Propriedade, Liberdade, Cultura, Família, Religião... Marx joga, um a um, os ícones tidos como absolutos na sociedade burguesa na parede dura da realidade, esfacelando-os. O primeiro desses ícones – e o que parece ser a grande vontade

de Marx, Engels e a Liga Comunista – é o próprio conceito vulgar de Comunismo. O Manifesto, em última análise, nada mais faz do que acender a luz para mostrar que os trabalhadores não devem temer o "bicho-papão" do Comunismo, mas antes a falta de luz que faz com que se torne possível a crença em "bichos-papões".

Alguns analistas, sobretudo à época dos 150 anos do Manifesto (1988), buscaram ressaltar a descrição das realizações da burguesia na história da humanidade como uma prodigalidade de Marx em relação à classe que – "em última instância" – teria promovido a maior fase de desenvolvimento na história. Isso parece ter aberto portas à leitura e comentário do Manifesto dentro da imprensa e literatura burguesas. Faz-se necessário colocar reparos a essa visão da postura intelectual de Marx frente à burguesia. Em primeiro lugar, chamamos a atenção para o conceito de "luta de classes" dentro da teoria Marxista. Que em sua fase hegemônica se tenham criado e construído instituições que celebram valores universais humanísticos, como o poder das idéias e o apreço à liberdade – ainda que formal e ficcional – não impede a Burguesia de assumir seu caráter transitório como classe dominante na história universal. Em segundo lugar, Marx inteligentemente associa a construção basal dessas instituições na base da pirâmide social, na classe criada pelas relações sociais de produção estabelecidas pela burguesia e que terminaria por servir-lhe de algoz, inexoravelmente: o proletariado. As criações, o "progresso" que a burguesia se arroga, na verdade, são resultado do trabalho do proletariado, o qual muito mais e melhor faria sem a burguesia, à medida que o tempo passa.

Mais adiante na obra, há uma clara iniciativa de dissociar o pensamento e a prática política marxistas das demais formas de socialismo ou comunismo, das quais não escapam Fourier, Owen, ou mesmo Proudhon, considerado como "Socialismo Burguês". Novamente, como em toda a obra de Marx, o cerne da transformação está presente na mudança das relações sociais de produção. No caso do Manifesto, essa mudança é imperiosamente revolucionária e está a cargo do proletariado.

As Crises Econômicas

No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels desvendaram uma característica das crises econômicas muito cara ao modo de produção capitalista – a sua *conveniência* à classe dominante:

> "Nas crises eclode uma epidemia social que teria parecido um contra-senso a todas as épocas anteriores: a epidemia da superprodução. A sociedade vê-se bruscamente de volta a um estado de barbárie momentânea: dir-se-ia que a fome ou uma guerra geral de aniquilamento tolheram-lhe todos os meios de subsistência: a indústria e o comércio parecem aniquilados. E por quê? Civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso. As forças produtivas de que dispõe já não servem para promover a civilização burguesa e as relações de propriedade burguesas; ao contrário, tornaram-se poderosas demais para essas relações e são por elas entravadas. E assim que superam um obstáculo, precipitam toda a sociedade burguesa na desordem, colocam em perigo a existência da sociedade burguesa. As relações burguesas tornaram-se estreitas demais para conter a riqueza que produziram. Como a burguesia supera as crises? De uma parte, pelo aniquilamento forçado de um enorme contingente de forças produtivas; de outra, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais acirrada dos antigos. Por intermédio de quê? Preparando crises mais extensas

> e mais violentas e reduzindo os meios para prevenilas”[4].

Há, também, um caráter dúbio nas crises do capital. Por um lado, elas servem para reforçar os movimentos de centralização e concentração capitalistas. Por outro, o esgarçamento das relações sociais – causado pelo empobrecimento da pequena-burguesia e pela imiseração do proletariado – acentua ainda mais as contradições sociais distributivas desse modo de produção, podendo conduzi-lo ao colapso, e à revolução.

Considerações Finais

Em que estaria, então, o segredo da longevidade do Capitalismo, dado que pelo menos uma boa mão cheia de crises econômicas mundiais o afetaram? Poderíamos, com algum esforço imaginativo, considerar, juntamente com Wheen e Schumpeter, que as crises sob as quais Marx vivia no século XIX – e sob as quais escreveria o Manifesto – seriam “dores do parto” antes de “estertores de agonia”[5]. Mas e as crises do século XX, em especial a de 1929? Ali foram necessárias duas grandes concessões: a doutrina de pleno emprego e a agenda do Estado, arremessadas pelo Keynesianismo a um capitalismo que afundava em pontos de equilíbrio insuficientes para suprir a demanda efetiva. E a crise em que entramos em 2008, que apresenta um perfil bastante semelhante à crise de 1929, com uma escala muito maior? O pensamento reacionário não perderia a oportunidade de dizer que o “socialismo real” foi, inclusive, “testado e reprovado”, em sua prova histórica. Tamanha pressa em

---

[4] MARX, K e ENGELS, F. *Manifesto Comunista.* São Paulo: Paz e Terra, 1993 (1848), p. 33-34.
[5] WHEEN, 2001, p. 116.

encaminhar o enterro do socialismo talvez venha do medo que o defunto, de uma hora para outra, acorde.

Em nossa opinião, há que se considerar uma gama maior de fatores, entre os quais o mais importante é a historicidade dedutiva das categorias marxianas. A inevitabilidade da derrocada do capitalismo é produto de reflexão lógica dentro do sistema marxiano, e não uma simples previsão, como afirmam detratores e/ou desconhecedores da teoria. O que está em jogo, atualmente, parece ser o desgaste do meio ambiente e dos recursos naturais do planeta. Um sistema predatório, dispendioso e perdulário como o Capitalismo parece ser o mais inadequado à reversão desse quadro. Resta saber qual das paciências vai terminar antes: se a do proletariado ou a da Natureza. As prestidigitações tecnológicas do atual modo de produção, assim como suas estratégias de sobrevivência nos últimos 160 anos, não foram mais do que reações a uma força que lhe parece irresistível no longo prazo, força essa que, ao tomar consciência de si, perceberá que nada tem a perder a não ser seus grilhões.

Fontes e Bibliografia

MARX, K e ENGELS, F. *Manifesto Comunista.* São Paulo: Paz e Terra, 1993

WHEEN, F. Karl Marx. Biografia. São Paulo: Record, 2001.

MCLELLAN, D. *Karl Marx: selected writings*, Oxford University Press, 2000.

MARX, K e ENGELS, F, *The Communist Manifesto*, introduction by Martin Malia. New York: Penguin group, 1998,

A Economia Política do Governo Luiz Inácio Lula da Silva

Luís Antonio Paulino[1]

Resumo
Este artigo faz um balanço parcial da política macroeconômica brasileira no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2008). Muitos analistas tendem a ver a política macroeconômica do governo Lula como mera continuidade da política macroeconômica do governo anterior. Embora em certos aspectos seja possível observar elementos de continuidade entre a política macroeconômica dos dois governos, o argumento central deste artigo é que tal visão é simplista e deixa de considerar diferenças significativas entre as políticas econômicas nos dois períodos.

Palavras-chave: Brasil, Governo Lula, Política Macroeconômica.

Summary
This article assesses partially the Brazilian macroeconomic policies in the government of the President Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2008). Many analysts tend to see the macroeconomic policy of the President Lula government as mere continuity of that of the previous government. Although in some important aspects it is possible to observe continuity elements in the macroeconomic politics of the two governments, the point of this article is that such vision is simplistic and do not consider outstanding differences between the economic policies between both periods.

Keywords: Brazil, Lula Government, Macroeconomic Policy.

Todos os países desenvolvidos são parecidos; os subdesenvolvidos, entretanto, o são, cada um, a seu próprio modo. A história do subdesenvolvimento brasileiro, assim como dos demais países latino-americanos, tem raízes comuns em seu passado colonial, na forma subordinada como se inseriram, ou foram inseridos, no capitalismo global no momento em que surgiram como nações. Cada um, entretanto, trilhou seu próprio caminho. Para tanto contribuíram não apenas as condições iniciais de sua formação política, econômica e social, mas as opções que

---

1 Luís Antonio Paulino é professor de economia internacional no curso de Relações Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/Marília e Diretor do Instituto Confúcio na Unesp.

foram tomadas por suas classes dirigentes nas inúmeras encruzilhadas históricas com que se depararam ao longo do tempo. O sucesso ou o fracasso das nações não é obra do acaso e nem ocorre de um dia para o outro; exige trabalho persistente e meticuloso de muitas gerações para construir o caminho do sucesso ou o enredo da tragédia.

Em 120 anos de República, durante os quais 28 presidentes da República ocuparam o poder no país ao longo de 30 mandatos, o Brasil passou por mudanças profundas. Transformou-se de economia primário-exportadora em economia industrial e de serviços; de um país rural, onde 90% dos seus habitantes viviam no campo, em uma nação urbana, em que as cidades abrigam mais de 80% da população total. Ao longo desse período o Brasil se defrontou com inúmeras encruzilhadas históricas e em cada uma delas, para o bem ou para o mal, foi construindo seu caminho. A mais importante, no período republicano, foi a Revolução de 1930. Foi naquela ocasião em que se iniciou a construção do Brasil moderno. Toda a base econômica, política e institucional do Brasil atual foi estabelecida entre 1930 e 1945, durante o primeiro governo de presidente de Getúlio Vargas. Não sem razão, Getúlio Vargas é considerado o mais influente dos brasileiros na história da nação.

Uma segunda encruzilhada histórica de grande importância foi o golpe militar de 1964. Rompeu-se ali o pacto nacional, em que trabalhadores, empresários e governo comungavam a crença comum no desenvolvimento como um projeto de toda a nação. Entre concluir ou interromper o projeto de nação que se iniciara no período Vargas, radicalizando a opção democrática, cuja expressão maior, naquele momento, seria a reforma agrária, as classes dominantes, pela mão dos militares, preferiram interrompê-lo.

O tripé formado por trabalhadores, capital nacional e governo deu lugar a um novo arranjo de sustentação política cuja base foi a ditadura militar, o capital estrangeiro e o capital nacional, sob a tutela política e econômica do imperialismo norte-americano. Não só pelo que significou em termos de vidas ceifadas, de liberdades suprimidas, mas, sobretudo, por interromper a construção de um projeto de nação que, para sempre, ficaria para trás, perdido numa encruzilhada da história nacional, esta foi, de todas as opções equivocadas de nossas classes dominantes, a mais grave no Brasil moderno.

Esgotado o ciclo militar, em pleno processo de redemocratização da vida política nacional, que se iniciou com o movimento pelas eleições diretas para presidente da República, e culminou com eleição de Tancredo Neves e José Sarney, pelo colégio eleitoral, em 1985, e a subseqüente convocação da Assembléia Nacional Constituinte de 1988, o se defrontou Brasil, no início dos anos 1990, com nova encruzilhada histórica.

Naquele momento, as velas governamentais na América Latina, intumescidas pelos ventos do neoliberalismo e orientadas pela bússola do Consenso de Washington, empurravam o continente no rumo da globalização financeira e produtiva. O Brasil, entretanto, ocupado que estava em reorganizar o barco depois de 21 anos sob o comando da mesma tripulação, demorou um pouco para lançar-se ao mar. Quando o fez, entretanto, não sem a discordância de muitos, tomou o mesmo rumo.

O momento crucial foi a eleição do presidente Fernando Collor de Mello, em 1989. Foi exatamente ali que o Brasil rompeu, de forma explícita, com o modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações,

que havia logrado transformá-lo, ao longo de 50 anos, de um país agrícola, primário-exportador, em uma nação urbana e industrial, e embarcou, com armas e bagagem, na aventura do modelo neoliberal.

Candidato por um partido político de expressão nacional insignificante – o Partido de Reconstrução Nacional (PRN) –, Collor acabou por se impor como o candidato das forças conservadoras e como a melhor opção para derrotar o então candidato da esquerda, Luís Inácio Lula da Silva. Eram as primeiras eleições diretas para presidente no Brasil, após mais de duas décadas de regime militar. O candidato do PSDB, senador Mário Covas, embora o preferido das forças conservadoras, carregava o peso de uma solução de compromisso com o antigo regime, representada pela eleição de Tancredo Neves e José Sarney pelo colégio eleitoral. O povo queria renovação: era Collor ou Lula. Diante do que se julgava, naquele momento, ser um mal maior, as forças conservadoras apoiaram Collor, na esperança de enquadrá-lo no sistema político-partidário dominado pelo PMDB, PSDB e PFL. O PSDB ensaiou, pelas mãos do então senador Fernando Henrique Cardoso, um movimento de entrada no governo Collor, mas este foi barrado por Mário Covas. Collor, então, cometeu seu grande erro político. Tentou, a partir do insignificante PRN, criar uma base política própria. Pretendia eleger governadores aliados, no Estado do Paraná, no Estado de Minas Gerais e onde mais conseguisse. Tentou montar uma base material para sustentar seu projeto de poder à revelia do esquema político-partidário dominante: em 1992 perdeu o cargo no processo de *impeachment*. Tudo o mais foram detalhes: passados já quinze anos desse episódio soa até ridículo achar que um movimento de estudantes com as caras pintadas pudesse derrubar um presidente da República num

país dominado a ferro e fogo durante séculos por forças conservadoras. O que estava em jogo naquele momento não era, como nunca foi, antes ou depois, a chamada "ética na política", mas a desconfiança das forças conservadores de que um arrivista colocasse a perder o projeto neoliberal, que ensaiava, naqueles momentos, seus primeiros passos no Brasil.

Coube, assim, aos seus sucessores – primeiro o presidente Itamar Franco que, a bem da verdade, não era um grande entusiasta desse projeto – e principalmente ao presidente Fernando Henrique Cardoso, que o sucedeu em 1995, levar à frente essa mudança. Foi no governo FHC que se decretou o "fim da Era Vargas" e a fase em que o Brasil embarcou na versão tropicalizada do modelo neoliberal que Filgueiras e Gonçalves (2007), com propriedade, denominam "modelo liberal-periférico".

Tal guinada no modelo de desenvolvimento, entretanto, não foi sem grandes custos. Uma política econômica apoiada no binômio taxa de juros elevada taxa de câmbio valorizada, o Plano Real conseguiu controlar o processo inflacionário que, além de degradar as finanças populares, já desorganizava o processo de acumulação do capital. Ao ancorar, contudo, o valor da moeda, primeiro no câmbio e, a partir de 1999, com o fim do câmbio fixo, nas metas de inflação, transformou objetivos importantes da política macroeconômica, como o crescimento do PIB e a taxa de emprego, em variáveis de ajuste da meta principal que era a estabilidade monetária. Essa estabilidade monetária foi obtida à custa da instabilidade macroeconômica mais geral, em que crescimento e emprego passaram a apresentar um padrão instável conhecido, como *stop and go.*

Além da instabilidade macroeconômica mais geral, as demais reformas realizadas na estrutura do Estado e no

funcionamento da economia promoveram a transferência para o setor privado e, principalmente, para o capital estrangeiro aquilo que restava do parque produtivo estatal. Além disso, o governo FHC desferiu um ataque frontal ao conjunto de direitos e conquistas sociais, principalmente aposentadorias e direitos trabalhistas, que foram elevados à categoria de "privilégios de uma elite", ou seja, os trabalhadores com carteira de trabalho assinada, empregados no mercado formal de trabalho.

Na área das políticas sociais trocou-se a ênfase em de políticas de Estado de caráter universal, cujo financiamento tem vinculação obrigatória com o orçamento público, e são indexadas ao valor do salário mínimo, por políticas de governo focalizadas, cujo valor dos benefícios e universo de atendimento depende da política fiscal e social de cada governo. Transformou-se, por outro lado, por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal, o pagamento dos juros da dívida pública em objetivo prioritário do orçamento público. Operou-se, assim, uma mudança no paradigma de orçamento público, que se transformou de instrumento para a execução do planejamento estatal, nas áreas social e produtiva, em instrumento de extração de renda da sociedade para remunerar o capital financeiro, que encontrou na dívida pública o mecanismo privilegiado de reprodução.

Por mais que a estabilidade monetária obtida com o Plano Real tenha sido considerada de grande importância pela população, que durante décadas conviveu com a perda diária do valor de compra de seus salários pela inflação, com o passar do tempo, os custos dessa política, cuja manifestação mais conspícua era o aumento do desemprego, mostraram-se elevados demais. E foi exatamente esse o "Calcanhar de Aquiles" do governo FHC,

que foi acertado pelo então candidato Luis Inácio Lula da Silva, quando prometeu a manutenção da estabilidade, mas com a retomada do crescimento, por meio da criação de dez milhões de novos empregos.

O presidente Lula havia disputado e perdido as eleições presidenciais em três ocasiões anteriores: 1989, 1992 e 1994. Naquelas três oportunidades, sua estratégia política foi de ataque frontal ao projeto neoliberal que se implantava no Brasil no período. Nas três ocasiões obteve cerca de 30% dos votos. Na campanha de 2002, quando finalmente se saiu exitoso, mudou a estratégia. Em vez de se apresentar como um candidato de oposição radical ao modelo econômico e político então vigente, apresentou-se como um candidato de conciliação. Transmitiu para o eleitorado em geral, e para a classe média e o empresariado em particular a idéia de que não faria mudanças radicais que pudessem desestabilizar as relações reais de poder existentes na sociedade e, particularmente, a estabilidade monetária, tida como uma espécie de herança do governo anterior a ser preservada a qualquer custo. O marco dessa mudança foi a "Carta aos Brasileiros", divulgada em junho de 2002, por meio da qual se comprometeu, caso eleito, a respeitar os contratos nacionais e internacionais assumidos pelo governo anterior.

A nova estratégia funcionou. Era como se, ao garantir dois mandatos presidenciais a Fernando Henrique Cardoso, o eleitor brasileiro tivesse pago a conta pela estabilização monetária. O custo, entretanto, mostrou-se pesado demais. Antes, a inflação era alta, mas, bem ou mal, a economia crescia, havia empregos. Ao enfatizar a estabilidade da moeda como objetivo único da política macroeconômica, todas as demais dimensões, particularmente, o crescimento econômico e o nível de emprego, tornaram-se secundárias.

Na medida em que as condições de financiamento externo dos elevados déficits em conta corrente e a política macroeconômica baseada em juros altos e câmbio valorizado foram se deteriorando, como se evidenciou por ocasião das crises do México, em 1995, da Ásia, em 1997, da Rússia, em 1998 e a crise das Bolsas dos Estados Unidos, em 2001, a resposta da política macroeconômica brasileira era uma só: elevar a taxa de juros que, em alguns momentos chegou a 50% ao mês. O resultado foi um taxa de crescimento baixa e instável e os menores níveis de investimento da história recente, num típico movimento de "stop and go", no qual a estabilidade monetária se deu à custa da instabilidade macroeconômica.

A eleição do presidente Lula, em 2002, deveu-se, assim, em grande parte, ao desencanto da população com os resultados da política econômica neoliberal implementada ao longo do período anterior, cujo resultado mais evidente eram as baixas taxas de crescimento e o elevado desemprego. E, para piorar as coisas, ocorreu, em 2001, a crise de abastecimento de energia elétrica, o chamado "Apagão", causado, de um lado, pelo processo de privatização do setor elétrico no governo FHC e, de outro, por condições climáticas adversas naquele ano.

O presidente Lula elegeu-se, em 2002, com uma plataforma política dúbia, cuja expressão maior foi a "Carta aos Brasileiros". O eleitorado mais à esquerda, que lhe outorgara os 30% de votos nas três eleições anteriores, esperava naturalmente mudanças mais profundas, na linha de seu discurso anterior de combate aberto ao neoliberalismo e em consonância com a plataforma política dos partidos de esquerda que compunham o núcleo principal da coligação política – A Força do Povo –, pela qual se apresentou

candidato e composta por PT, PRB e PCdoB. A classe média, parte do empresariado e a parcela mais conservadora do eleitorado, entretanto, ao optar por Lula, a ponto de dar-lhe mais de 60% dos votos válidos no segundo turno da eleição, o fez, em certa medida, porque o candidato abrandou seu discurso e apresentou-se mais conservador, mais conciliador, menos radical. A expressão maior disso foi dada pelo próprio candidato quando se auto-denominou "Lulinha Paz e Amor".

Uma vez eleito, e, para decepção daquela parcela do eleitorado que nas eleições anteriores, lhe havia dado apoio na expectativa de grandes mudanças, Lula adotou como política de governo o que havia prometido na "Carta aos Brasileiros", de junho de 2002, ou seja, manter, em linhas gerais, a política macroeconômica do governo anterior. Afinal, foi com essa plataforma que, na quarta tentativa, finalmente vencera as eleições.

Dessa forma, aquilo que para a militância de esquerda – que esperava grandes mudanças no rumo do país – era apenas um expediente tático para vencer as eleições, tornou-se, na verdade, o objetivo estratégico do novo governo, ou seja, o governo Lula entregou exatamente aquilo que prometeu, como bem lembrou um alto funcionário da área econômica do novo governo.

Não deixa de ser irônico que, hoje, parte dessa militância de esquerda se alinhe com os críticos do governo à direita, para acusá-lo do óbvio e do que ele nunca negou: que a política macroeconômica do governo Lula daria continuidade, em aspectos essenciais, à do governo FHC. A diferença é que o que os últimos chamam de plágio, os primeiros chamam de traição. Nenhum uns nem outros, contudo, têm razão.

Primeiro, porque se Lula seguiu FHC, este seguiu Collor e, se alguém merece a duvidosa honra de introdutor do neoliberalismo no Brasil, foi este último. Atribuir a criação do Plano Real a FHC foi, na verdade, apenas um truque eleitoral, pois o presidente era Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso não era nem mais ministro da Fazenda quando a nova moeda começou a circular. Quando o Mil Réis foi substituído pelo Cruzeiro, em 1942, o presidente era Getúlio Vargas, mas poucos lembram quem era o ministro da Fazenda. Do mesmo modo, quando o Cruzeiro deu lugar ao Cruzado, em 1985, todos sabem que o presidente era José Sarney e ninguém atribui sua criação ao seu ministro da Fazenda à época.

Segundo, porque se Lula seguiu FHC em questões importantes da política macroeconômica, isso não é suficiente para colar um sinal de igualdade entre os dois governos. O governo FHC colocou como objetivo explícito, em continuidade a Collor, "acabar com a era Vargas". Ou seja, abandonar o modelo de substituição de importações, fortemente apoiado no Estado, que serviu de base para o desenvolvimento brasileiro entre o período 1930-1980, durante o qual a economia brasileira cresceu em média 5% ao ano, e adotar o modelo neoliberal, que reduziu essa taxa de crescimento pela metade. Aos poucos o presidente Lula, de sindicalista, foi-se descobrindo brasileiro. Tratou, em alguma medida, de preservar importantes conquistas da "Era Vargas"; não encarou a política social como mera compensação aos estragos provocados pelo modelo neoliberal. Como afirmou recentemente o ex-deputado Delfim Neto, *"Esta é a mudança de Lula. Ele é um sobrevivente. É o único sujeito no Brasil que*

quando fala de pobre está falando de pobre. Os outros são todos cínicos"[2].

Podemos acusar o governo Lula de não ter um projeto de desenvolvimento para o país e, permitir que, nesse vácuo o projeto neoliberal do governo anterior continue a avançar. É como o encontro das águas de dois rios: na medida em que um deles oferece pouca resistência, o outro avança e turva as águas, de modo que não se distingue bem o que é um e o que é outro. Não podemos acusá-lo, contudo, de ter abraçado o neoliberalismo como política de governo. Não há, no governo Lula, fora alguns bastiões inexpugnáveis do liberalismo econômico, como a diretoria do Banco Central, o desprezo pelo Estado que se via no governo anterior. Ao contrário, importantes medidas vêm sendo tomadas no sentido de fortalecer a estrutura do Estado. Empresas estatais na área de energia como a Eletrobrás e a Petrobrás foram fortalecidas. A Petrobrás aumentou de forma expressiva seus investimentos, não só na área de refino e exploração de petróleo, como nos elos mais nobres da cadeia produtiva, como a petroquímica. A Petrobrás vem sendo utilizada, hoje, também como instrumento de desenvolvimento da indústria nacional, como o é caso da indústria naval brasileira que recebeu da empresa uma encomenda de 42 navios-tanque para transporte de petróleo. O Ministério das Minas e Energia e a Eletrobrás retomaram as rédeas do planejamento enérgico brasileiro diante da fracassada tentativa do governo anterior de deixá-lo inteiramente nas mãos do setor privado, e que resultou no "Apagão" de 2001.

Não se falou mais em privatização do Banco do Brasil. O BNDES mudou radicalmente seu papel. De financiador das

---

[2] Delfim Netto. "Deus já deu uma mãozinha". **Carta Capital,** 18/06/2008, p. 37.

privatizações com dinheiro público, passou novamente a funcionar como um banco de desenvolvimento. O Plano de Desenvolvimento Produtivo (PDP-2008), divulgado em maio de 2008, prevê R$ 210 bilhões do orçamento do BNDES, entre 2008 e 2010, para o financiamento da modernização da indústria e do setor serviços nacional tendo em vista desenvolver áreas estratégicas para o país, como os complexos da saúde, da tecnologia de informação, de energia nuclear, de defesa, e der nanotecnologia e biotecnologia; para consolidar e expandir a liderança em setores nos quais a indústria brasileira já é competitiva como o complexos aeronáutico, de petróleo, de gás e petroquímica e de bioetanol, de mineração, de siderurgia, de celulose, de papel e de carne; fortalecer a competitividade em mais uma dezena de outros setores, como os complexos automotivo, de bens de capital, têxtil e de confecções, de madeira e móveis, de higiene e perfumaria, de construção civil, complexos de serviços, de construção naval, de couro e calçados, de agroindústria, de biodiesel, de plásticos e outros.

As agências reguladoras, concebidas no governo anterior, como instrumento para retirar do Estado o controle sobre a execução de políticas na área de infra-estrutura tiveram seu papel totalmente reformulado. Mesmo na reforma de Previdência, além da cobrança de contribuição dos inativos e do estabelecimento de um teto (extremamente alto) para as aposentadorias do setor público, mais nada foi feito. Passados já cinco anos da referida reforma, os fundos complementares de previdência para os servidores do setor público não foram regulamentados e, provavelmente não o serão até o final do governo.

A lei dos transgênicos, freqüentemente apresentada como prova da capitulação do governo Lula ao

neoliberalismo era, na verdade, uma demanda importante da comunidade científica nacional, impedida de realizar pesquisas pela ausência de um marco legal em questões importantes, com a pesquisa com células tronco embrionárias. Contra sua aprovação se conjuram interesses retrógrados.

Mesmo a nova Lei de Falências, apresentada como manobra para privilegiar o capital financeiro em prejuízo dos direitos dos trabalhadores nos casos de falência das empresas, apresenta avanços inegáveis em relação à legislação anterior. A antiga lei de falências antes punia a empresa e, em última instância, o trabalhador que perdia seu emprego, e preservava o patrimônio do empresário. A regra era a empresa falir e o ex-proprietário sair com seu patrimônio ileso. A nova legislação cerceou, em aspectos fundamentais, as manobras legais que permitiam ao empresário salvar seu patrimônio como, por exemplo, registrar parentes com salários altíssimos e, com isso, utilizar uma pretensa proteção aos direitos do trabalhador para recuperar seu próprio patrimônio. Por outro lado, também não era razoável incorporar à massa falida equipamentos alugados por meio de *leasing* e, portanto, de propriedade de terceiros, o que elevava desnecessariamente o custo financeiro dessas operações. Acabar com a sucessão tributária que atribuía a um eventual adquirente da empresa falida a responsabilidade pelo passivo tributário, enquanto o ex-proprietário saiaa ileso, também foi um avanço, pois na forma anterior ninguém se arriscava a adquirir uma empresa em estado falimentar com a intenção de recuperá-la. Punia-se, assim, a empresa e o trabalhador, que perdia seu emprego, e não o empresário inepto ou desonesto.

Mesmo na área social, onde se tornou lugar comum afirmar que a política do governo Lula é mera continuidade

das políticas implantadas no governo FHC, as quais teriam sido agrupadas sob o rótulo de "Bolsa Família", as diferenças são gritantes. As universidades públicas federais foram fortalecidas. Dezenas de novas universidades federais têm sido abertas, e milhares de professores estão sendo contratados em todo o país enquanto o governo anterior levou o sistema público de ensino à mais completa situação de penúria.

As políticas sociais do governo anterior foram implantadas como corolário do projeto neoliberal. Seu objetivo era enfatizar as ações assistenciais no combate à pobreza extrema como sucedâneo às políticas universais do estado de bem-estar social, de acordo com o modelo desenvolvido pelo Banco Mundial. De acordo com tal modelo a causa do subdesenvolvimento é a pobreza e não o contrário. Trata-se, na verdade, de uma inversão sutil, mas que faz toda a diferença, uma vez atribui a culpa da pobreza ao pobre. Atribui o subdesenvolvimento à má qualidade do capital humano, ou seja, à pobreza e à ignorância da população, bem como às deficiências institucionais (corrupção, excessos nos gastos públicos, gestão ineficiente), e não às relações desiguais de trocas entre países ricos e pobres que, em última instância, condenaram a grande massa da população destes últimos a essa condição de indigência. A partir dessa nova visão, conceitos como a "luta contra o imperialismo" deixam de ter sentido, uma vez que a causa do subdesenvolvimento passa a ser fundamentalmente interna e não externa. Eliminada a pobreza extrema, por meio de políticas sociais focalizadas, realizadas as reformas institucionais para baixar o custo e eliminar a burocracia que emperra a criação e o desenvolvimento dos negócios, liberalizado o mercado de capitais para baixar o custo dos financiamentos, e qualificada a mão-de-obra para aumentar

a produtividade do trabalho, estaria pavimentado o caminho do desenvolvimento.

No governo Lula as políticas assistenciais focalizadas – no caso o programa Bolsa Família – tiveram continuidade. Seu universo de atendimento foi, inclusive, ampliado. O número de famílias atendidas pelo programa Bolsa Família, em 2008, é de 11 milhões. Para continuar no programa, as famílias pobres têm que cumprir algumas condições, como manter as crianças e adolescentes na escola e cumprir o calendário de vacinação para crianças até seis anos.. O valor dos benefícios foi ampliado. Em 2008, o benefício médio passou para R$ 85,00 e o máximo para R$ 185,00. É preciso reconhecer, contudo, que isso não foi feito em prejuízo das políticas universais e nem com o propósito de suprimi-las. Ao contrário, as políticas universais como a Previdência Social, o Sistema Único de Saúde (SUS), a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e o Seguro Desemprego, cujo piso é o salário mínimo tiveram igualmente seu escopo ampliado por meio por meio da política de valorização do salário mínimo implementado pelo governo Lula.

Isso deve ser dito, não com o propósito de absolver o governo de Lula de seus eventuais erros e deficiências. Tais erros, contudo, se devem mais à incapacidade ideológica de estabelecer um novo projeto de desenvolvimento para o país, do que ao alinhamento com as políticas neoliberais como crêem seus críticos mais à esquerda.

Afirmar que o governo Lula é neoliberal é um erro. Não leva a lugar algum. Ao contrário, confunde politicamente a população, desorienta os setores mais progressistas e abre espaço para o retorno de forças, essas sim, comprometidas com o aprofundamento desse projeto.

O principal erro do governo Lula é a ausência de um projeto nacional de desenvolvimento. A ruptura do pacto nacional-desenvolvimentista, que se deu em 1964, deu lugar, com a redemocratização, a um pacto liberal-social, que tem em comum com o neoliberalismo o mais completo desprezo pela questão nacional. Se há um elo comum entre o governo Lula e o governo FHC é exatamente esse ponto e não na política neoliberal propriamente dita.

A política macroeconômica do governo Lula, apresentou, no período 2003-2007, como principal prioridade, a estabilidade monetária. Mesmo o reconhecimento tardio, por meio Plano de Desenvolvimento Produtivo (PDP), anunciado em 12 de maio de 2008, de que a política macroeconômica é condição necessária, mas não suficiente, para a aceleração da competitividade industrial, pode ser totalmente comprometida caso, diante de eventuais pressões inflacionárias, a ênfase da política econômica continue a restringir-se à estabilidade monetária por meio da elevação da taxa de juros.

Como veremos a seguir, o desempenho da economia brasileira no governo Lula tem apresentado, em seus aspectos mais relevantes – principalmente o crescimento, o emprego, a renda e o equilíbrio externo – desempenho mais favorável que no governo FHC. Tal melhora, entretanto, se deve, em grande parte, a uma situação internacional mais favorável no período do que propriamente a mudanças significativas na política econômica, que no essencial manteve-se na mesma linha do governo anterior. A esse respeito, a citação abaixo, do ex-ministro e ex-deputado Delfim Netto é bastante esclarecedora:

> "O Plano Real, do ponto de vista do combate à inflação, foi extremamente eficaz, mas deixou como resíduo algumas coisas terríveis. Tanto é verdade que o Brasil quebrou em 1998. No combate à inflação, o real dominou todos os outros planos: o argentino, o israelense e o mexicano, por exemplo. Sob a ótica do crescimento, ele foi o pior de todos. Gerou uma situação externa insolúvel. Tanto que o Brasil teve de correr ao FMI e conseguir um empréstimo importante. Naquele momento, o Fundo salvou o País, pois certamente Lula não estava preparado para a situação. O PT não tinha sequer entendido do que se tratava. A sucessão teria sido uma tragédia sem o auxílio do FMI. Fernando Henrique reelegeu-se, mas quem mudou tudo foi o Fundo. Era a política canônica que existe no mundo inteiro hoje: relativo equilíbrio fiscal, política de controle de inflação por meio de metas e câmbio flutuante. Hoje há uns 150 países que usam o mesmo tipo de política. O que Lula fez na verdade? Primeiro, radicalizou essa política canônica, porque em 2002 o Brasil estava falido de novo. Basta olhar o seguinte: entre 1998 e 2002, a dívida externa crescia a 6% ao ano e a exportação, a 4%. Não é preciso ser físico quântico para saber que estava quebrando. Na transmissão do cargo de FHC para Lula, a inflação rodava a 30% ao ano. E as reservas, excluídos os recursos do FMI, eram de 17 bilhões de dólares. Aquilo era uma falência programada, tanto que diziam que Lula seria "Lula, o Breve". É uma coisa ridícula dizer que o câmbio chegou lá em cima simplesmente por causa de Lula. O câmbio subiu porque o Brasil tinha quebrado. O presidente aumentou a taxa, como as pessoas não imaginavam que ele fosse fazer, e elevou o superávit primário. É preciso dizer, nos primeiros anos do governo FHC, o superávit primário foi zero. No segundo, foi de 3,8%, por exigência do FMI. Como diz Lula: "Eu e a mãozinha de Deus resolvemos o problema". A mãozinha de Deus foi a expansão do lucro. Acontecem coisas que são até curiosas e interessantes. A exportação no governo FHC crescia entre 4% e 4,5% anuais. No primeiro ano de Lula, aumentou 22% e continuou nesse ritmo até o ano passado. Foi isso que colocou o Brasil numa situação muito mais tranqüila e permitiu a acumulação de reservas internacionais. Porém avançamos muito pouco. A participação do Brasil no comércio internacional era de 1,2% em 1984, terminou em 0,9% com FHC e Lula simplesmente o elevou a 1,2%. Quer dizer, nós voltamos para 1984." [3].

A política macroeconômica do governo Lula

[3] Delfim Netto. "Deus já deu uma mãozinha". **Carta Capital,** 18/06/2008, p. 34.

O governo Lula tem em comum com o governo FHC a manutenção da estabilidade monetária como principal objetivo da política macroeconômica. No governo FHC, durante a vigência do Plano Real, esse objetivo foi perseguido por meio da âncora cambial, ou seja, o real foi atrelado ao dólar, mediante uma taxa de câmbio fixa. Com o fim do Plano Real em 1999 – pelo menos do ponto de vista de sua lógica interna – e com a adoção da taxa de câmbio flutuante, a partir de janeiro daquele ano, a âncora cambial foi substituída pela política de metas de inflação.

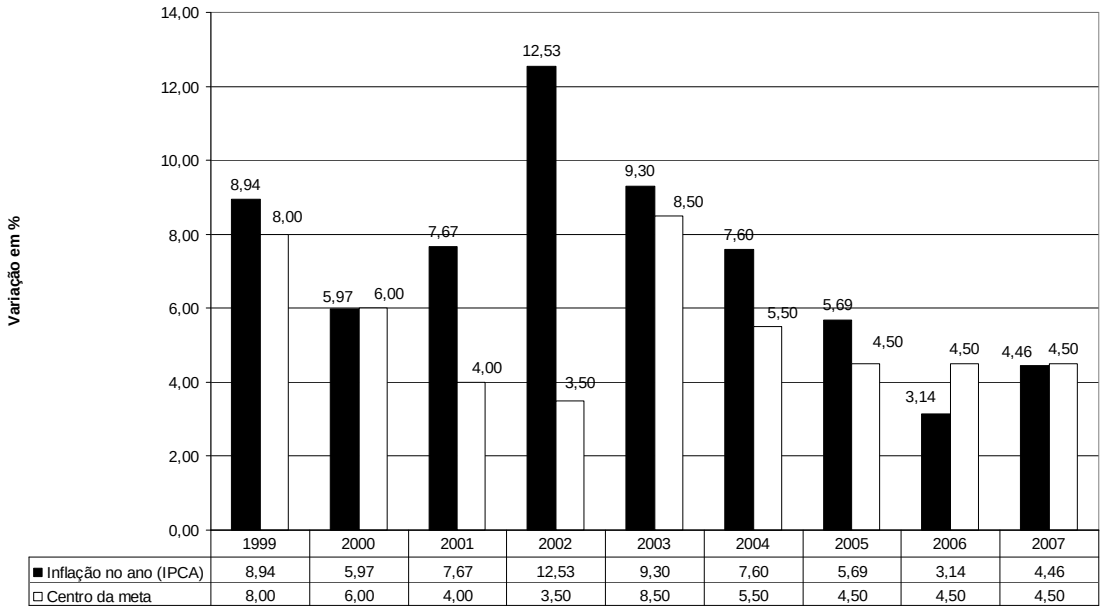
A política de metas de inflação foi adota no governo FHC, em 1999, e mantida tanto no primeiro governo Lula (2002-2005) quanto no segundo (2006-2009), atualmente em curso. Essa política se baseia na fixação de uma meta de inflação para cada ano (o centro da meta), com margem de tolerância e na utilização da taxa de juros como principal instrumento para a manutenção da inflação dentro do previsto.

O Banco Central monitora as tendências de inflação e aumenta ou diminui a taxa básica de juros (a chamada taxa Selic), de acordo com a tendência da inflação. Desse modo, sempre que a inflação apresenta tendência de alta, de modo a colocar em risco a meta estabelecida para o ano, o Banco Central tende a elevar a taxa de juros. Quanto maior o compromisso do Banco Central em acertar o centro da meta, mais restritiva será a política monetária e maior será a tendência de elevação dos juros. Juros elevados arrefecem o consumo, pela restrição ao crédito, inibem o investimento, pelo encarecimento do financiamento e pelo desestímulo à atividade produtiva e, desse modo, reduzem o nível de atividade econômica, com o propósito de conter a elevação

da demanda agregada e com isso uma eventual pressão sobre os preços.

Ademais, uma taxa de juros mais elevada atrai capitais externos em busca de maiores retornos, o que tende a provocar a valorização da taxa de câmbio, tornando mais baratos os insumos e produtos finais importados. Essa concorrência dos produtos importados também contribui para inibir a elevação dos preços internos, seja porque reduz o custo dos insumos utilizados na produção, seja porque os produtores locais de bens finais evitam elevar seus preços diante da concorrência dos artigos importados mais baratos.

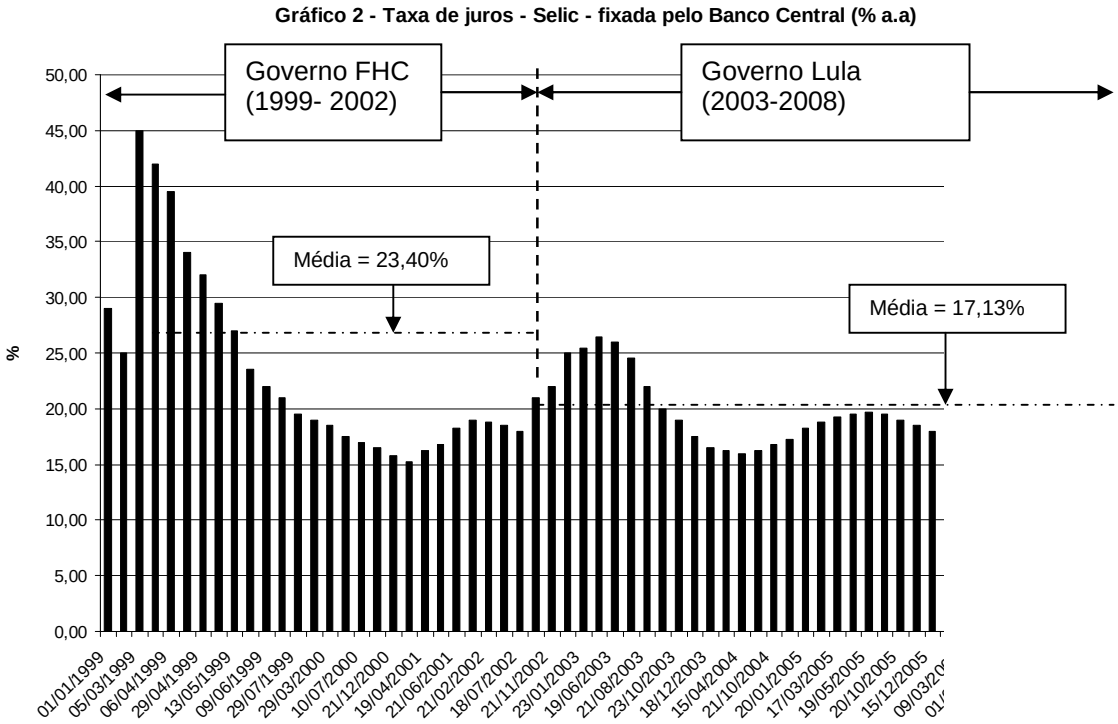
Gráfico 1 - Metas de Inflação



	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
■ Inflação no ano (IPCA)	8,94	5,97	7,67	12,53	9,30	7,60	5,69	3,14	4,46
□ Centro da meta	8,00	6,00	4,00	3,50	8,50	5,50	4,50	4,50	4,50

Fonte: Banco Central, IBGE, apud Folha de S. Paulo, 16/05/2008.

Fonte: Ipeadata.



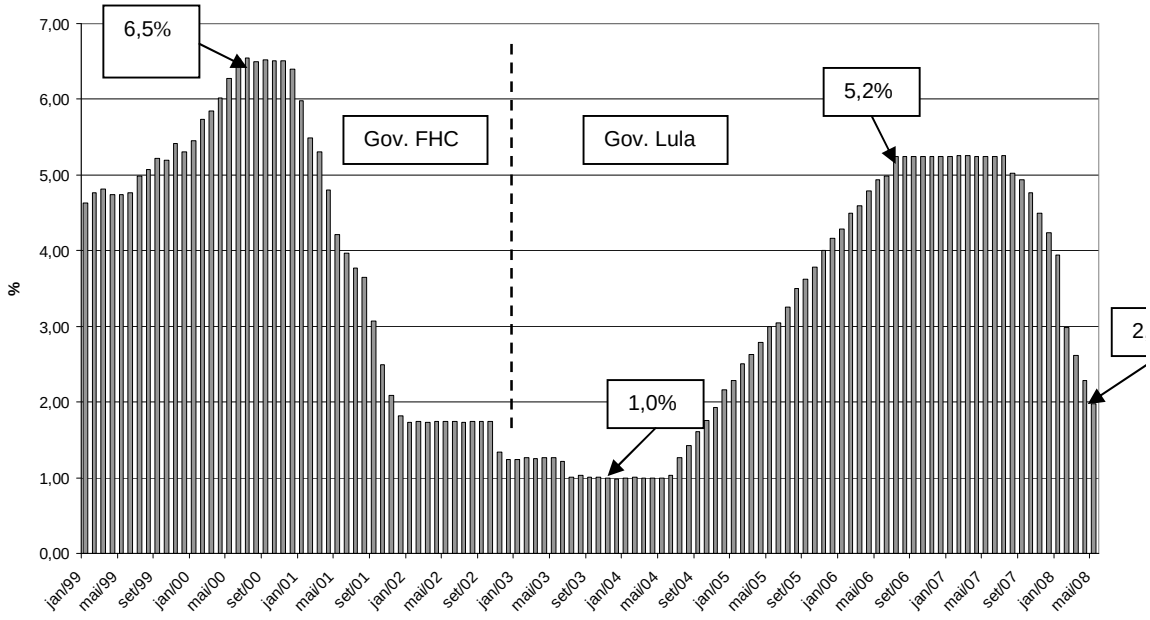
O gráfico 1 mostra o comportamento da inflação em relação às metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, de 1999, quando o Brasil adotou a política de metas de inflação, até 2007. O gráfico 2, aponta o comportamento da taxa básica de juros fixada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (taxa Selic) para o mesmo período.

Da comparação entre os dois gráficos, depreende-se que, tanto no governo FHC, quanto no governo Lula, sempre que a taxa de inflação mostrou um trajetória ascendente, a reação imediata foi a elevação da taxa de juros. É verdade que no governo FHC a média da taxa Selic foi maior do que tem sido no governo Lula. De fato, entre janeiro de 1999 e dezembro de 2002, a média da taxa Selic foi de 23,4%, e de janeiro de 2003 a junho de 2008, esta média foi de 17,13%. A média mais baixa do governo Lula, entretanto, deveu-se menos a mudanças na orientação da política macroeconômica e mais às condições internacionais de

elevada oferta de dólares em busca de maior rentabilidade devido às baixas taxas de juros nos Estados Unidos.

Como se verifica no gráfico 3, as taxas de juros do Federal Reserve, o Banco Central dos Estados Unidos, caíram, entre janeiro de 2003 e junho de 2004, para cerca de 1% ao ano; voltaram a subir lentamente a partir daquele mês até atingir 5,2% em julho de 2006, caindo novamente a partir de julho de 2007, atingindo 1,98%, em maio de 2008, e mantendo-se, em média, em 3,6% ao ano, no período. Diante de juros internacionais tão baixos, a queda na taxa de juros paga pelo Banco Central do Brasil foi, na verdade, apenas aparente. Enquanto as taxas reais de juros no Brasil mantiveram-se na média de 11%, entre janeiro de 2003 e dezembro de 2007, a taxa de juros real média nos Estados Unidos foi de 1%, se considerarmos que a taxa de inflação média nos Estados Unidos foi de 3%, no período em questão.

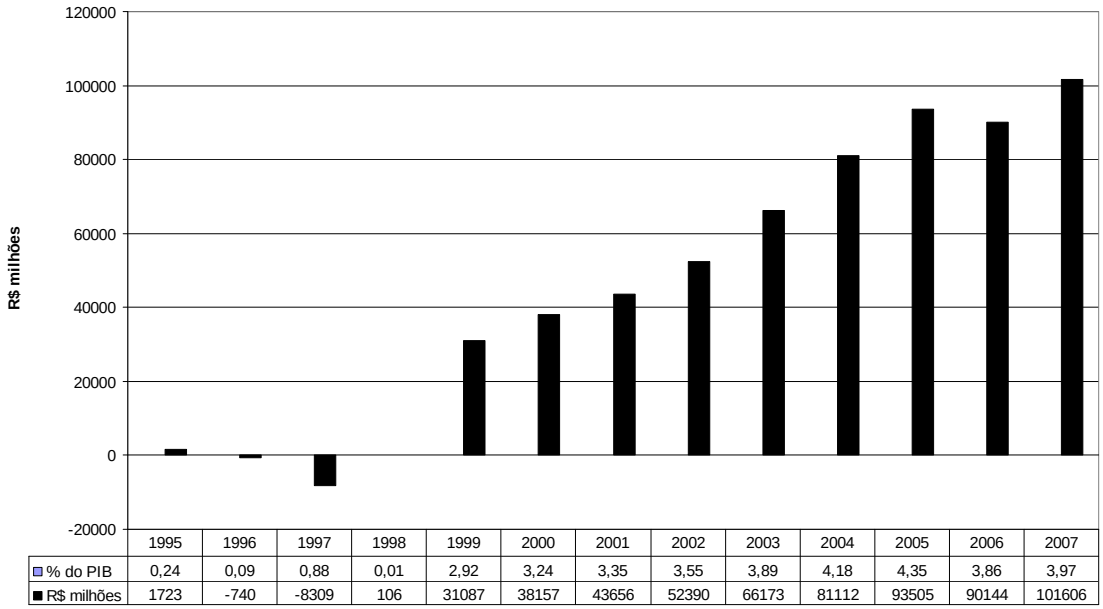
Gráfico 3 - Taxa de Juros do FED - em % ao ano



Fonte: Federal Reserve

Além da manutenção do foco da política macroeconômica voltada para a estabilidade monetária, por meio da política de metas de inflação, o governo Lula deu continuidade à restrição fiscal do governo anterior. Não apenas manteve a política de obtenção de superávits primários no orçamento, adotada a partir de 1999, mas aumentou as metas de superávit primário de 3,8% para 4,25% do PIB, como se verifica do gráfico 4.

Gráfico 4 - Evolução do Superávit Primário do Setor Público



	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
% do PIB	0,24	0,09	0,88	0,01	2,92	3,24	3,35	3,55	3,89	4,18	4,35	3,86	3,97
R$ milhões	1723	-740	-8309	106	31087	38157	43656	52390	66173	81112	93505	90144	101606

Fonte: Banco Central, apud Folha de S. Paulo, 03/04/2008.

Tal como no governo FHC, a geração de superávits primários elevados tem sido um elemento importante da política macroeconômica. Ao reduzir os gastos do governo, tanto de custeio quanto de investimentos, os superávits primários contribuem para reduzir o nível de demanda agregada na economia e, desse modo, ajudam a controlar a inflação. Por outro lado, garantem que parte do excedente econômico, apropriado na forma de impostos, destine-se ao

pagamento dos juros da dívida pública, contribuindo, assim, para a valorização dos capitais financeiros que encontraram no serviço da dívida pública a forma ideal de reprodução parasitária.

Tanto no governo Lula quanto no governo anterior, a inflação tem sido considerada como um mal sempre maior do que o desemprego e o baixo crescimento econômico, mas como afirma BRUNO (2008):

> *"... o que está verdadeiramente em causa é a garantia da liquidez e da alta rentabilidade real dos capitais alocados em ativos financeiros. Ou seja, no caso brasileiro, a postura alarmista e intransigente do Banco Central com relação à inflação decorre mais de seus potenciais prejuízos para alocação financeira dos capitais de propriedade dos ricos do que pelos danos que pode causar aos pobres"* [4].

Entretanto, e diferentemente dos dois governos FHC que enfrentou uma série de crises externas (1995, 1997, 1998, 2001), já mencionadas anteriormente, o quadro internacional, a partir de 2003, quando se iniciou o primeiro Governo Lula mostrou-se extremamente favorável. A economia mundial, puxada principalmente pelo bom desempenho das economias americana e chinesa, passou a crescer de forma mais acelerada, o que provocou uma forte elevação nos preços e na demanda mundial por *commodities* beneficiando o Brasil, que é um grande exportador de matérias-primas e produtos agrícolas.

O elevado crescimento da economia mundial e da demanda por commodities minerais e agrícolas, não só contribuiu para um melhor desempenho da economia brasileira, cuja taxa de crescimento médio anual passou de 2,0%, entre 1996 e 2002, durante o governo FHC, para 3,8% , entre 2003 e 2007, já no governo Lula, como aumentou de

---

[4] BRUNO, Miguel. "Financeirização e pseudo-independência dos BCs. **Valor**, 18/06/2008.

forma expressiva as exportações brasileiras que passaram de pouco mais de US$ 73 bilhões em 2003 para US$ 160,6 bilhões em 2007, gerando assim saldos comerciais positivos e crescentes. Como se verifica da tabela 1 a balança comercial positiva proporcionou a obtenção de um saldo positivo em conta corrente em todos os anos período, algo extremamente raro na histórica econômica brasileira. Nos 61 anos decorridos desde 1947, o Brasil teve déficit em conta corrente em 49 deles, e superávit em apenas 12, dois quais cinco correspondem exatamente ao período 2003-2007.

Tabela 1
Balança de pagamento em transações correntes 2003-2007

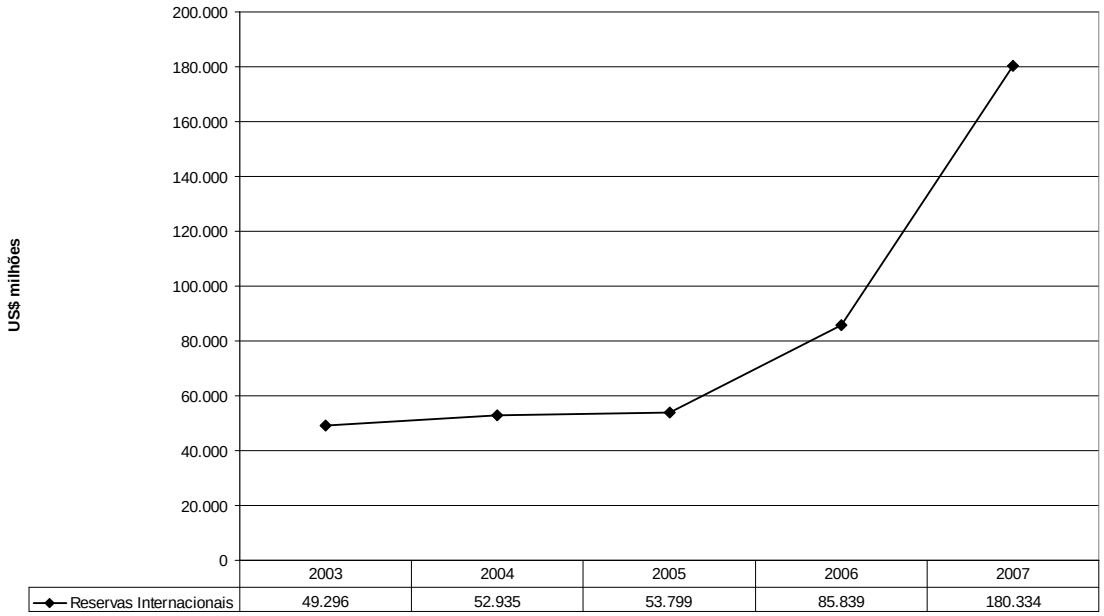
US$ bilhões

Ano	Contas superavitárias		Soma superávits	Contas deficitárias		Soma déficits	Saldo em Transações correntes
	Balança comercial	Transferências unilaterais		Serviços	Rendas		
2003	24,9	2,9	27,8	-4,9	-18,6	-23,2	4,3
2004	33,8	3,2	37,1	-4,7	-20,5	-25,2	11,9
2005	44,9	3,6	48,5	-8,3	-26,0	-34,3	14,2
2006	46,5	4,3	50,8	-9,6	-27,5	-37,1	13,6
2007	40,0	4,0	44,1	-13,4	-29,2	-42,6	1,5
Saldo	190,2		208,2	-40,9	-121,8	-162,7	45,5

Fonte: Bacen; Elaboração: AEB

Os saldos positivos em transações correntes, associados às entradas de capitais, atraídos pelas elevadas taxas de juros, proporcionaram uma expressiva elevação no nível de reservas internacionais, que passou de US$ 33,2 bilhões, em 2000, para US$ 181,7 bilhões em 2007, como se observa do gráfico 5.

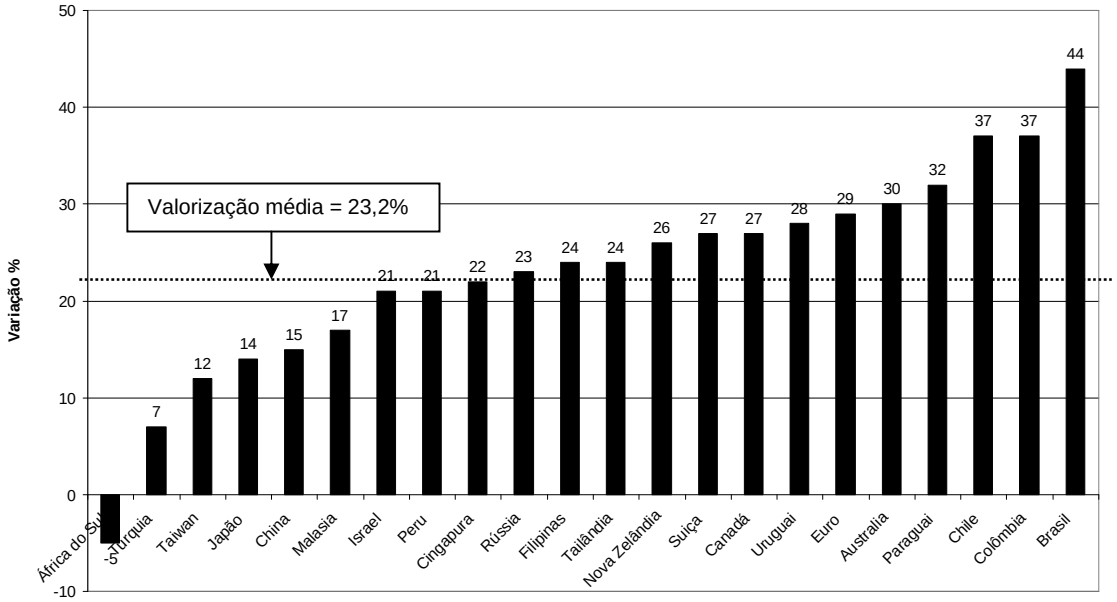
Gráfico 5- Reservas Internacionais (em US$ milhões)



Fonte: Ipeadata

Essa conjuntura externa positiva, associada às elevadas taxas de juros internas, cujo resultado foi o acúmulo, sem precedentes, de reservas internacionais, levou a uma expressiva valorização da taxa de câmbio no período considerado.

Gráfico 6 - Apreciações cambiais em relação ao dólar de agosto de 2003 a abril de 2008

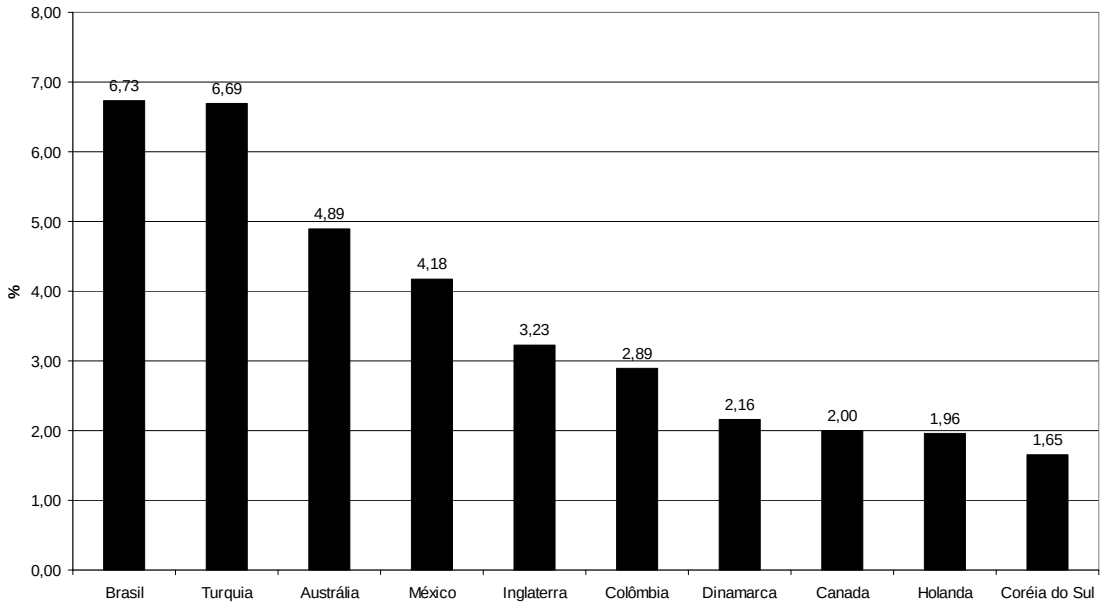


Fonte: FIESP/DECEX

Como se verifica do gráfico 6, de agosto de 2003 a abril de 2008, a valorização real da taxa de câmbio da moeda brasileira foi de 44%, em relação ao dólar. Para o mesmo período, o euro valorizou-se 29%, e o yuan, apenas 15%.

Seria natural que, frente a um quadro generalizado de desvalorização do dólar em relação às principais moedas do mundo e de uma melhora significativa do balanço de pagamentos do Brasil, proporcionada pela elevação mundial dos preços das commodities que o país exporta houvesse alguma apreciação cambial. A comparação internacional evidencia, contudo, que o processo de valorização da moeda brasileira esteve muito acima da média internacional, que foi de 23,2% no período considerado. É evidente que essa valorização recorde só foi possível porque o Brasil mantém-se, há anos, como um dos países com a mais elevada taxa real de juros do mundo. Como se verifica do gráfico 7, em março de 2008, a taxa real de juros no Brasil era a mais alta do mundo.

Gráfico 7 - Ranking mundial de juros (março de 2008)*

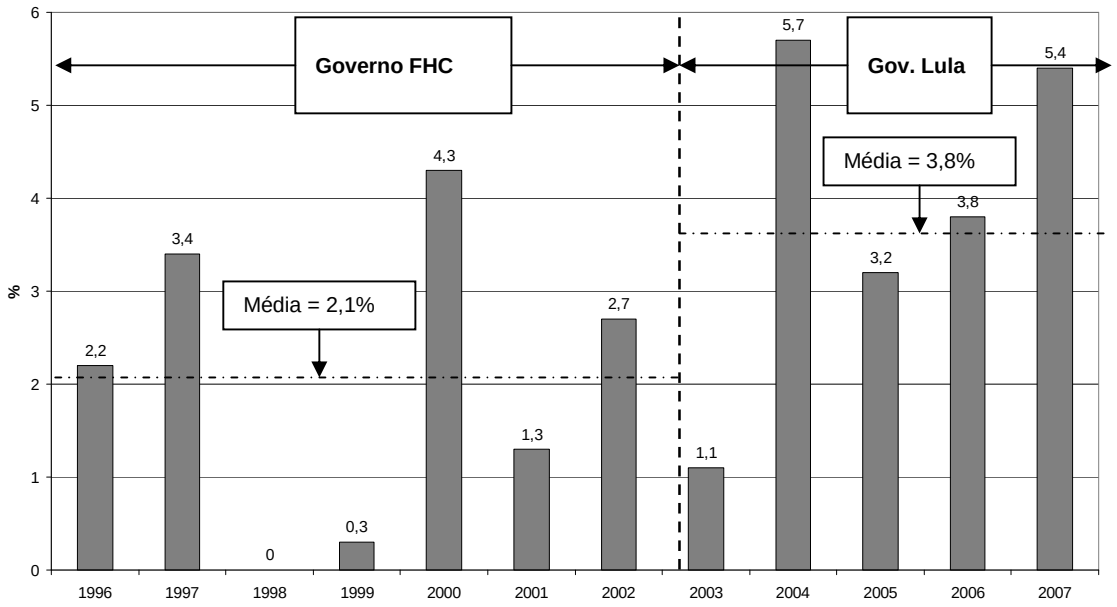


Fonte: UpTrend Consultoria, apud Folha de S. Paulo, 05/03/2008.

* Os juros reais são calculados da taxa básica a inflação projetada para os próximos 12 meses

Se, de um lado, a conjuntura internacional extremamente favorável permitiu que, apesar das elevadas taxas de juros e do câmbio valorizado, o Brasil pudesse crescer no governo Lula a uma taxa média de 3,8% ao ano, portanto superior à média de 2,1% ao ano, nos dois governos FHC, conforme se verifica do gráfico 8, o fato é que esses dois elementos – juros altos e câmbio valorizado –, decorrentes da postura alarmista e intransigente do Banco Central com relação à inflação, condenou o Brasil a um desempenho medíocre quando comparado à média mundial e especialmente aos demais países em desenvolvimento, conforme se verifica na tabela 2.

Gráfico 8 - Variação anual do PIB (Produto Interno Bruto). em %



Fonte: IBGE

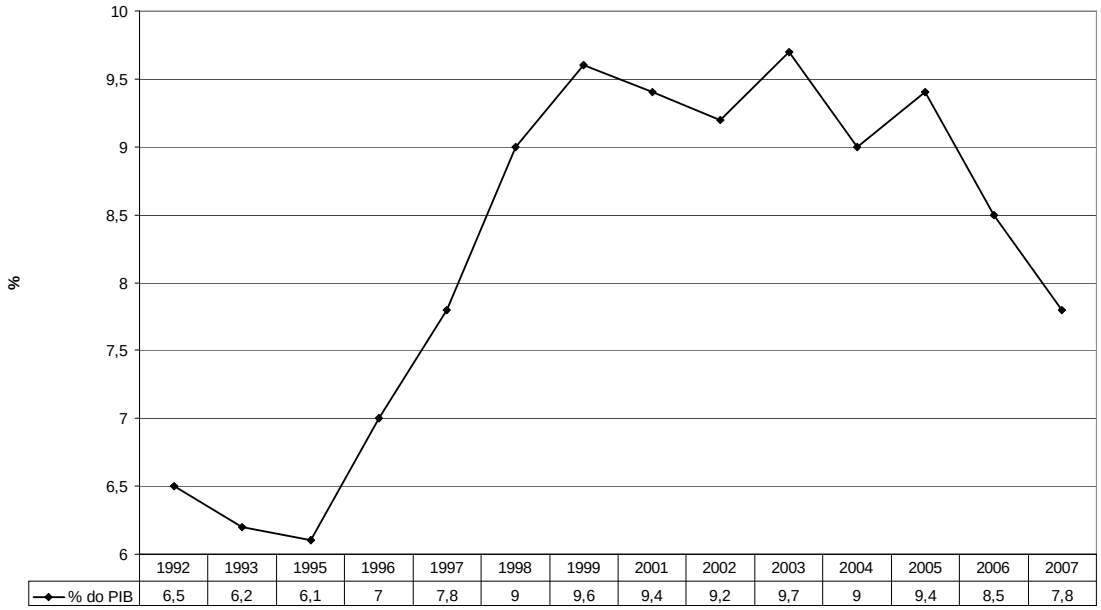
Tabela 2 – Crescimento Econômico Mundial (% PIB)			
	1991/2002	2002/2006	2007
Mundo	2,70	3,50	3,10
Países Desenvolvidos	2,30	2,60	2,20
Países em Desenvolvimento	4,70	6,40	6,50
Rússia	-3,10	6,90	6,40
China	11,80	10,30	10,50
Índia	5,80	8,50	8,50
Brasil	2,80	3,40	5,40

Fonte: Banco Mundial, FMI, Unctad, apud Delfim Neto, A. (2007).

O mesmo pode ser dito com relação à questão do emprego. Com se vê do gráfico 9, as taxas de desemprego, que haviam disparado durante o governo FHC, apresentaram uma expressiva redução, em função da conjuntura econômica mais favorável. É fato, contudo, que continuam, já

ao final do segundo mandato do presidente Lula, em níveis elevados e bem acima dos valores anteriores ao plano Real.

Gráfico 9 - Taxa de Desemprego



	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
% do PIB	6,5	6,2	6,1	7	7,8	9	9,6	9,4	9,2	9,7	9	9,4	8,5	7,8

Fonte: IBGE,apud O Estado de S. Paulo, 15/09/2007.
Nota: Nos anos 1994 e 2000 não houve PNAD. Esta série refere-se ao total harmonizado, ou seja, sem as áreas rurais do Norte do País, que passaram a ser pesquisadas a partir de 2004.

A manutenção da política macroeconômica baseada em juros altos e câmbio valorizado cobrou igualmente seu preço no equilíbrio das finanças públicas. Uma pesada herança do governo FHC foi o elevado nível de endividamento público. Conforme se verifica do gráfico 10, em janeiro de 1995, portanto, no início do governo FHC, a dívida líquida total do setor público era de cerca de 29% do PIB. Quando o presidente Lula assumiu, em janeiro de 2003, esse montante já havia alcançado quase 60% do PIB.

Esse expressivo aumento da dívida pública durante o governo FHC deveu-se à política macroeconômica de juros

elevados e à abertura da conta de capitais, num contexto de elevada instabilidade internacional. A partir da crise asiática, em 1997, seguida da crise da Rússia, em 1998, o Brasil viu-se frente a seguidas crises cambiais, que culminaram, em janeiro de 1999, com o abandono do câmbio fixo e a adoção do cambio flutuante. A estratégia utilizada para conter a fuga de capitais externos foi a elevação da taxa de juros e a concessão de incentivos fiscais para atração de capitais especulativos de curto prazo. A contrapartida oferecida pelo governo a esses capitais externos era, naturalmente, a emissão de títulos da dívida pública, que pagavam juros cada vez mais elevados.

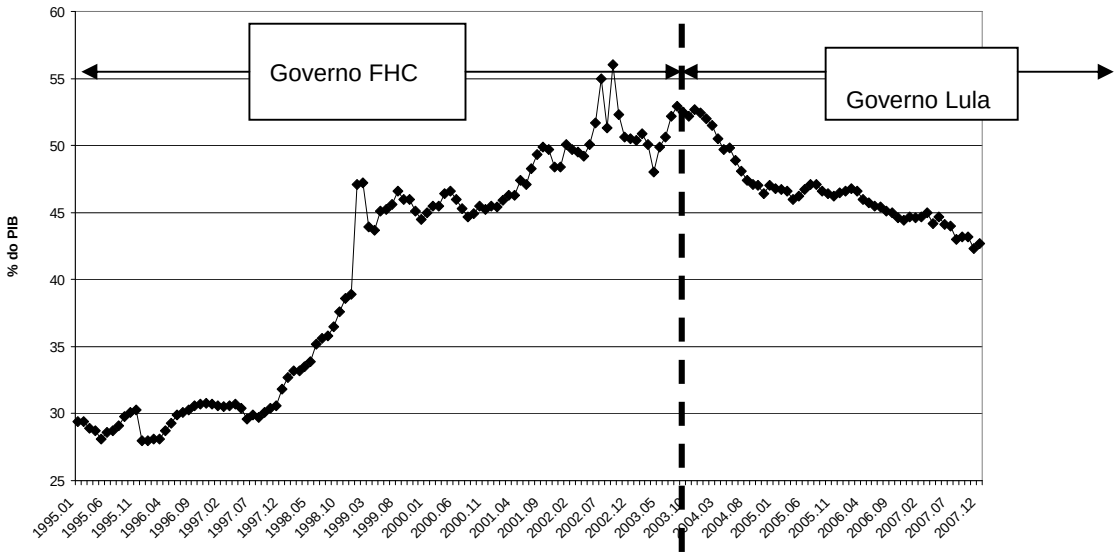
Como se verifica do mesmo gráfico 10, a partir do final de 1997, essa estratégia provocou o rápido aumento na dívida pública líquida do setor público que saltou do patamar de 30% do PIB, para 45% do PIB. Estabilizou nesse nível até 2001, quando, para evitar nova fuga de divisas depois do estouro da bolha especulativa das empresas de Internet, deu novo salto. Ao final de 2002 a relação dívida/PIB já havia alcançado 60%.

Como se verifica do mesmo gráfico, durante o governo Lula, e em função da redução da taxa de juros, de algumas restrições fiscais à entrada de capitais especulativos de curto prazo, da melhora no balanço de pagamentos e do aumento do superávit primário, o volume da dívida pública apresentou certa tendência de queda, situando-se, ao final de 2007, em torno de 42% do PIB. Muito embora se trate de uma redução significativa, essa relação entre dívida líquida do setor público/PIB é ainda extremamente elevada para os padrões internacionais de países com a mesma classificação de risco do Brasil, para os quais essa relação gira em torno de 20% do PIB. No governo Lula, a dívida líquida do setor público tem-se

mantido elevada basicamente pelas mesmas razões que no governo anterior, ou seja, a manutenção das taxas de juros em patamares muito elevados atrai capitais externos, o que provoca problemas de emissão monetária que o Banco Central controla lançando títulos da dívida pública.

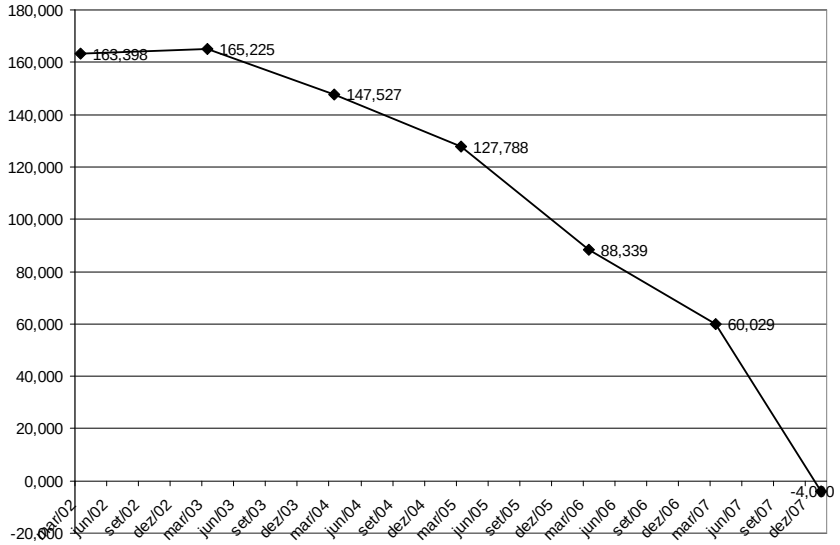
Nesse sentido, a tão festejada "zeragem" da dívida líquida externa brasileira, conforme se verifica do gráfico 11, é algo enganosa, uma vez que tem sido obtida por meio através de uma agressiva política de atração de capitais externos, cuja contrapartida tem sido a compra de dólares pelo Banco Central e a correspondente emissão de títulos da dívida pública. Para "zerar" a dívida externa líquida – que é a diferença entre a dívida externa total (empréstimos contraídos pelos bancos ou pela emissão de títulos) e os bens que o governo e setor privado possuem no exterior (reservas internacionais e depósitos no exterior) – o Banco Central do Brasil gastou, entre 2004 e 2007, cerca de R$ 354 bilhões, conforme se verifica do gráfico 12.

Gráfico 10 - Dívida líquida do setor público (% do PIB)



Fonte: Ipeadata

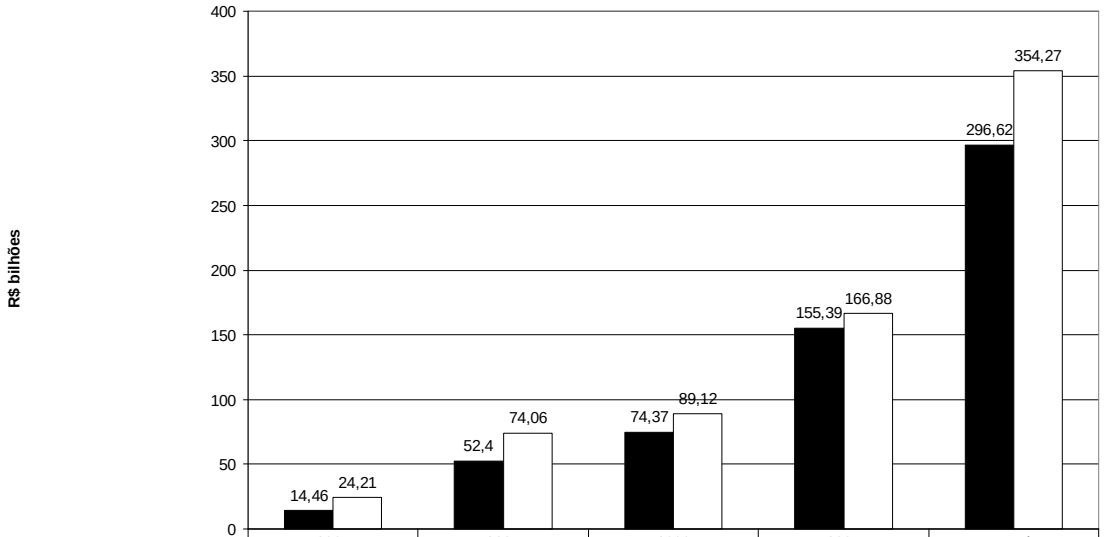
Gráfico 11 - Dívida Externa Líquida (US$ bilhões)



	mar/02	mar/03	mar/04	mar/05	mar/06	mar/07	jan/08
Dívida Externa Líquida (US$ bilhões)	163,398	165,225	147,527	127,788	88,339	60,029	-4,000

Fonte: Banco Central, apud Folha de S. Paulo, 22/01/2008.

Gráfico 12 - Aumento da dívida interna devido à compra de dólares



	2004	2005	2006	2007	Total
■ Valores correntes	14,46	52,4	74,37	155,39	296,62
□ Valores corrigidos pela Selic	24,21	74,06	89,12	166,88	354,27

Fonte: Banco Central, apud Folha de S. Paulo, 22/01/2008.

Por último, mas não menos importante, é preciso observar que a taxa de investimento (a formação bruta de capital fixo – FBKF) no Brasil é extremamente baixa. Considerados os dois governos FHC (1995-2002), o primeiro

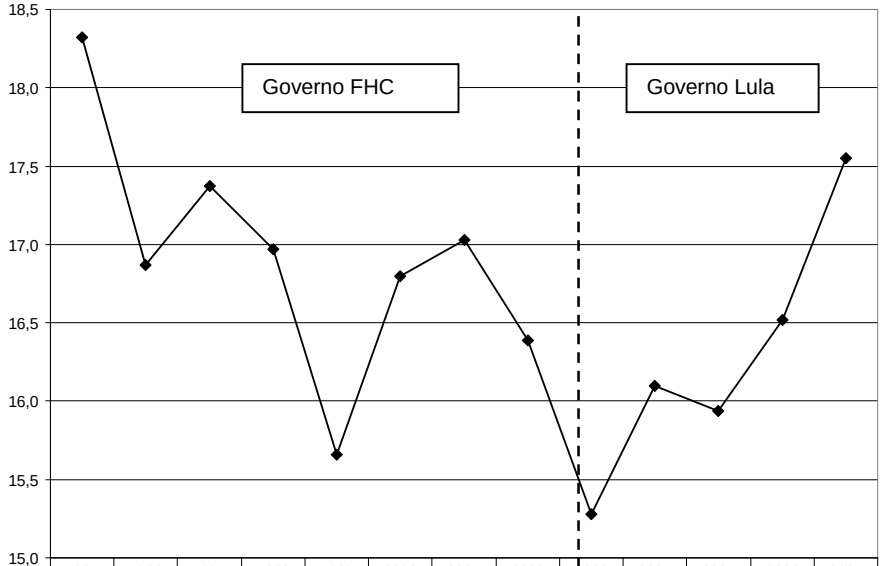
governo Lula (2003-2005), e o primeiro ano do segundo mandato de Lula (2007), a taxa média de investimento foi de 16,7%. Tal valor não só é muito baixo, quando comparado às taxas de investimento de outras economias emergentes, como no caso da China (43% do PIB) e Índia (37% do PIB), como o é também em relação aos padrões históricos do Brasil que giram em torno de 20% do PIB.

A baixa taxa de investimento nos governos FHC e Lula está diretamente relacionada com a política de juros elevados e câmbio apreciado, que desestimulam o investimento produtivo, tornam pouco competitivas as exportações de manufaturas e travam o crescimento da economia. Contudo, como se observa do gráfico 13, é preciso notar que, ao contrário do governo FHC, no qual houve uma evidente tendência de queda na taxa de investimento, durante o governo Lula esta vem se recuperando, embora em níveis insuficientes. Vale salientar que, em 2007, os investimentos chegaram a 17,6% do PIB, maior valor desde 2000. A tendência de elevação da taxa de investimento no governo Lula deve-se à redução da taxa de juros, ao crescimento das exportações de *commodities*, decorrente do elevado crescimento da economia mundial, a partir de 2003, e principalmente das economias emergentes, particularmente da Índia e da China, além do crescimento do consumo interno, em virtude do aumento da renda e do crédito.

Contudo, é preciso observar, que é praticamente unânime a avaliação entre os especialistas de que, mantendo-se as taxas atuais de investimento, o Brasil não será capaz de dar sustentação ao atual ciclo de expansão da economia. Para crescer de forma sustentada a uma taxa de 5% ao ano, é preciso investir aproximadamente 22% do PIB e a indústria deveria crescer a uma taxa de pelo menos, 8% ao

ano. Uma das principais metas do Plano de Desenvolvimento Produtivo – PDP/2008, lançado em 12 de maio de 2008 pelo governo federal, é a elevação da taxa de investimento para 21% do PIB, até 2010, o que implica um crescimento médio anual dos investimentos de 11,3% ao ano, entre 2008 e 2010.

Gráfico 13 - Taxa de Investimento (% do PIB)



	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Taxa de Investimento (% do PIB)	18,3	16,9	17,4	17,0	15,7	16,8	17,0	16,4	15,3	16,1	15,9	16,5	17,6

Fonte: Ipeadata

Bibliografia

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Macroeconomia da Estagnação.* São Paulo: Editora 34, 2007.

FILGUEIRAS, L. *História do Plano Real.* 3ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Editorial Boitempo, 2007.

FILGUEIRAS, L. e GONÇALVES, R. *A Economia Política do Governo Lula.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

PAULANI, L. *Brasil Delivery.* São Paulo: Boitempo, 2008.

João Pinheiro da Silva, um desenvolvimentista nos primórdios da república? Um diálogo com as fontes

Marcos Fábio Martins de Oliveira[1].

Resumo

O presente artigo objetiva discutir a contribuição do pensamento econômico de João Pinheiro da Silva (Presidente/Governador do Estado de Minas Gerais) em temas como desenvolvimento, agropecuária, indústria e protecionismo nos primórdios da Primeira República.

Palavras-chave: João Pinheiro da Silva, Minas Gerais, desenvolvimentismo, industrialismo e protecionismo.

Abstract

This article aims to discuss the contribution of economic thought of *João Pinheiro da Silva* (President / Governor of the state of *Minas Gerais*) on issues such as development, agricultural activity, industry and protectionism in the early days of the *Primeira República* (First Republic).

Keywords: João Pinheiro da Silva, Minas Gerais (State), development, industrialism and protectionism.

João Pinheiro da Silva é comumente apresentado como um desenvolvimentista precoce. Este trabalho aceita este afirmação como sua hipótese inicial; para tanto objetiva:

- ✓ Analisar o pensamento econômico de João Pinheiro;
- ✓ Analisar o conceito de desenvolvimentismo (ou melhor, a visão de desenvolvimento) em João Pinheiro, para posterior confrontação com os

[1] Professor da UNIMONTES (economia e história) e das Faculdades Santo Agostinho (Montes Claros) e doutorando em História Econômica na FFLCH/USP. Além das Instituições a que estou ligado, agradeço também o apoio da Fundação João Pinheiro à pesquisa que dá origem a este trabalho.

conceitos discutidos na época e na literatura, o que será feito em trabalhos futuros.

O presente trabalho encontra-se organizado, além desta introdução e das considerações finais, em oito seções, a saber; 1, Breve apontamento Biográfico; 2, As idéias centrais, a manifestação de um programa (Antecedentes); 3, Formação; 4, Abandono da política; 5, A experiência empresarial e alguns reflexos em seu pensamento político-econômico; 6, O retorno à política; 7, A questão econômica no discurso de João Pinheiro, sendo este o cerne das questões aqui indagadas, ou seja, a questão da perspectiva desenvolvimentista em seu pensamento; e 8, Uma percepção de(a) História.

1. Breve apontamento biográfico

Para o leitor não familiarizado com a história de Minas Gerais, em particular com a história dos primórdios da República neste Estado, esboçam-se a seguir breves apontamentos sobre a curta vida política de João Pinheiro; detalhes relevantes para esclarecimentos de pontos relevantes atinentes aos objetivos deste artigo serão desdobrados ao longo do mesmo.

Nascido na cidade do Serro (1860), João Pinheiro da Silva inicia sua vida política em Minas Gerais como militante republicano tão logo retorna de São Paulo graduado (1887) em Ciências Jurídicas e Sociais. Estabelece-se em Ouro Preto como advogado (1888) e como *propagandista*[2] da causa republicana; na mesma cidade participa ativamente como

[2] O termo *propagandista* é muito utilizado por João Pinheiro como auto-referência, identificando os republicanos históricos, aqueles defensores da causa ainda como bandeira à época em que ela não trazia, no dizer de suas palavras, bônus, mas sim ônus e riscos. A militância, ainda como estudante no Largo do São Francisco (Faculdade de Direito) em São Paulo, já havia começado, onde teve a oportunidade de conhecer os republicanos históricos, sobretudo paulistas.

um dos líderes da fundação do Partido Republicano da Capital (onde é escolhido como membro da Comissão Provisória) e da realização Congresso do Partido Republicano de Minas - PRM, onde é eleito para Comissão Executiva do Partido. Em 1898 cria e torna-se editor do jornal *O Movimento*, órgão oficial do Partido Republicano em Minas Gerais; no ano seguinte (agosto de 1889) é candidato (não eleito[3]) a Deputado nas eleições gerais.

No final da Monarquia, por perseguições políticas aos republicanos, João Pinheiro articula a transformação dos PRM em Clubes Republicanos, secretos, visando melhor defender a causa.

Com o advento da República, João Pinheiro ascende rapidamente, como Secretário de Estado (21/01/1890), também, na mesma data, como 1º.Vice-Governador, ambos no Governo Cesário Alvim, Governador Interino (11/02/1890, vice em exercício, quando o Governador Cesário Alvim tornou-se Ministro do Interior) e posteriormente como Governador (12/04/1890), todos cargos nomeados pelo Governo Provisório da República.

Posteriormente renuncia ao cargo de Governador (23/07/1890) e candidata-se a Deputado Constituinte. Eleito (posse em 04/11/1890), torna-se membro da *Comissão dos 21*, encarregada de centralizar as discussões e sistematizações na elaboração da nova Carta Constitucional; a comissão tem este nome, pois congregava um representante de cada estado da Federação. Finda a Constituinte, continua suas funções como deputado, ao mesmo tempo em que iniciava estudos para implantação de uma cerâmica em Caeté; divergências políticas (que serão tratadas adiante) levaram a

[3] Ver seção Abandono da Política, neste artigo.

renúncia de sua candidatura à reeleição (06/01/1894) e ao efetivo abandono da vida pública em cargos em oficiais estaduais[4]; época a partir da qual se dedica integralmente à administração da recém criada *Cerâmica Nacional de Caeté* ; tal experiência, como será apresentada posteriormente neste trabalho, traria repercussões no pensamento econômico de João Pinheiro, criando ou reforçando suas convicções.

O retorno ao cenário estadual se dá no *Congresso Agrícola, Comercial* e *Industrial* de 1903, do qual foi o presidente, a pedido e por designação do Presidente do Estado de Minas, Francisco Salles. Logo após, candidata-se (1905) ao Senado Federal (vaga extemporânea devido ao falecimento do Senador Carlos Vaz de Mello); já como Senador da República tem seu nome indicado pelo Partido Republicano Mineiro – PRM – à Presidência do Estado, eleito toma posse para o período 1906-1910, no entanto não termina seu mandato, vindo a falecer em 25 de outubro de 1908.

2. As idéias centrais. A manifestação de um programa

Alguns antecedentes

Como ponto de partida serão utilizados dois documentos oficiais, contendo uma síntese dos argumentos políticos e econômicos produzidos por João Pinheiro, seus manifestos eleitorais ao Senado da República e á Presidência do Estado de Minas Gerais. São eles: *Candidatura Ao Senado* e *Manifesto Programa*. Depois outros documentos serão

[4] Destacamos abandono da *vida pública em cargos oficiais estaduais*, pois há relatos de permanentes contatos políticos desde sua chácara em Caeté. Ao mesmo tempo em que participa ativamente da vida pública em Caeté, onde é eleito vereador e Presidente da Câmara (1/1/1890), o que lhe confere o cargo de Agente Executivo, equivalente ao de prefeito atualmente (*Idéias Políticas de João Pinheiro*, pp.20-1). Nesta gestão, realiza a Primeira Feira Municipal de Caeté, o que propôs e não foi realizado em seu primeiro governo no Estado e seria sua marca na segunda gestão.

ressaltados, já na fase de chefe do executivo, como as Mensagens ao Congresso Mineiro.

Destes e outros documentos interessa extrair as idéias norteadoras do pensamento econômico de João Pinheiro. Interessa também saber o porquê da predominância da questão econômica e não da questão política? Quais as críticas que João Pinheiro faz a política? Ou pelo menos ao modo como então a política era feita.

Alguns antecedentes sobre estes pensamentos de João Pinheiro podem ser pinçados de alguns de seus pronunciamentos; por exemplo, em *Circular aos Eleitores do 2º. Distrito*, quando de sua candidatura para deputado nas eleições gerais expõe:

> "(...) em breve a causa do futuro, que é a causa da república e da regeneração nacional e a causa do passado que é a causa da monarchia. (...)"
> "Todas as classes estão descontentes.
> "E si entre ellas as últimas a pronunciarem-se foram as productoras, não será razão disto a ausência, há muito tempo, de motivos para profundos desgostos sendo as mais oneradas e justamente as mais desconsideradas da actual política.
> "O nosso governo [Império], que podemos chamar sem medo de erro, governo do parisitismo e da exploração, constitui uma vasta rede de indivíduos cuja única funcção é viverem das rendas públicas que não chegam nunca para a sua voracidade, de modo que o déficit é estado permanente das nossas finanças, o augmento dos impostos, os recursos pesadíssimos de que lançam mão todos os annos, acontecendo que, além deste recurso, ainda empregam o dos empréstimos tendo se elevado a nossa dívida nacíonal ao algarismo espantoso de um milhão e duzentos mil contos de réis." [5]

Vemos já ai a preocupação com a economia, reforçada no mesmo documento pelas reiteradas vezes que critica os impostos e falta de infra-estrutura em geral:

> "Nos Estados Unidos, como nas repúblicas vizinhas, as estradas de ferro cortam o paiz em todas as direcções, a procdução é vasta, a circulação fácil e rápida, o

[5] Circular aos Eleitores do 2º. Distrito, *O Movimento*, de 28 de julho de 1889. Ed 28 – ano 1, p. 1.

> comércio activíssimo, as indústrias multiplicadas, as escolas profissionais por toda parte...
> Emquanto os que governam o Brazil só cuidam no augmento dos empregos públicos e dos seus vencimentos (...)".[6]

Estas preocupações já haviam sido expostas no *Manifesto do Congresso Republicano*[7] Mineiro:

> "Qual é hoje o aspecto que apresenta o Brasil?
> "Geral desânimo (...)
> "Se a população cresceu e com ela a produção, cresceram igualmente os impostos, desbarataram-se as rendas e o País está pobre.
> "A instituição de uma crítica longa sobre o nosso estado financeiro seria impertinente neste manifesto; mas o congresso não pode deixar de assinalar que este estado é tristíssimo; que os déficits orçamentários se sucedem; que a alta administração da monarquia, nas suas lucubrações, não encontra remediá-la senão o recursos dos impostos e dos empréstimos – saques que com mão de ferro hão de pesar sobre as gerações futuras e triste legado que a miseranda atualidade vai deixar aos pósteros!.
> "Ao passo que outros países sem ter por si nem as riquezas naturais que possuímos, sem ter um solo ubérrrimo como o nosso, prosperam rapidamente sob o regime republicano, espantando o mundo com seu adiantamento e progresso, o nosso Brasil definha e vê suas forças estagnadas.
> "É que entre nós uma política de corrilhos à sombra da umbela da monarquia tem tudo avassalado, com menosprezo dos grandes interesses nacionais. Na ordem intelectual reina profunda ignorância, a ponto de 90% da população não saber ler nem escrever. É um fato que atesta a incúria da realeza como se a monarquia se mostrasse empenhada em perpetuá-la para seu proveito.
> "Na ordem moral a corrupção tem invadido os costumes (...)
> "Na ordem política, os partidos monárquicos nenhuma significação têm e tudo se reduz hoje a mera questão de rótulo.
> "No poder, os partidos usurpam uns as idéias dos outros e, o que mais é, nenhuma reforma realizam sem que de cima recebam a senha." (grifos nossos)[8]

Pelo exposto, percebe-se uma vinculação entre a idéia de República e a superação dos problemas brasileiros: pouco

---

[6] Circular aos Eleitores do 2º. Distrito, *O Movimento*, p. 1.
[7] Do qual João Pinheiro era um dos dirigentes principais. Não há referência sobre quem efetivamente são seus autores, redatores, do documento. Assim, assume-se que é o Partido, ou sua direção, consensualmente.
[8] Manifesto do Congresso Republicano [Mineiro], publicado no *O País*, Rio de Janeiro, 8/12/1888. Citado em *Idéias Políticas de João Pinheiro*, pp 79-84.

desenvolvimento econômico, analfabetismo, corrupção e falta de compromisso com o país e a população, partidos sem programas e sem idéias, comprometidos com o próprio bem. Embora apresentadas numa época em que era oposição, estas idéias são aqui enunciadas, pois serão confrontadas com as expostas durante o período em que João Pinheiro ascende ao Governo.

Implantada a República, reafirma estas mesmas idéias quando assume o Governo de Minas pela primeira vez em 1890. Diz ele, numa mensagem *Aos Mineiros*;

> "Aos velhos republicanos a honra da iniciativa; ao generoso soldado brasileiro a honra da execcução; aos velhos partidos a honra da aceitação; e à Republica brasileira a honra desta solidissima base!
> O que cumpre agora é o delineamento e a execcução do soberbo edificio, sem outros fins e outras preocupações que não sejam a consecução de toda a grandeza e prosperidade de que somos capazes, em meio da mais ampla liberdade de espirito, melhorando e reorganizando-se o trabalho, favorecendo as indústrias, e entre ellas, a agricultura principalmente, cuidando-se dos meios de comunicação e fazendo-se executar systematicamente planos de viação férrea, prestando-se toda a attenção aos serviço de imigração; simplificando e descentralizando o serviço administrativo; cuidando-se desde já dos meios de se fiscalizar severamente o modo por que é feito o ensino público, e que absolutamente não corresponde à grande despeza pecuniária que custa ao Estado; reorganizando o corpo de polícia para cuja desmoralisação influíram bastantemente os usos dos partidos extinctos, usos fataes, dada a situação em que se achavam, o que tudo constitue tarefa difficílima, é certo, e que por isto mesmo deve ser emprhendida com esforço equivalente ás dificuldades." [9]

Esta mesma linha norteará seus atos à frente do Governo de Minas, quando procura estimular as produções e criar canais de comercialização, pela realização de feiras e exposições permanentes[10] bem como a racionalização da

---

[9] *Aos Mineiros*, publicado em *O Movimento*, de 29 de abril de 1890. Ano II Ed n. 72, p.1

[10] A idéia de feiras e exposições é constante em João Pinheiro. Nesta Resolução (e instruções anexas) de 28 de abril de 1890 detalha seus procedimentos e objetivos, bem como a previsão de sua operacionalização Decreto n. 48 de 28 de abril de 1890. Crea nesta capital uma exposição permanente dos productos naturaes, agrícolas e industriais deste

cobrança de impostos e taxas de transporte (itinerário)[11] para não onerar excessivamente a produção, em especial das indústrias nascentes (tema a ser tratado adiante de forma mais detida) e na criação de laboratórios de análise de terras, para estimular o aumento da produtividade e tecnificação da produção[12] Assim como reorganiza e aprimora o serviço estadual de estatística, com intuito de aprimorar a administração com base em informações mais seguras.

Nestes antecedentes, percebem-se algumas lacunas; pelo menos duas substanciais para a problemática aqui tratada, quais as idéias econômicas de João Pinheiro durante a Constituinte? Será que as tinha? Como Minas Gerais já havia feito um projeto de Constituição Estadual, por comissão nomeada por João Pinheiro (que seria adaptado depois de aprovada a brasileira) e cuja elaboração o mesmo participou

---

Estado e dá instrucções á respeito. pp. 84 – 88*. Collecção dos Decretos do Governo Provisório do Estado de Minas Gerais*: expedidos desde 3 de dezembro de 1889 a 31 de dezembro de 1890. Bello Horizonte: Imprensa Official, 1903.

Explicita que a "prosperidade material de um Estado não póde provir exclusivamente da acção governamental, a esta cabe, em todo caso, cabe promover e animar solicitamente a iniciativa particular no sentido de conseguir semelhante objectivo".

Destaca que os recursos naturais são abundantes, incalculáveis e não convenientemente explorados ou aproveitados. A intenção das feiras e exposições seria (conforme experiência e exemplos de outros países), "(...)facilitar aos productores a offerta, aos consumidores a procura, sendo para o commercio uma base de largo desenvolvimento".

Estabelece que na capital do Estado haveria uma exposição permanente (de produtos naturais, agrícolas e industriais), a ser instalada em 1º de novembro de 1890, e os respectivos prêmios e regulamentos, tendo como ênfase o aumento de produtividade (para ele o maior problema da economia de Minas Gerais)

Esta primeira feira não foi realizada; no entanto a idéia retornaria durante o 2º. Governo de João Pinheiro. Durante a as comemorações do centenário de nascimento de João Pinheiro. Hilo de Andrade lamenta a não realização da referida exposição (Copérnico Pinto COELHO, *Coletânea do Centenário de Nascimento de João Pinheiro da Silva*, 1960, p.103)

Outra idéia seria estabelecer na capital da república uma exposição permanente dos produtos de Minas. Necessários confirmar sua realização (ou não). Seria interessante também analisar os exemplos de outros países e das Feiras Mundiais, que grande imptacto causou no final do século XIX e início do XX (fontes inspiradoras deste projeto). Quanto às feiras, exposições e feiras, devem-se analisar também os precedentes em Minas Gerais durante o Império, em especial o trabalho de Francisco IGLESIAS. "Política Econômica do Estado de Minas Gerais, 1890-1930" *V Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte, UFMG. 1982.

[11] *Cobrança de Imposto de Exportação*. Decreto n. 82, de 24 de maio de 1890. Dá instrucção para a cobrança de impostos de exportação *Collecção dos Decretos do Governo Provisório do Estado de Minas Gerais*: pp. 114 – 143.

[12] Laboratório de Análises de Terras. Decreto n. 91 de 4 de junho de 1890. Annexa á escola de minas um laboratório de analyses de terras, etc., de que tratam as instrucções de 25 de março último. *Collecção dos Decretos do Governo Provisório do Estado de Minas Gerais*: p. 169.

diretamente, seria interessante investigar se, e quais as diferenças, existem entre as mesmas na questão econômica; tal investigação exigirá um aprofundamento nos Anais da Constituinte Republicana, o que poderá ser feito em outro trabalho.

Outra lacuna importante é saber qual a posição de João Pinheiro quanto à questão do *encilhamento*[13]. Necessário se faz pesquisar fontes a este respeito, dado a importância capital deste fenômeno para entendimento do enquadramento quanto as posturas e políticas econômicas dos diversos grupos em discussão no período. Por ora esta questão ficará em aberto.

3. Formação

Apesar de ser advogado formado e atuante em seus anos profissionais iniciais, João Pinheiro sofreu grande influência de sua passagem pela Escola de Minas de Ouro Preto. Não chegou a completar seu curso, mas o freqüentou por dois anos (abandou o curso antes da matrícula no terceiro), tendo desistido por convicção ou receio do desemprego[14], devido às poucas perspectivas para os egressos da escola. No entanto sua formação estaria marcada pelo positivismo[15] e por uma racionalidade técnica, muitas são as referências a necessidade de aumento da ampliação da base material como sustentáculo da sociedade; da necessária organização e racionalização da

13 A única referência (que pode ser interpretada como negativa) ao encilhamento é apresentada no *Memorial* (1903), quando diz: "A Fábrica nunca recorreu a um empréstimo para viver, iniciado os estudos em 1891, ella viu passar a febre do jogo da bolsa, a elle absolutamente extranha, escudada apenas no trabalho, filha da iniciativa particular, caminhando sómente com esta força até o ponto em que está." (Caio Nelson SENNA, João Pinheiro da Silva, sua vida, sua obra, seo exemplo, 1941, p. 137.

14 "...incerteza do futuro de tal Eschola, e o exemplo de estarem todos os ahi formados, com pouca excepção, desempregados (...)". Carta de 10 de fevereiro de 1883, endereçada ao tio Luís Antônio Pinto. APM doc. N. 21, 1883, 10 de fevereiro, p. 2, caixa 2.

15 Os trabalhos sobre João Pinheiro relacionados com política ou a questão religiosa aprofundam a questão do positivismo, para uma apresentação sobre este aspecto, ver Ivan Monteiro de Barros Lins. *João pinheiro, sua formação filosófica e seus ideais humanos, sociais e políticos*. Belo Horizonte,S.ed., 1966.

produção e principalmente aumento da produtividade; sendo baixa, era a causa maior da pobreza de Minas e do Brasil.

Também é recorrente em seu pensamento e ações a defesa da educação em geral, principalmente a generalização ou ampliação[16] do acesso as séries iniciais (grupo escolar). Destaque dava a formação profissional e técnica, desde o ensino primário até o superior.

Chega mesmo a criticar (apesar de ser um deles[17]) o *bacharelismo* no Brasil; alega que as esperanças das famílias em formar seus filhos com educação e profissão liberal (como advocacia) acabam por prejudicar o país e os próprios filhos, pois não contribuem para aumentar a riqueza material do Brasil; assim, como a riqueza não aumenta, os próprios bacharéis serão colocados em situação difícil, de proletários intelectuais. Basicamente a questão é, não havendo expansão da base material e da produtividade, a renda a ser dividida/apropriada será necessariamente menor; resulta disto o empreguismo e a dependência do Estado.[18]

Devido a esta influência da *Escola de Minas de Ouro Preto* no pensamento de João Pinheiro, necessário se faz estudar esta escola, assim como o projeto que a mesma tinha para o país [ou pelo menos industrialização mineira]; o que poderá ser feito (estudo desta influência) em outro artigo.[19]

---

[16] Quanto em seu segundo mandato dobra as vagas oferecidas para o ensino primário, destaca que 700.000 crianças ainda estavam fora da escola. Aparentemente defendia a universalização deste nível de ensino e a ampliação dos demais, com o seguir dos anos. Esta idéia, também presente no discurso republicano efetivamente foi pouco aplicada durante o século XX, tendo em vista os padrões educacionais vigentes ainda na segunda metade do mesmo.

[17] E veta lei que restringia o mercado para advogados formados... alegando cerceamento da liberdade profissional e captura do Estado por uma classe profissional. Razões do Veto a proposição de Lei N. 40, de 31/07/107). *Idéias Políticas de João Pinheiro*, 1980, p.311.

[18] Que pode ser analisada com base na teoria do *rent seeking*. Em Nali de Jesus de Souza, *Desenvolvimento econômico*, São Paulo, Atlas. 1997) há um resumo desta teoria.

[19] Ficam aqui algumas indagações, qual o projeto que a Escola de Minas tinha? Industrialização pesada? Com base em capitalização e recursos naturais (carvão vegetal) próprios, mineiros e brasileiros?
Ver discussão: Escola de Minas *versus* Politécnica do Rio (projeto vencedor; menos nacionalista). Interesses do Rio de janeiro e do capital estrangeiro prevalecem. Esta

4. Abandono da política

O abandono da política no âmbito estadual já apresentara alguns prenúncios ou antecedentes, João Pinheiro já renunciara em 1889 a uma candidatura a deputado provincial (Carta ao 8º. Distrito)[20], ao Governo do Estado e a reeleição como Deputado Federal. Isto demonstrara certa dificuldade ou falta de disposição em cumprir determinadas obrigações cobradas pelo jogo político tradicional. A seguir são apresentados alguns elementos nestes processos.

Quando João Pinheiro renunciou ao primeiro mandato no Governo do Estado, em 23/07/1890, divulgou sua versão, sua explicação para o episódio encontra-se na *Exposição de Motivos ao deixar o Governo do Estado*, de 1º. de agosto de 1890[21] A visão então predominante do ocorrido relacionava-se ao fato do Governo Provisório da República, cujo Ministro da Instrução Pública, General Benjamin Constant, ter nomeado o Sr. Gorceix para diretor-Efetivo da Escola de Minas de Ouro Preto, quando João Pinheiro pretendia indicar outro nome ou ter a decisão sobre as nomeações. Ele minimiza o fato em si, mas destaca que:

> "Em resumo, o incidente que determinou o meu pedido de exoneração, é em si insignificantíssimo; mas envolvia para mim, um principio da mais alta significação, qual é o da autonomia absoluta dos governadores, nada se devendo fazer no Estado, sem audiencia dos mesmos."[22]

---

discussão está presente nos anos 20 e 30 (século XX), há algum precedente no final do XIX e início do XX?

[20] *Circular aos eleitores do 8º. Distrito*, publicado em O Movimento de 05/10/1889. (*Idéias Políticas de João Pinheiro*: 1980, p.95). Nesta circular pede que seu nome fosse substituído, abandonando sua candidatura a eleição provincial.

Tomar cuidado, pois a *Circular aos Eleitores do 2º. Distrito,* de 28 de julho informa que a eleição (**eleições gerais**, para o qual não foi eleito Deputado) será no dia 31 de agosto de 1889 (*Idéias Políticas de João Pinheiro*, p. 87), no entanto a Circular ao 8º, onde pede sua exclusão da lista de candidatos , é de 05 de outubro de 1889. Trata-se esta de eleição **provincial.** Pelo visto, outra eleição.

[21] Publicado em *O Movimento*, de 8 de agosto de 1890. Ano II, Ed n. 84, p.2.

[22] *O Movimento*, de 8 de agosto de 1890, Ano II, Ed n. 84, p.2

Grave também era a repercussão que o fato provocará:

> "Entretanto, chamado ao Rio e ja pelo que aqui verifiquei, o tal grupo aproveitando do incidente avançava na intriga e por fim, o que estava em questão era a política que eu fazia.
> "Percebendo isto, insisti terminantemente no meu pedido de exoneração" (Grifos nossos).[23]

A política a que João Pinheiro se referia era a "política de conciliação", *"...conciliação de todos os interesses, fazendo o chamamento de todas as forças capazes de auxilio na consolidação da Republica, sem exclusão, como sem odios"*[24]. Sua renuncia viria garantir a manutenção desta visão, e a indicação de Bias Fortes para sucedê-lo sua execução.

Após esta renúncia, elege-se Deputado Federal Constituinte, e faz parte da comissão sistematizadora da Carta Republicana, Comissão dos 21. Promulgada a Constituição em 1891, seu interesse pela política começa a diminuir; a isto também se alia seu posicionamento político frente aos conflitos do momento, provocados pela renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca (23/11/1891) e ascensão do Marechal Floriano Peixoto, sem convocar novas eleições. Os mesmos episódios levaram a renuncia do Governador Cesário Alvim.[25]

---

[23] *O Movimento*, de 8 de agosto de 1890, Ano II, Ed n. 84, p.2.
Outro objetivo, também exposto no mesmo documento era a:
"...discordancia com o projecto da constituição em ponto que reputo capital." "Refiro-me á questão religiosa e a exclusão injustissima dos clérigos da nossa comunhão politica". Embora fosse partidário do Estado Laico e da clara separação da igreja e do Estado. Este assunto tem relevância na análise do pensamento de João Pinheiro, mas não em nossa discussão, de cunho mais econômico. A renúncia ao governo permitiria que manifestasse suas opiniões de maneira mais livre.

[24] *O Movimento*, de 8 de agosto de 1890, Ano II, Ed n. 84, p.2. Nesta *conciliação* seriam aceitos no governo todos aqueles com competência e experiência, mesmo ex-monarquistas (desde que aceitasse o novo regime).

[25] 17 de fevereiro de 1892 (renúncia de Cesário Alvim). Ambos ficaram ao lado da posição do Marechal Deodoro. Aqui colocamos uma indagação, que exige maior aprofundamento no quadro nacional, não seriam os *florianistas* os defensores da industrialização, do nacionalismo e de uma maior intervenção do estado (na economia e em outros setores)? Bem como de uma república mais radical (jacobinos)?

A desilusão com a política tradicional avança. A política de conciliação volta a ser questionada. Embora aparentemente tentando, não dava para conciliar todos os interesses (Quem ficava de fora? Parte dos Históricos? Quem?), isto acabou culminando com renúncia a candidatura a reeleição a Deputado Federal, conforme expôs em *Carta a Gama Cerqueira*, de 06 de janeiro de 1894[26].

Ao passo em que se desiludia com a política, crescia o interesse pela atividade empresarial, que levaria a fundação (ainda como Deputado) da Cerâmica Caeté, em 13 de julho de 1893.[27] Os estudos para a criação da cerâmica já haviam começado em pelo menos 1891[28], quando, João Pinheiro mandará analisar o barro de sua chácara Tinoco (adquirida em 1892), naquele município, para onde se mudaria com sua família em 1894.

Estando de lado oposto ao de Floriano, estariam contras suas propostas e políticas (inclusive econômicas)? Ou era apenas a questão das eleições (e democracia)?

[26] Carta aberta (de 06 de janeiro de 1894) publicada em *O País*, Rio de janeiro, 12/01/1894. Carta a Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, em que João Pinheiro comunica, de público, a decisão irrevogável de retirar sua candidatura a deputado federal (reeleição) e anuncia seu retraimento político. (*Idéias Políticas de João Pinheiro*, pp145-6). No APM há disponível o manuscrito da carta, Doc n. 1257, ano 1894, 21 de janeiro. 12 páginas, caixa 9.

Fica aqui uma pendência, como pode ter renunciado a candidatura em 06 de janeiro de 1894 se seu mandato iria até 25 de setembro de 1893? Após a constituinte os mandatos seguiriam em casas divididas (Câmara e Senado). *Idéias Políticas de João Pinheiro*, p.19.

[27] Ata de fundação da Cerâmica Nacional de Caeté. Caio Nelson SENNA. *João Pinheiro da Silva, sua vida, sua obra, seo exemplo; .*p.54.

A ata ainda demonstra interesse pela política, quando a seu final coloca: "sendo Vice-Presidente da República o s. Marechal Floriano Peixoto, *em exercício da Presidência"* (grifo nosso). Seria isto homenagem (já que colocou Presidente de Minas e da Câmara Municipal de Caeté) ou manifestação de sua posição política pró Deodoro e a convocação de novas eleições para Presidente da República?

No monumento ao fundador da república – homenagem a Deodoro, no Rio de Janeiro, João Pinheiro é o único mineiro a constar das estátuas. Indício claro de sua postura?. Ver Caio Nelson SENNA, *João Pinheiro da Silva, sua vida, sua obra, seo exemplo,* 1941, pp. 38-A e 39

[28] "1892 fevereiro 17 – Cesário Alvim renuncia ao governo de Minas Gerais (2º. Período). É quando João Pinheiro começa a se afastar da política, abandonando praticamente a atividade parlamenta, com deputado federal. O seu mandato, depois da Constituinte, com a separação das duas Câmaras, terminaria a 25 de setembro de 1892. Em 1891, já pensava dedicar-se as atividades industriais, iniciando os estudos para o estabelecimento da Cerâmica de Caeté, o que se efetivará em 1892." *Idéias Políticas de João Pinheiro*, p. 19.

No documento *Memorial* João Pinheiro informa que os estudos iniciaram em 1891 (Caio Nelson SENNA, *João Pinheiro da Silva, sua vida, sua obra, seo exemplo,* 1941, p. 137).

Essa experiência como produtor iria reforçar os argumentos e convicções de João Pinheiro em relação à importância do protecionismo e da ativa participação do Estado na economia. Este tema será retomado após o relato de sua experiência empresarial.

5. A experiência empresarial e alguns reflexos em seu pensamento político-econômico.

Profissionalmente João Pinheiro atuou como professor, advogado e político. Sua vida empresarial está intimamente ligada a Caeté, onde adquiriu a Chácara do Tinoco e fundou a Cerâmica Nacional; esta é sua experiência mais conhecida. Suas atividades lá desenvolvidas também estão ligadas a produção agropecuária; pois ao longo dos tempos adquiriu novas terras, vizinhas à chácara e a cerâmica e nas redondezas; como pode ser verificado no inventário quando da Hipoteca[29] de seus bens a propósito de empréstimo junto ao *Banco de Crédito Real de Minas Geraes*.

Quanto a Cerâmica, o próprio João Pinheiro a descreve no documento *Memorial*[30], apresentado ao *Banco da República* (Rio de janeiro, 08 de Agosto de 1903), quando de uma tentativa de empréstimo[31]. Em suas palavras:

> "É simples o histórico de como surgio a 'Cerâmica Nacional'. O Governo de Minas contractando o fornecimento de material sanitário para a nova Capital, adiantou ao contractante que foi o proprietário da fábrica 160 contos; com este dinheiro foi feita a instalação inicial; todo o fornecimento de cerca de 600 contos foi entregue em dois anos. O adiantamento foi pago e o modo como foi cumprido o contracto mereceu

[29] Transcrição da escritura de hipoteca (1904) obtida por Senna e apresentada em seu livro (*João Pinheiro da Silva*...) de 1941, p.129.
[30] Caio Nelson SENNA, *João Pinheiro da Silva, sua vida, sua obra, seo exemplo,* 1941, pp; 134-138.
[31] Aparentemente mal sucedido, haja vista o empréstimo junto ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais (hipoteca supra-citada).

> em mensagens presidências elogios por parte do Presidente do Estado.
> "Ponto importante a notar – o fornecimento foi feito com abaixamente do preço de 15% sobre a mercadoria extrangeira, preço de concurrencia publica. Sérvio de base a concurrencia feita em Juiz de Fora."[32]

Assim, além de uma questão familiar (Caeté era a terra de sua família materna) percebemos uma conexão entre a oportunidade surgida com a decisão de se criar uma nova capital, tomada em 1891, quando se dão os inícios dos estudos da qualidade do barro para produção de cerâmica, e a opção por Belo Horizonte (1893), mesmo ano da ata de criação da cerâmica (sua efetivação seria em 1894).

O mesmo *Memorial* aponta os produtos, mercados, técnicas de fabricação e insumos utilizados pela Cerâmica. Destaca que os principais produtos eram tubos e material sanitário, além de tijolos refratários, tijolos de calçamento, bem como louças e porcelanas (em estágio inicial) e material para laboratórios (louça de granito e porcelana; ainda em experiência). Seus principais mercados eram Belo Horizonte e governos de Minas Gerais e outros estados (Rio de Janeiro e São Paulo). Destaca que matéria-prima, combustível e mão-de-obra são nacionais.

Dois problemas são apontados pelo *Memorial* (1903), estrangeiros não pagam impostos e o mercado interno oscila muito, principalmente pela linha de produção ser relacionada com obras públicas. A razão do pedido de empréstimo era a fabricação de louça fina e porcelana, produtos de consumo generalizado, o que garantiria fluxo adequado e contínuo do processo produtivo. Tais novos produtos não necessitariam de proteção especial, conseguiriam competir com o estrangeiro

---

[32] *Memorial* ,1903 (Caio Nelson SENNA, *João Pinheiro da Silva, sua vida, sua obra, seo exemplo*, 1941,p. 137).

em preço e qualidade, bastaria manter-se as taxas então vigentes.[33]

Posteriormente, quanto volta à cena política estadual, suas experiências e vivências no meio empresarial serão utilizadas como referencial. Dois episódios podem ser apresentados como ilustrativos; ambos documentados em cartas, a primeira, de 17 de agosto de 1903, Lilixo comenta:

> "Vi, com effeito, que estivestes na Câmara dos Deputados energicamente protestando perante a respectiva commissão contra a escandalosa isenção de direitos para material cerâmico importado do estrangeiro. Applaudi o teo acto."[34]

Em carta a Calógeras, de 25/2/1905, logo após o lançamento da candidatura ao Senado, ele aponta que:

> "Esta política é um grande mal para minha fabrica; (...) está quase tudo dependendo d. minha direcção pessoal (...). Entretanto há de parecer um paradoxo que seja a fabrica que me empurra com mais violencia para a ingratidão da lucta partidaria. Por que? Muito simples. Fazer industria nova, produsir, custa sacrificios inauditos, e, ainda há dificuldade superior a todos estas: - é a d. vender a mercadoria feita. Ah! Meu caro amigo, nunca plantaste batatas! Caí uma vez nessa asneira, cultivei uma quarta d. chão, obtive colheita estupenda, remiti-a núns balaios e fui pessoalmente ao Rio de Janeiro, vender os meus formosos turbeculos (salvo seja)! É ainda com odio, que me lembro da peregrinação humilhante, de portugues em portugues, batateiros d. profissão e como o cérebro também entufado d. batatas e me disseram desaforos e me não quiseram comprar minha linda mercadoria e offereceram um preço vil e afinal me obrigaram a entregar a colheita quasi dada. (...)
> "E o protecionismo nasceu como a solução salvadora dos que trabalham dos que querem aproveitar as nossas terras desertas e os nossos braços desocupados, dos que sendo donos de seu paiz devem também ser senhores do

[33] A questão da cerâmica já é bem conhecida e discutida na literatura, inclusive tema de monografia de graduação recentemente apresentada na PUC, o que dispensa, dados os objetivos deste trabalho, seu maior desenvolvimento. Ver Ana Flávia Gomes Gonçalves, *João Pinheiro, a Cerâmica Nacional de Caeté, e a industrialização de Caeté* (1894-1908). Belo Horizonte, PUC Minas. 2006. Interessante seria localizar fontes sobre a passagem de João Pinheiro pela administração municipal de Caeté e cotejá-la com o posteriormente desenvolvido em Minas Gerais.

[34] Caio Nelson SENNA, *João Pinheiro da Silva, sua vida, sua obra, seo exemplo*, 1941, p. 133.

> seu mercado, e, para vender tubos foi a mesma lucta para vender a louça será a mesma humilhação e d. novo ver agora claramente como o plantador de batatas e fazedor d. panelas foi empurrado para a lucta ingrata da politica." (grifo nosso) [35]

Nestas duas citações percebe-se o afloramento de uma consciência de classe; a dos produtores, com a qual João Pinheiro se identifica, busca a partir daí (o que pode ser percebido em suas falas quando retorna ao Governo) uma nova política, a política útil, a da produção.

João Pinheiro propagava então uma distinção entre formas de se fazer política.

> "Ha politica esteril e ha politica fecunda. Ha politica inútil e perniciosa, a das pessoas, e ha politica elevada e nobre, a das idéias e dos princípios, para o fim positivo do benefício do povo.
> (...)
> "Mas, e as luctas pessoaes? e as luctas das vaidades? substituamos as competencias sem objectivo pela emulação fecunda do trabalho.
> "Cumpre que o criador e o industrial mais intelligentes possam ver o seu mérito reconhecido e proclamado nas exposições regionaes, e os premios de emulação virão manter um pleito de vaidade, mas vaidades de utilidade real para o que lucta, e para o que testemunha essa lucta, tirando della ensinamentos." (grifos nossos).[36]

O mesmo tipo de pronunciamento é feito em Leopoldina, no Congresso das Municipalidades da Mata, quando aponta para as vantagens das exposições (agropecuárias regionais); onde, segundo ele, os prêmios estimulavam "a nobre emulação humana nas luctas pacíficas do trabalho progressista e dignificador."[37]

---

[35] Carta a Calógeras. APM doc n. 1620, 25 de fevereiro de 1905, p. 8, caixa 12.
[36] *Minas Geraes*, edição 22/09/1907. Anno XVI n. 224, p. 6. Resumo do pronunciamento de João Pinheiro no Congresso das Municipalidades no Norte (Diamantina).
[37] Jornal *Minas Geraes*, edição 14-15/10/ 1907, (tem mais do congresso no dia 18/10/1907) Ano XVI n. 242, p. 4. Resumo do pronunciamento de João Pinheiro durante instalação do Congresso das Municipalidades da Mata.

Enxergava ele outro tipo de disputa no econômico e nas feiras em que propagava, como disse na *Primeira Exposição Geral do Estado*:

> "O que se observa não é, absolutamente não é, o rumor triste e sombrio das luctas politicas pessoaes, que enxovalham os contendores e o proprio meio em que se desenvolvem." (...)
> "Teria realizado um dos meus mais ardentes desejos de republicano, approximando a administração sempre e cada vez mais dos interesses do povo, procurando que se diga que a Republica é a escola dos desejos vãos; porque deve, ao contrario, ser a pratica das realidades uteis." [38]

Quando, em carta de 26/03/1905, explicava seu retorno à política após o *Congresso Agrícola, Industrial e Comercial* de 1903, reclamava da ausência de empresários (produtores) na política, dizia então:

> "(...) as classes conservadoras se compõe de homens ocupados; feitas as reuniões, cada um vai para sua casa e os politiqueiros continuam na sua profissão; serenamente, como se a coisa nada tivesse de vêr com êles."[39]

Quais os impactos destas idéias em seu governo? Até que ponto colocou em prática estas proposições quando reassume a presidência do Estado de Minas Gerais? Assumiu para si a responsabilidade de representar as classes conservadoras (produtoras)? Este ponto será abordado na próxima secção, O Retorno à Política.

6. O retorno à política.

Efetivamente João Pinheiro nunca abandonou a política propriamente dita, mas sim os cargos públicos no âmbito

[38] Discurso pronunciado no jantar oferecido aos criadores que concorreram à Exposição de Animais, em Belo Horizonte, a 28/2/1908. *Minas Geraes*, n. 53. Bello Horizonte, 29 de fevereiro de 1908. Caixa 31, caderno n.3, doc n. 67, página 58.
[39] Correspondência de João Pinheiro. Doc n. 1626, ano 1905, 26 de março, p. 4, caixa 12. (APM).

estadual e federal. Continuou atuando como conselheiro e interessado, seu Arquivo Privado, hoje no Arquivo Público Mineiro, contem várias correspondências políticas do período (embora gradativamente tenha predominado as relativas à cerâmica). Quando de seu retorno a cena política estadual e nacional, refere-se àquela situação (afastamento) como uma época sem inimigos ou adversários, estando fora da disputa direta, os demais não o viam como um contendor em potencial.

Neste período também atuou diretamente no município de Caeté, onde foi Vereador e Presidente da Câmara (01//11/1899) e, portanto seu Agente Executivo (cargo equivalente ao de prefeito atualmente). Assim, chamar este período de exílio voluntário, como é comum, é certo exagero.

Já como Governador, João Pinheiro refere-se a sua experiência empresarial como credenciais para reforçar e defender seus argumentos nos congressos das municipalidades, onde se coloca como representante das classes produtoras no poder.

O jornal *Minas Gerais* sintetiza o pronunciamento de João Pinheiro na abertura do Congresso das Municipalidades da Mata, quando falava da crise do café:

> "Os esforços do governo e dos particulares se deviam concentrar nas duas últimas faces[40]; para isso, eram precisos fé, esforços e dinheiro. A fé e a confiança devia resultar do fato de estar elle alli, Presidente do Estado, directo representante das classes productoras, sabendo por experiencia propria os sofrimentos e as amarguras do trabalho nacional; tinha vindo pessoalmente para affirmar aos senhores productores que não era por preoccupações da triste política partidaria que se tinha movido, mas para auxiliar a reconstrucção da vida econômica da Matta que estava presidindo aquelle congresso".(grifos nossos).[41]

[40] Distingue três fases da crise do café e medidas para sua solução deste o Congresso Agrícola de 1903, a saber: produção, beneficiamento industrial e colocação mercantil do produto.

[41] Jornal *Minas Geraes,* edição 14-15/10/ 190, ano XVI, n. 242, p. 4.

No mesmo documento aponta que os particulares:

> "... tem o direito de esperar que a palavra do governo seja acreditada. Não é um político, não veiu para o governo com fins políticos. Veiu do trabalho austero e custoso e sabe, com os que mais o saibam, como os que mais tenha soffrido, em que consistem as difficuldades do trabalho directo do productor, todos os tropeços que o atormentam e embaraçam.
> "Fala, pois com sinceridade, promette com a firme intenção de cumprir. (...)"(grifos nossos).[42]

A mesma identificação faz quando da *Primeira Exposição Geral do Estado*:

> "Em 1903, quando o governo do meu illustre antecessor, convocando as classe productora, as interessou directamente na gestão das cousas publicas, tinha-se dado o primeiro passar para a transformação rapida e intensa que felizmente se vae operando em nossa terra, nas sua vida economica, social e politica.
> "Collaborador[43] do Congresso Agricola e Industrial daquelle anno, a acção do meu governo tem procurado ser-lhe fiel, quando em condições de realizar o que, então, como productores, nos julgamos no direito de pedir."[44]

Na *Segunda* (e última) *Mensagem ao Congresso Mineiro* dizia: *"....tem-se buscado interessar directamente as classes conservadores na vida publica."*[45]. Coloca-se assim não só como um representante direto, mas um estimulador de uma maior participação dos produtores na efetiva vida política.

7. A questão econômica no discurso de João Pinheiro

---

[42] Jornal *Minas Geraes*, edição 18/10/ 1907, ano XVI n. 245, p. 5.

[43] João Pinheiro teria sido mais que colaborador, seria o idealizador e indicado pelo Presidente do Estado para presidir o Congresso. Caio Nelson SENNA, *João Pinheiro da Silva, sua vida, sua obra, seo exemplo*, 1941,pp116-117.

[44] Discurso pronunciado no jantar oferecido aos criadores que concorreram à Exposição de Animais, em Belo Horizonte, a 28/2/1908. *Minas Geraes*, n. 53. Bello Horizonte, 29 de fevereiro de 1908. Caixa 31, caderno n.3, doc n. 67, página 58.

[45] *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro*. 15/06/1908. APM – Mensagens dos Presidentes, microfilme (rolo 2). *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. João Pinheiro da Silva ao Congresso Mineiro*. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1908, p. 54

As questões relacionadas às disputas políticas não atraiam (ao contrário, repeliam) o interesse de João Pinheiro, quando de sua candidatura ao Senado diz:

> "As luctas pessoaes, a politica constituida em profissão, agrupamentos feitos em torno de nomes sem programas de ideias, com o único objectivo da conquista das posições, eram males que sómente o tempo e as desillusões poderiam remover e que me alhearam de taes pleitos.
> "Inútil seria insistir nessa quadra em uma obra de reconstrucção, que só poderia resultar das ruinas que occasionasse e do convencimento de que a felicidade da Patria depende principalmente de fundar-lhe a grandeza material em que assente sua superioridade moral." (grifos nossos).[46]

Assim cabe explicitar o programa de João Pinheiro, priorizando as questões econômicas (ou à economia relacionada); alguns itens ganham relevância nos pronunciamentos de João Pinheiro, neste trabalho serão abordados os seguintes: 7.1, O destaque para a questão econômica; 7.2, O protecionismo; 7.3, A prioridade para agricultura (e agropecuária); 7.4, A indústria e o urbano como um ideal; 7.5, O incentivo a produção e ao trabalho; 7.6, Educação como fator de progresso; e, 7.7, O papel do Estado e da iniciativa privada.

7.1. O destaque para a questão econômica.

A questão econômica vai ganhando relevância no discurso de João Pinheiro, quando este se candidata ao Senado da República, dá sua visão sobre as prioridades a serem abordadas pelos governos e faz uma retrospectiva dos

[46] Manifesto *Candidatura ao Senado. Minas Geraes*, ano XIV, n. 21, p. 6, 25/01/1905 (Hemeroteca).

primeiros anos da República (fase ditatorial, na qual foi governador):

> "(...) tinha eu a firme convicção de que o primordial dever dos governos em paizes novos é antes de tudo, cuidar do ser progresso material e do desenvolvimento de suas riquezas.
> "Entretanto, no mar alto das paixões revoltas desses proximos dias da revolução, na tormenta ensurdecedora de ambições (...) era talvez, prematuro esse pensamento de organizar o trabalho systematico e remunerador, e, por isso, o esforço despendido em tal sentido constituiu nota frouxa e perdida em meio da geral e empolgante desorientação dos espiritos.
> "A iniciativa, porém, do governador dictatorial era legitima e justificada. A propaganda republicana incriminára a monarchia pela lentidão com que fizera caminhar o paiz, evidentemente empobrecido e sequioso de progresso correspondente ás suas extraordinárias riquezas naturaes.
> A libertação do escravo trouxera, no ponto de vista economico, seria perturbação, e sentia-se que sua substituição pelo trabalho livre não tinha sido convenientemente preparada. Parecia, pois, que a preoccupação economica devera ser, de todas as que se agitavam, a questão capital a estudar e solver.
> "Assim não foi. Aos programmas sem sinceridade, na monarchia, succederam os partidos sem programma, na Republica; a conquista do poder, antes como depois, foi o ponto culminante de extremação partidária, na mais desmoralizadora das pugnas, a da baixa politicagem, constituindo mesmo uma industria, - a de viver do orçamento.
> "E por isto, passados quinze annos de regimen republicano, verifica-se que, com a mudança de fórma de governo, apenas de nome se mudou, continuando, talvez aggravada a mesma situação economica e social do paiz.
> (...)
> "Soou enfim a hora da acção." (Grifos nossos)[47]

O problema econômico é por ele apresentado como o novo, como a pauta do momento, e é explicitado de maneira objetiva no lançamento de candidatura a presidência de Minas em 1906:

> "O problema economico brasileiro não é, conseguintemente, como muitos pensam, uma destas idéias políticas passageiras, (...) Corresponde á solução de necessidades afflitivas, á ancia de progresso, tendo sido posto, para ser resolvido, pelas proprias condições actuais da vida nacional." [48]

---

[47] Manifesto *Candidatura ao Senado*. *Minas Geraes*, anno XIV, n. 21, p. 6, 25/01/1905 (Hemeroteca)..

[48] *Ao Povo Mineiro, Manifesto-programa*, 12/02/1906, *Minas Geraes*, ano XV, n. 37, p.1, 12-13/02/1906.

O mesmo assunto volta em sua *Primeira Mensagem*, explicitando que o problema é a baixa produtividade (insuficiente produção quando comparada à população e aos recursos disponíveis):

> "Na insuficciente producção em um territorio vasto, producção absolutamente desproporcional com a sua população, está a causa patente de todos estes males, oprimentes e numerosos.
> (...)
> "Os remedios apontados não são os do empirismo incerto e neam as aventuras de experiencias novas, senão o caminho do trabalho, esclarecido pela sciencia, e amplamente illuminado pelo exemplo de outros povos (...)".[49]

Chegara a hora da ação, para João Pinheiro uma nova etapa história estava em andamento (uma época positiva)[50] Em seu pronunciamento durante almoço com autoridades constante da programação de sua à posse Presidência de Minas, firmava que:

> "A cada época correspondem sempre, na sociedade, os orgãos elevados que a representam e personificam. Seja me permitido, lembrando o problema economico brasileiro, que domina e dominará d'ora avante a política do paiz, (...)
> "São as próprias classes conservadoras, que amassam e constroem a riqueza nacional, que se organisam para erigil-a." (grifos nossos)[51]

---

[49] *Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro*. (1907). Belo Horizonte, 15/07/1907. . APM – Mensagens dos Presidentes 15/06/1908, microfilme (rolo 2). Mensagem dirigida pelo presidente do Estado de Minas Geraes, Dr. João Pinheiro da Silva ao Congresso Mineiro. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1907, p. 55-56.

[50] João Pinheiro usa esta idéia com freqüência, por exemplo: "...além do puro prazer intellectual, forças positivas governando a actualidade, e elementos poderosos sustentando o presente e dirigindo o futuro...". *A Missão do Historiador*. Discurso inauguração do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte, 15/8/1907. *Minas Geraes*, ano XVI, n. 191, p.7, 16/08/1907. (embora aqui falando da Justiça). Aqui transparece a idéia de História enquanto etapas ou fases a serem cumpridas, ou seja, a cada qual cabe uma tarefa específica.

[51] *Minas e a Federação*. Discurso almoço no Palácio da Liberdade em 8/9/1906. *O Puritano* (jornal), ano III, n. 28, Cidade do Pomba, 16 de setembro de 1906, caixa 32, caderno n.2, p. 58/ n. 79 (Hemeroteca).

Como representante destas classes e destas idéias ele pôs o seu governo. Quando das comemorações de um ano de seu mandato, em 1908, apresentou uma síntese de suas preocupações (e realizações[52]):

> "Ao coração patriota, entretanto, um contraste amargo afligia – o desequilibrio assombroso da riqueza moral do povo e da sua penuria material, ainda mais afflictiva pela absoluta desproporção entre os recursos naturaes existentes e a sua effetiva utilização.
> "O problema material da reorganização do trabalho, do augmento da producção nacional, da defesa dos nossos mercados, da acção commercial externa pelo brasileiro, da colonização do solo deserto, todo um conjuncto de medidas que os scepticos de todo o tempo julgaram impossiveis, como impossivel julgaram a rapida evolução politica que effectuamos – o problema economico brasileiro, foi posto depois do problema politico, para como este ser tambem efficazmente resolvido. (grifos nossos)
> "No trabalho de producção, combater a rotina condemnada; no comercio, as tutelas indevidas; mostrando no primeiro caso como se pratica o trabalho moderno; e no segundo facilitando a acção directa do productor para collocação da mercadoria; o credito facilitado; as iniciativas particulares estimuladas e premiadas; o ensino pratico estatuido e systematizado; a emulação estabelecida nos concursos geraes e regionaes: - taes foram, de um modo geral, os intuitos que presidiram a elaboração das leis novas, visando a organização do nosso progresso material.
> (...)
> "A intervenção do governo era necessaria; a intervenção do governo está sendo decisiva.
> (...)
> "É trabalhoso[53], mas é o unico caminho seguro e definitivo.
> "Não está nos nossos habitos, mas é necessario que venha a estar; para que deixando de collocar os destinos em mãos alheias possamos ser senhores dos proprios destinos.
> "Todas estas idéias, todas estas medidas, toda esta linha alta de preoccupações, a terra mineira tem visto, por parte dos que elegeu, serem tratadas, sem baixa

[52] Neste trabalho não se confrontou os discursos sobre as realizações com sua efetividade.
[53] Ver "tática burra e estratégia inteligente" em Wilson do Nascimento Barbosa, "Dominação imperialista e globalização da miséria", in OLIVEIRA e Rodrigues, *Capitalismo, da gênese a crise atual*. Montes Claros, Unimontes. 2000. A tática burra (e estratégia inteligente) é seguir o caminho mais difícil e trabalhoso, ou seja, desenvolver sua própria produção e técnicas adaptadas à realidade nacional; dá *trabalho*, mas melhores resultados no longo prazo. A Estratégia burra (e tática "*esperta*") é pegar o atalho, passando a depender do capital e tecnologia estrangeira, acelera o crescimento no curto prazo, mas compromete o futuro e independência do país. O Brasil tradicionalmente seguiria a "tática inteligente e estratégia burra", já os paises que se desenvolveram, trilharam o caminho oposto, a chamada "tática *burra* e estratégia inteligente".

> preoccupação partidaria, independentes de pessoas, visando a utilidade geral (...)"[54]

A mesma linha de raciocínio é reafirmada ao longo de outros pronunciamentos em 1907 e na *Segunda Mensagem* ao Congresso Mineiro em 1908.

Para ele o econômico era o "terreno util e fecundo dos progressos reais", enquanto o jogo tradicional era "a lucta aviltante da politica das personalidades."[55] Este tema voltará na seção 7.7, o papel do Estado e da iniciativa privada. Seu governo procuraria, em seu entendimento, dar novos rumos a Minas e à política.

7.2. O protecionismo.

Ainda em seu primeiro governo, 1890, João Pinheiro já havia mostrado preocupação com a proteção a *indústria* (entendido o termo como produção) mineira e nacional; na exposição de motivos para melhor regulamentar impostos e taxas afirma:

> "considerando que está sendo tributado um grande numero de generos produzidos por industrias ainda nascentes, que por isso devem merecer todo auxilio do governo para que seus productos possam concorrer nos mercados com os similares de outras procedeências, onde a respectiva induústria já se acha em pleno desenvolvimento;"[56]

Para promover o desenvolvimento destas *indústrias*, aprofunda-se cada vez mais a idéia de protecionismo. A

---

[54] *O Poder Legislativo e o Regime Republicano*. Discurso pronunciado no Palácio da Liberdade, por ocasião do primeiro aniversário do seu governo. Belo Horizonte, 7/9/1907. *Minas Geraes*, n. 211. Bello Horizonte 8-9 de setembro de 1907. APM, caixa 32, caderno n. 3, doc. n. 39, p. 28.

[55] *Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro*, 1907, p. 37.

[56] *Cobrança de Imposto de Exportação*. Decreto n. 82, de 24 de maio de 1890. Dá instrucções para a cobrança de impostos de exportação, p. 114 – 143. Collecção dos Decretos do Governo Provisório do Estado de Minas Geraes: expedidos desde 3 de dezembro de 1889 a 31 de dezembro de 1890. Bello Horizonte: Imprensa Official, 1903.

seguir procura-se discutir que tipo de protecionismo seria este e quais suas características.

No encerramento do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903, reitera suas convicções, do potencial de Minas Gerais e da necessidade de protecionismo (uma tônica do congresso):

> "...importação do que não temos querido produzir (...) condenados em nome de uma liberdade comercial absurda a sermos um povo pobre no seio da mais rica das pátrias."[57]

Protecionismo para João Pinheiro não era um dogma, mas uma oportunidade a ser aproveitada em prol do desenvolvimento de Minas e do país; ele deveria ser estabelecido quando a indústria nacional tivesse condições de suprir a demanda satisfeita com produtos importados até que a produção nacional pudesse competir em condições de igualdade (ou vantajosas) com a estrangeira:

> "(...) o proteccionismo para mim, não deve ser um facto permanente. Eu sou proteccionista "ad tempora". Penso que a industria deve ser protegida decididamente, mas como um facto transitório, emquanto não está apparelhada para luctar com a concurrencia fos mais fortes".
> "(...) mas no nosso caso actual, a ausencia da protecção não seria liberdade, seria um delícto; é como se dessem a uma criança a liberdade de ir luctar com um athleta. A liberdade industrial só se póde praticar em relatividade de condições: aqui a protecção é uma necessidade de defesa, ainda que temporaria.
> "Na Inglaterra eu seria livre-cambista. No dia em que estivermos apparelhados para luctar, sim; até ahi, a protecção não é ao industrial, é a nossa independencia economica, é ao nosso trabalho."[58]

---

[57] Discurso proferido na sessão de encerramento Congresso Agrícola, Comercial e Industrial. *Idéias Políticas de João Pinheiro*, p..155.

[58] *Novo Governo de Minas*, I. Entrevista com João Pinheiro publicada no jornal *O Paíz* (19/7/1906). No mesmo documento, defende a concorrência, como processo de aperfeiçoamento e de seleção (protecionismo até que possa lutar por sí só). *O Paiz*, n. 8.019, p. 1. APM - caixa 32, caderno n.1, p. 31/ n. 43, ano 1906, 17 de setembro.

Questionado pelo repórter de *O Paíz*, na época de sua posse (1906), se o protecionismo não seria um benefício a um indivíduo e que isto pesaria contra o consumidor, João Pinheiro deixa claro que o protecionismo visa o interesse do País:

> "...Toda industria nova começa naturalmente pelo esforço e pela iniciativa de um ou de poucos; uma industria em que se estabelecesse simultaneamente um grande numero de industriaes, seria uma industria feita, está claro. E a que carece mais da protecção é justamente a que mais tem de enfrentar dificuldades (...)
> "A questão é que a industria fique; o exemplo do exito incita outros e ella se nacionaliza.
> (...)
> "Depois, proteger uma industria não é proteger um individuo, é proteger tudo, desde o operario, o empregado de administração, o caixeiro-viajante, todos os que tiram directamente della um provento, que mais difficilmente teriam se ella não existisse, como todas as actividade que se ligam indirectamente a ella, até o proprio commercio, a quem o homem empregado leva uma quantidade maior de movimento e de lucro.
> "O Estado tem, por sua vez, o beneficio do seu desenvolvimento economico."[59]

Ele identifica a República com o protecionista, enquanto o Império seria livre cambista:

> "A protecção aos consumidores, o livre-cambio, foi a politica do império e seus resultados, durante quasi um seculo, testemunha-mol-os na situação actual do paiz. [60]
> [Sobre protecionismo] "...basta-nos olhar para os Estados Unidos do Norte, que nos têm servido de paradigma paras as questões politicas, não porém, infelizmente, para os problemas do trabalho material do qual é resultante sua assombrosa grandeza."[61]

e esta política teria sido uma das causas da pobreza do país.

Em seu *Manifesto Programa* (1906), explica a lógica que levou ao protecionismo por ele proposta. Este nasceu de uma necessidade empírica (arrecadação), mas avança para defesa explícita, intencional, da produção e do mercado

---

[59] *O Novo Governo de Minas*, I. Entrevista com João Pinheiro publicada no jornal *O Paíz*, n. 8.019, caixa 32, caderno n.1, p. 31/ n. 43, ano 1906, 17 de setembro, APM.
[60] *Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro*, 1907, p. 15.
[61] *Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro*, 1907, p. 15.

nacional; até porque fora defendida pelos empresários reunidos no Congresso Agrícola e Industrial de 1903:

> "O empirismo foi o primeiro a crear o proteccionismo nos Estados que adoptaram os impostos inter-estaduaes, já como fonte de renda, e já como meio de amparar a producção local.
> "Uma lei da União aboliu-os. A Constituição, porém, permitte que os Estados taxem as mercadorias estrangeiras para poderem proteger as proprias, o que demonstra que a Republica, desde o seu inicio, se inspirou sábiamente nesta necessidade economica dos paizes novos.
> "Fundados no dispositivo constitucional, começam os Estados a elevar os impostos de importação das mercadorias estrangeiras, não já como fonte de renda, pois elles revertem ao thesouro federal, mas como defesa positiva da propria producção, à qual, por outro lado, a supressão das barreiras inter-estaduaes assegura toda a extensão do mercado interno brasileiro."[62]

Abre-se aqui breve parêntese sobre os impostos interestaduais; no *Congresso Agrícola. Comercial e Industrial* de 1903 há inúmeras referências negativas à sua existência e prática, inclusive colocando-o como ameaça a continuidade da Federação Brasileira. Esta não era apenas uma posição dos mineiros presentes, mas um sentimento nacional expresso pelas associações comerciais (no congresso se faz relato das manifestações contra estes impostos); o sentido de nação (enquanto Federação) seria complementado com o de mercado nacional, este sim protegido, mas da concorrência estrangeira, enquanto internamente haveria maior liberdade.

Mas protecionismo apenas não bastava; necessário seriam outras medidas, no mesmo Manifesto (1906) afirma:

> "(...) Se a solução economica do augmento da riqueza de um povo dependesse, exclusivamente, de um golpe de tarifas alfandegarias, certo não haveria povo pobre no mundo."
> (...)
> "Com a decretação do protecoionismo alfandegario, deve coincidir, necessariamente, a de outras medidas,

[62] *Manifesto Programa*, candidato presidência de Minas Gerais. Publicado no *Minas Geraes*, ano XV, n. 37, p.3, 12-13/02/1906.

> visando promover e estimular directamente, a producção no interior do paiz."[63]

Apesar de sua postura protecionista, isto não significa restrição ao capital estrangeiro, ao contrário, este poderia ser utilizado para reforçar a produção no Brasil, seja promovendo substituição de importações ou promovendo exportações[64]. Trabalha inclusive com a perspectiva de atrair capitais estrangeiros para mineração

Algumas vezes critica o comércio nas mãos dos estrangeiros; mas faz isto quando a atividade comercial dificulta ou inibe o processo produtivo, sua acumulação e desenvolvimento:

> "É assim [despertando o interesse da iniciativa particular] que tem procurado eliminar muitos intermediarios inuteis, verdadeiramente parasitarios, que, ao lado dos uteis e indispensaveis, surgem graças á ignorancia geral dos productores e consumidores."[65]

Nesta postura, critica não só os estrangeiros, mas também os nacionais. Daí uma grande ênfase na organização de cooperativas de produtores para beneficiamento da produção.

Apesar desta visão reconhece os perigos da ação do capital estrangeiro, mas principalmente para aqueles povos que não conseguirem efetivarem suas potencialidades econômicas:

> "Os povos modernos progridem rapidamente, alguns vertiginosamente, e a fatalidade deste progresso impelle-os ao *imperialismo*, no qual as nações fracas serão irremediavelmente sacrificadas.

---

[63] *Manifesto Programa*, candidato presidência de Minas Gerais, 1906, p.1.

[64] Aqui não se esta usando a expressão "substituição de importações" nos moldes do PSI, programa de substituição de importações, que seria historicamente e conceitualmente definido.

[65] *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro*. 15/07/1908. APM – Mensagens dos Presidentes, microfilme (rolo 2). *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado de Minas Geraes, Dr. João Pinheiro da Silva ao Congresso Mineiro*. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1908, p. 6.

> "Nesta lucta, infelizmente, os mais futeis pretextos podem prevalecer sobre os mais sagrados direitos, conforme a efficacia dos meios materiaes em que os povos se apoiarem
> "Cuidar, pois, dos interesses materiaes da Patria é um dever imperioso, imposto pelo instincto da propria conservação."[66]

O imperialismo submeteria os povos que não organizassem sua produção material a contento. A questão econômica passa a ser então questão de sobrevivência (conservação).

Retornando as origens de seu protecionismo, pelo menos em duas ocasiões João Pinheiro dá a entender ou defende o pioneirismo mineiro neste questão, ambas relativas as medidas preconizadas pelo *Congresso Agrícola, Industrial e Comercial* de 1903. Em sua Candidatura ao Senado afirma:

> "Ao movimento na peripheria correspondeu movimento egual na Capital da Republica, onde o Centro Industrial do Brasil, primeiro e uma commissão nomeada pelo governo, depois, se entregaram empenhadamente ao estudo das tarifas aduaneiras, pedra angular da reconstrucção do edificio economico, estudos que subiram até o Parlamento em projecto completo de lei, apresentado pelo distincto deputado mineiro, sr. dr. João Luiz Alves."[67]

Já no *Manifesto Programa* (1906, candidatura à presidência de Minas):

> "(...) Della [reunião de (representantes da vida econômica mineira) empresários, Congresso de 1903] se originou a politica proteccionista, que começou a ser adaptada no Estado, e que acaba de ser sanccionada em leis da União, pela ultima modificação das tarifas alfandegárias."[68]

Aqui ficam algumas perguntas, haveria de fato este pioneirismo? A composição do grupo político dominante em

---

[66] *Manifesto Programa* do Candidato à Presidência de Minas, 1906, p;1.
[67] Manifesto *Candidatura ao Senado*. *Minas Geraes*, anno XIV, n. 21, p. 6, 25/01/1905. (Hemeroteca).
[68] *Manifesto Programa*, candidato presidência de Minas Gerais,1906, p.3.

Minas Gerais, com a presença de industriais nas instâncias de poder levou o Estado a defender esta política no cenário nacional? Em São Paulo, sendo os industriais imigrantes, teriam eles ficado à margem do jogo político e aquele Estado ter seguido uma caminho mais liberal? As respostas a estas indagações serão buscadas em trabalhos futuros.

7.3. A prioridade para agricultura (e agropecuária).

O tema agricultura e agropecuária é presente em quase todos os pronunciamentos de João Pinheiro; não só pela reincidência dos argumentos, mas pela sua ênfase, deixa claro que esta é sua prioridade.

Reafirmando a primazia do econômico durante entrevista ao jornal *O País*, em 1906, João Pinheiro não deixa dúvidas sobre o que priorizará em seu governo:

> "- O meu pensamento capital, V. sabe-o, é a reorganização economica. Dizendo isto, devo accrescentar que o facto principal para mim não é a questão industrial, mas a questão agrícola, e dentro desta o desenvolvimento da pequena agricultura. A questão industrial é importante, não resta duvida, e eu sou partidario decidido da protecção do Estado á indústria, emquanto esta não se acha bastante forte para lutar com vantagens com as industrias estrangeiras (...), mas, tratando-se de reorganizar o trabalho como base da fortuna publica, o que se impõe naturalmente, sobre tudo, é a reorganização daquelle que representa a parte maior dessa fortuna. Essa é, incontestavelmente, em nosso paíz, a agricultura; a industria manufactureira beneficia um certo numero de habitantes, mas a agricultura é que beneficia a grande massa (...)(grifos nossos).[69]

A agropecuária se impunha naturalmente naquela época, principal fator de geração de divisas, de ocupação do trabalho, de receitas públicas, enfim, da riqueza nacional. Além do mais, era atividade tradicional (embora critique

[69] *O Novo Governo de Minas*, I. Entrevista com João Pinheiro publicada no jornal *O Paíz*, n. 8.019, caixa 32, caderno n.2, p. 31/ n. 43, ano 1906, 17 de setembro.

acentuadamente os métodos tradicionais e antiquados de se produzir, a baixa produtividade) e de fácil modernização; portando uma forma eficiente e rápida (diria ele prática) para se obter melhores resultados econômicos.

A crise do café, causada pela superprodução, abria uma leque de oportunidades de substituição de importações. Em sua *fase expansiva*, este produto atraíra os melhores recursos, terra, capital e trabalho; abrindo assim brechas para importação de vários produtos primários ou de baixo processamento (como os agropecuários processados), os quais o país estava apto a produzir. Não o fazia devido à drenagem de recursos feita pelo café, pois este último apresentava maior rentabilidade.

Na abertura do *Congresso, Agrícola, Industrial e Comercial* de 1903, destaca que vários dos itens da pauta de importações brasileira eram deste tipo, muitos deles anteriormente ou ainda em produção em Minas e no Brasil; com a adequada política, poderiam deslanchar sua produção. Esta era a realidade econômica de seu tempo (crise do café).

Embora João Pinheiro coloque a agricultura (e agropecuária) como prioridade de ação, ressalva faz as indústrias manufatureiras que beneficiam as matérias-primas e produtos daquela, colocando-as em igualdade de importância[70]. Isto explica as inúmeras iniciativas de implantação de cooperativas durante o seu governo.

Também é importante salientar que esta priorização não equivale a dizer que a agricultura seja efetivamente prioridade absoluta sobre a indústria. *A realidade objetiva e*

[70] *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro*, 1908.

base produtiva do país de então "*impunham*" esta opção, veja como isto era por ele tratada na próxima seção.

João Pinheiro antevia (e experimentava[71]) a ocupação do cerrado para produção de cereais; possibilitando a diminuição (ou fim, no caso da maioria dos produtos) das importações e esperando transformar o país em exportador internacional, perseguindo os exemplos da Argentina e, principalmente, dos Estados Unidos.

7.4. A indústria e a indústria e o urbano como um ideal.

Embora João Pinheiro priorize explicitamente a agropecuária (e as indústrias a ela relacionadas) em seu projeto de desenvolvimento, chama à atenção a seguinte passagem:

> "A exemplo da capital do Estado, as outras municipalidades deverão favorecer, por todos os meios, a criação destes centros de trabalho industrial, de que resultam uma civilização mais adiantada e vida mais intensa como a que as cidades oferecem, com superioridade, relativamente ao campo.
> "Os fundamentos, entretanto, do trabalho generalizado e remunerador para todos, dada a nossa situação especial, estão preferencialmente na agricultura: a população das cidades em comparação com a dos campos é muito diminuta." (grifos nossos).[72]

Esta situação especial era o atraso em que o pais vivia; inclusive devido à política descuidada que então até então (embora esta começasse a mudar) se praticará. Os parágrafos abaixo procuram entender sua idéia de industrialização.

João Pinheiro antevia o processo de industrialização dentro de uma lógica, partindo do mais simples para o

---

[71] Em fazendas-modelo e campos de experimentação (mecanizados, utilizando adubos e corretivos de solo).
[72] *Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro*, 1907, p.11.

composto, em etapas gradativas, em suas palavras, numa *marcha natural das coisas*. Embora a *natureza das coisas* devesse ser estimulada e protegida. Na entrevista ao jornal *O Paíz*, em 1906, antes de sua posse, sintetiza seus argumentos

> "Nesta questão de industrias manufactureiras em um paiz industrialmente novo o que se dá, e é um facto curioso, é a marcha natural do simples para o composto, é uma adaptação gradativa dos differentes gráos de aperfeiçoamento, dos processos mais complicados, que não poderiam ser praticados em conjunto de momento, pelas condições mesmas em que a industria se inicia.[73]

(...) [citando exemplo da produção de caixas de fósforos]

> "Firmada a face commercial da sua industria, estabelecido o producto, adaptado o operario, o industrial lembra-se então de que póde introduzir um novo melhoramento, aperfeiçoar a sua manufactura, liberta-se de uma contingencia a mais da importação; (...) e assim successivamente até a completa nacionalização da industria."
>
> "É o que está acontecendo. O Estado, por sua vez, á medida que a industria se vai desenvolvendo, que se acha em condições de se poder libertar de um elemento estranho, intervem prohibindo pela tarifa que o elemento já dispensavel permaneça, persista na industria firmada, forçando pela protecção aduaneira o industrial a augmentar a somma do trabalho do operario, a accentuar a independencia industrial do paiz.[74]

Anteriormente (ver seção antecedentes) e na abertura no *Congresso Agrícola, Industrial e Comercial* já se perguntava: "Não seria mais conveniente a importação das manufaturas, ao invés dos objetos manufaturados?". A resposta é clara, incentivar as manufaturas pelo protecionismo e por outros meios. Mas por onde começar?

A idéia que predomina é a da proteção à indústria nascente, incipiente, procurando incentivar e estimular aquelas que começassem a florescer por iniciativas particulares:

---

[73] Ver o exemplo, nesta mesma fonte, da produção das caixas de fósforos. *O Paíz; O Novo Governo de Minas* I, 17/09/1906, n. 8.019, caixa 32, caderno n.2, p. 31/ n. 43, ano 1906, 17 de setembro.

[74] *O Novo Governo de Minas*, I.

> "...amparo ás manufacturas incipientes na lucta desigual com productos estrangeiros, fructos amadurecidos de uma actividade secularmente systematisada".[75]

Falando em 1906, em seu *Manifesto Programa* de 1906, sobre a indústria mineradora, mas num conceito aqui generalizado, apresenta a lógica do que priorizar e o que incentivar:

> "São estes os trabalhos e industrias já constituidos em nosso sólo que o governo deve olhar e proteger de preferencia.
> "... estes ramos da actividade fecunda, brotados como que espontaneamente, e devendo de preferencia ser auxiliados.
> "Para iniciativa particular, em todos os ramos de actividade humana, offerece a nossa patria um campo vasto e sem limites, (...) Em todo caso é sempre mais prudente olhar para o que já existe.[76]

Estas mesmas idéias, marcha natural das coisas, do simples para o composto e indústrias incipientes, retornam sempre aos seus pronunciamentos, por exemplo (mais uma vez generalizando uma fala sobre setor específico), na *Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro* (1907) expõe:

> "*Exportação dos Minérios Brutos* – A eletrometalurgica trabalha intensamente, neste momento, para conseguir industrialmente a reducção dos minerios.
> "Será incalculável vantagem o exito industrial destes estudos, pelo maior valor accrescido em menos peso exportavel dos oxidos, mas, segundo a marcha natural das coisas, que vai do simples para o composto, a primeira necessidade a satisfazer-se é a de procurar as condições para a exportação dos minerios taes quais os encontramos nas jazidas, tratando-se , em seguida, das soluções que depois se impuserem.
> "*Indústrias Manufatureiras* – Incipientes ainda em nosso Estado e no Brasil, dado o atrazo em que temos vivido a nossa politica descuidadosa em taes assuntos, só agora começam a surgir mais intensamente as industrias manufactureiras, graças ao proteccionismo alfandegario, em que o Paiz está entrando e que deve ser mantido com firmeza." (Grifos nossos)[77]

---

[75]São inúmeras as referências a estas indústrias. Esta é citada no Manifesto *Candidatura ao Senado* (1905). *Minas Geraes*, ano XIV, n. 21, p. 6, 25/01/1905 (Hemeroteca).
[76] *Manifesto Programa* do Candidato à Presidência de Minas, 1906. *Minas Geraes*, ano XV, n. 37, p.2, 12-13/02/1906.
[77] *Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro,* 1907, p. 10.

Seu posicionamento pró-industrialização era inequívoco. Em entrevista ao jornal *O País* no período de sua posse teve a oportunidade de se manifestar sobre importante ponto acerca do processo de industrialização brasileiro, uma polêmica sobre indústrias naturais e artificiais. João Pinheiro descarta esta classificação e explica seus argumentos:

> "Não. Isto é um erro que corre e que se firma, que muitos espalham por interesse e a maior parte aceita por irreflexão. Não ha industrias artificiaes, O que faz a industria não é a matéria prima, é a mão de obra, é o trabalho do operario.
> "Figure V. uma mola de aço, uma mola de relogio que custa 4$: o que ali existe, como valor intrinseco, de matéria prima, é nada; o que valoriza o artefacto é o trabalho industrial, é o esforço para chegar áquelle resultado.
> "Não pesa absolutamente isto que allegam para essa falsa classificação de industrias artificiaes, de que a matéria prima é importada; os paizes manufactureiros por excelencia não produzem, na maioria dos casos, a materia prima (....).
> "(...) e seria ridiculo dizer que as suas industrias são artificiaes."[78]

Embora preocupado com a questão da indústria e com a o desenvolvimento da agropecuária, sua idéia sobre a indústria de bens de capital era relativamente limita, pouco destacando as implicações sobre os demais ramos da atividade econômica. Tratando sobre a indústria metalurgia diz:

> "Vejamos o caso particular de Minas e tomemos para exemplo a metalurgia do ferro, cujo problema acaba de ser resolvido industrialmente nos Estados Unidos. Fazendo o calculo do que esta industria, uma vez estabelecida em Minas, podia trazer em trabalho e movimento economico á sua população, dado o calculo optimista de que ella occupasse quatro mil operarios, vemos que haveria em Minas um numero limitado de pessoas beneficiadas por ella, em uma população de mais de quatro milhões.
> "Feita a somma das industrias que poderiam prosperar aqui, vê-se ainda que ellas não corresponderiam a um

[78] *O Novo Governo de Minas (*jornal *O Paíz)*, I, p. 31.

> quarto da população do Estado. A questão da agricultura é ainda o facto capital.[79]

Sua ênfase é no microeconômico, na unidade produtiva enquanto geradora de emprego e renda. Não aborda a questão da interligação setorial, nem do estímulo que uma indústria de bens de capital simples poderia trazer à agricultura (embora defenda a mecanização); a interpretação acima é reforçada por suas ações de governo quando estimula e importa máquinas e equipamentos agrícolas.

Não antecipa o papel estratégico da indústria de bens de capital, nem na geopolítica (veja sua fala sobre imperialismo, *nações mais fracas serão sacrificadas.... é uma questão de sobrevivência*), apesar de citar algumas vezes Japão e Alemanha como paradigmas. Nem enquanto estimulador de outros setores, como, por exemplo, no caso das ferrovias, quando *sugere* que as mesmas devem se antecipar e estimular a criação de demanda: *"ellas têm que crear, tanto o trafego como a producção."*[80]

Assim, seu programa de *substituição de importação*[81] tem um claro viés de priorizar aqueles setores incipientes, nascidos da iniciativa particular, a qual deveria ser estimulada e incentivada.

7.5. O Incentivo a Produção e ao Trabalho

Na realidade, seja na agricultura, agropecuária ou indústria, a preocupação de João Pinheiro é com aumento

---

[79] *O Novo Governo de Minas*, I. p. 31.

[80] *Manifesto Programa* do Candidato à Presidência de Minas (1906). *Minas Geraes*, anno XV, n. 37, p.2, 12-13/02/1906. O mesmo argumento e reiterado em *O Novo Governo de Minas* I, jornal *O Paíz* , 17/9/1906, p. 39.

[81] Aqui o termo é usado num sentido largo; não pode ser confundido com o Programa de Substituição de Importações (PSI) desenvolvido à partir dos anos 1930 ou 50.

da produção, e produtividade. Mesmo a educação está a isto associado.

Para alcançar o objetivo do crescimento econômico (progresso), lançaria mão de todos os instrumentos já descritos, protecionismo, incentivos e promoções de feiras e exposições com intuito de divulgar os produtos regionais.

Citando o caso da agricultura[82], percebe-se a lógica do processo pretendido:

> "O Proteccionismo determinará o surgimento das culturas em vasta escala, por tornar o negocio lucrativo; o negocio lucrativo attrahirá a convergencia dos capitaes em procura da melhor remuneração; a convergência dos capitais e dos esforços multiplicará a producção, da producção multiplicada resultará a concurrencia na qualidade nos preços – e o Proteccionismo, mantido com firmeza terá feito surgir a cultura, terá permitido a aprendizagem essencial e então os proprios phenomenos economicos torná-lo-ão desnecessario."[83]

O processo do que hoje é chamado de desenvolvimento era considerado cumulativo. Como no caso anteriormente citado (indústrias naturais *versus* artificial) o ponto central era o trabalho; *o saber fazer*, que poderia ser replicado para diversas culturas e processos. A aprendizagem era vista em múltiplas abordagens, pois poderia se *aprender estudando* (meio tradicional), mas também *fazendo* e *interagindo*, daí porque a grande ênfase em feiras e exposições; para demonstração e disseminação de novos produtos, métodos e maquinários. O progresso seria então fruto da disputa saudável (comparação da competição econômica com a política), uma vitória contra a natureza (e não contra outros homens), vitória esta que poderia ser compartilhada ou reproduzida por todos.

---

[82] Tendo a maioria das vezes os Estados Unidos como sua referência, destaca-se que suas maiores exportações eram justamente baseadas na agricultura, os cereais e seus derivados.

[83] *Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro, 1907*, p.15.

Para desenvolver o trabalho todos os recursos eram utilizados; além dos citados nesta seção, acrescenta-se a importação de máquinas, para aumentar a produtividade da agropecuária e de obras públicas (estradas de rodagem); até mesmo as penitenciárias tinham a função de educar para o trabalho, e recebiam do Estado encomendas de carteiras escolares, calçados, fardamentos, trabalhos tipográficos; isto começou no início de seu segundo governo e, fato interessante, a penitenciária apresentara, conforme sua *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro* (1908) saldos.

Freqüente também era sua intenção de atrair mão-de-obra estrangeira para Minas Gerais, chegou mesmo a propor doação (gratuita, mesmo, sem qualquer ônus) de terras devolutas para implantação de colônias agrícolas[84]. Acreditava nestas colônias como fator essencial de desenvolvimento; a elas teriam acesso não só os estrangeiros, mas também brasileiros; elas também teriam a função de promover um reordenamento fundiário, com a divisão das propriedades; acreditava inclusive na viabilidade de instalação de colônias particulares[85].

A modernização dos processos produtivos se impunha para ele, pois percebia que os problemas da agricultura (e outros setores em menor escala) não estavam apenas na questão dos mercados externos, mas também na inadequada transição para o trabalho livre:

> "Essa colônia – que considero a colônia-modelo [Sete Lagoas]... como meio de corrigir as dificuldades que premem uma parte da grande lavoura, colocada, já o disse, em uma situação especial de extinto o trabalho escravo.

---

[84] Lei 455 de 11 de setembro de 1907. Auctoriza o Governo a conceder gratuitamente aos extrangeiros que constituírem família no Estado, lotes de terras devolutas e contem disposições sobre legitimação de posses, vendas directa de terras devolutas e dá outras providencias. APM – *Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes de 1907*. Bello Horizonte, Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, p. 11 e 12.

[85] *O Novo Governo de Minas*, II. Entrevista com João Pinheiro publicada no jornal *O Paíz* (19/09/1906), n. 8.021, caixa 32, caderno n.2, p. 39/ n. 55, ano 1906, 17 de setembro.

> "Porque, é preciso dizer, a crise do fazendeiro não é somente a baixa do café; é a impraticabilidade da lavoura com o trabalhador assalariado, que na pode ser fiscalizado, que não trabalha para outrem com amor, o esforço, a regularidade com que trabalha para si e cuja soma de produção não compensa o ônus do salário.
> "Há uma grande differença entre o operario manufactureiro, limitado numa fábrica (...) e o trabalhador rural, livre ao ar livre, a quem não se póde determinar o numero, a força, a profundidade das enxadadas que deve dar, nem a quantidade de producção a conseguir, e que recebe a mesma paga seja qual for o resultado da lavoura."[86]

Este assunto volta na *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro* (1908), quando João Pinheiro conclui:

> "Tem sido preoccupação dominante sobre as outras a das questões economicas, que o momento social que estamos vivendo, nos aponta terem sido descuradas, pois a riqueza das gerações anteriores, filha do trabalho escravo, abalada na transição para o regimen livre, vae diminuindo, accusando a depressão natural, quem em semelhante crise era justo esperar-se, com a impossibilidade ser reconstruida pelos processos do passado."[87]

João Pinheiro via Minas Gerais como tendo elevado potencial não aproveitado, como no caso dos recursos naturais. O Estado tinha grande população (em relação ao país, mas de baixa densidade), mas esta era aproveitada de maneira inadequada, seja pela não concretização do potencial econômico, seja pela sua baixa produtividade, o que nos remete para a questão da educação, tema da próxima seção.

7.6. Educação como Fator de Progresso

A educação será pouco desenvolvida neste artigo, dado ser um dos aspectos mais conhecidos e divulgados em

---

[86] *O Novo Governo de Minas*, II, p. 39.
[87] Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro, 1908. p. 53. APM – Mensagens dos Presidentes 15/06/1908, microfilme (rolo 2). Mensagem dirigida pelo presidente do Estado de Minas Geraes, Dr. João Pinheiro da Silva ao Congresso Mineiro. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1908, p. 53.

João Pinheiro. Educação por ele desenvolvida em duas vertentes, primeira como fator de cidadania, como direito, consolidando a democracia e a República. A segunda, mais especificamente, como preparação para o trabalho, fonte de aumento de produtividade.

Primeiramente destaca-se uma ampla reforma por ele implantada na educação em Minas Gerais, principalmente com a constituição e consolidação dos *grupos escolares* (ensino primário), procurando acabar com as salas multiseriadas. Tal reforma propiciou dobrar o número de alunos matriculados em seu governo; mas tal não era motivo para festejar, pois, em suas palavras:

> "Cumpre, entretanto, assinalar que, das 800 mil creanças do Estado, em edade escola, a 700.000 não se dá ainda o devido ensino."[88]

Assim, pela autocrítica acima, pelos seus discursos e campanhas que fazia em prol da educação, sua postura e meta parecia ser a universalização do ensino primário. Aliado ao tema econômico, junto aos congressos das municipalidades, a educação era um dos pontos centrais, conclamando os municípios a esta causa, reclamava que eram poucos os recursos nela investidos. Com a Instrução Pública os municípios só despendiam 6,90% da receita, com o funcionalismo, 21,24%, e com a dívida, 13,67[89].

A educação deveria ser base para o trabalho, desde as séries iniciais, conjugada com o primário, o ensino agrícola. A partir daí em todos os níveis, secundário e superior, a parceria entre educação para o trabalho e instrução formal (e também de maneira independente desta, ou em paralelo,

---

[88] *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro*. (15/06/1908), p. 40. A mesma preocupação já havia dito na *Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro*.
[89] *Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro*,1907, p. 38.

com práticas extensionistas) deveria prosseguir. Por exemplo, diz ele:

> "Ensino Secundário – Ao lado da instrucção primaria remodelada e de modo a corresponder-lhe, cumpre reformar a instrucção secundaria, de sorte que, na lucta pela vida, satisfaça ás novas necessidades sóciaes, e, na agricultura, na industria, no commercio, abra indefinido horizonte ao trabalho intelligente, esclarecido pelos princípios da sciencia e pelos preceitos da arte."[90]

Esta educação para o trabalho estava ligada ao problema anteriormente abordado da consolidação do trabalho livre; os novos ensinamentos, enfim a educação, serviriam para "retirar-lhes dos olhos os antigos instrumentos de trabalho aviltados pela escravidão.... razão da pobreza dos homens livres de agora". Lá aprenderiam o uso de novas técnicas e novos maquinismos.[91] Também para os adultos haveria possibilidades de aprendizagem, nas Fazendas Modelos (muito difundidas em seu governo), que serviriam ao mesmo tempo de escolas e campos de demonstração e experimentação.

Os recursos públicos deveriam ser concentrados nos níveis iniciais do processo educacional e, posteriormente aos demais. Propõe que os melhores de cada nível tenham acesso e estímulo para prosseguir, inclusive recursos públicos (bolsas), até o superior, no Brasil e no Exterior, sempre priorizando a formação técnica e para o trabalho. Além deste ponto, chama a atenção o processo de seleção, onde os mais capazes deviam prosseguir seus estudos; a ascensão se daria tendo como base a meritocracia, este era um valor caro para João Pinheiro, que lhe acompanha desde os tempos já juventude.

---

[90] *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro*. (15/06/1908), p. 40.
[91] *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro*. (15/06/1908), p. 40.

A qualidade também deveria ser uma de suas preocupações, pois todos os seus filhos estudaram nos Grupos Escolares do Estado[92]. Outra questão que justifica esta posição era o *exemplo a ser dado*, não bastava fazer o discurso era necessário efetivá-lo na prática, era a mesma razão da realização de feiras, exposições e fazendas modelos, mostrar efetivamente como se faz, para que os demais pudessem segui-lo.

A obra educacional de João Pinheiro, sua reforma educacional e o ensino técnico e profissionalizante são bastante conhecidos, já apresentados em diversos trabalhos, dispensando maiores comentários, o essencial para os propósitos deste artigo é a busca pela generalização do ensino primário e a permanente função preparadora para o trabalho em todos os níveis educacionais. [93]

7.7. O Papel do Estado e da Iniciativa Privada.

Neste quesito, há uma mistura de ideologia (*capitalista*) e pragmatismo na posição de João Pinheiro. A visão capitalista (de um *capitalismo em construção*) se expressa na busca do incentivo e primazia das iniciativas particulares, o despertar de consciência e de ação da classe produtora, da qual João Pinheiro se fazia porta voz. Uma segunda visão se sustenta nas necessidades do Estado, que sem desenvolvimento econômico não conseguiria fazer face às necessidades que lhe apresentava.

---

[92] Pronunciamento de Pedro Aleixo durante comemorações do centenário de João Pinheiro. *Coletânea do Centenário de João Pinheiro*, p. 76.

[93] De modo geral as ações do governo João Pinheiro relativas à educação são bastante elogiosas; exceção de nota é a crítica feita por Paulo Kruger Corrêa Mourão, que aponta pela uma piora da qualidade de formação da Escola Normal, reduzida de quatro para três anos. *Coletânea do Centenário de João Pinheiro*, p. 176-177.

A idéia das funções governamentais frente à iniciativa privada pode ser assim enunciada:

> "Ha nellas, é certo, a acção do Governo, mas acção em busca das iniciativas particulares, animando-as, fazendo-as convergir, premiando-as." (grifos nossos).[94]

A mesma concepção, despertar o interesse da iniciativa particular foi reiterada, no mesmo ano de 1908, na *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro*, onde explicita sua orientação geral de Governo:

> "Em todas as reformas iniciadas, tem sido pensamento dominante – a intervenção minima e eficcaz por parte do governo e a solicitação maxima e energica da iniciativa particular; o esclarecimento da acção concreta pela própria prática dos actos ou medidas aconselhadas, conjugando-se o incitamento, que desperta a attenção, e o exemplo que arrasta as determinações.
> "Enquanto as iniciativas particulares não convergirem para a solução completa do problema, enquanto o não tomarem generalizadamente, não se realizará o beneficio social pratico, que é o que se espera e que deve ser conseguido". (grifos nossos).[95]

Esta idéia esta relacionada à outra, das críticas a ação política tradicional (e partidária) e uma superioridade das políticas econômicas, mais úteis e produtivas:

> [Falando na Primeira Exposição Geral do Estado]
> "Pudestes testemunhar, meus senhores, nesta festa nova do trabalho, (...) pudestes ver que formoso e indefinido horizonte o trabalho pacifico abre a todas as actividades, nestas luctas em que o homem não vence o homem, mas os homens vencem e melhoram a natureza (...);
> (...)
> "Pela porta larga e limpa do trabalho, á luz dos ceus, sem ambições que acovardam, sem bajulações que aviltam a actividade humana, iluminada pela liberdade e guiada pelo altruismo, encontra afinal neste trabalho pacifico o seu objectivo tranquilizador de par com o exercicio dos mais generosos sentimentos."[96]

---

[94] Discurso pronunciado no jantar oferecido aos criadores que concorreram à *Exposição de Animais*, em Belo Horizonte, a 28/2/1908. *Minas Geraes*, n. 53. Bello Horizonte, 29 de fevereiro de 1908. Caixa 31, caderno n.3, doc n. 67, página 58.
[95] *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro,* 1908, p. 5.
[96] Discurso pronunciado no jantar oferecido aos criadores que concorreram à Exposição de Animais, 1908, p. 58

Em carta a um amigo, quando relata as condições negociadas com o então Governador Francisco Sales para seu retorno ao cenário político estadual, relata que só voltaria se tivesse uma causa e uma bandeira, e ela foi preparada no *Congresso Agrícola, Industrial e Comercial* de 1903. Nele se organiza seu "plano de governo", lá se reafirma como representante da classe produtora, base de seu relançamento político, sobre o Congresso, expressou sua felicidade nas seguintes palavras; *"... O sucesso foi extraordinário. Nem um politiqueiro metteu lá o dente, e é recente a esperança de melhores dias...".*[97]

Era favorável a participação dos produtores e empresários na política, este era seu chamamento, mas as intervenções públicas deveriam ser na linha na emancipação do produtor, emancipação dos comerciantes (em relação aos atravessadores nacionais e estrangeiros), dos métodos tradicionais e arcaicos. O fim da tutela se daria pela organização dos produtores, nisto o Estado deveria atuar e estimular, pois é "um negócio que é deles".[98]

Quanto ao pragmatismo, a questão econômica é fundamental frente às necessidades do Estado, particularmente de suas finanças, ou melhor, de suas necessidades financeiras. João Pinheiro estabelecia direta relação das finanças públicas com o estado geral da economia.

Soluções fáceis não existiam, descartava aumentos de impostos, pois acreditava que eles já eram altos e seu aumento prejudicaria a economia e, por conseguinte, o próprio Tesouro. Reduções de despesas e investimentos

---

[97] Carta a um amigo (sem destinatário). Doc n. 1626, ano 1905, 26 de março, p. 4, caixa 12. (APM).

[98] Maior produção de cereais. Editorial do *Minas Geraes* (12/01/1908). Atribuído a João Pinheiro. *Idéias Política de João Pinheiro*, pp. 331 e .333.

(apesar de suas iniciativas de racionalização dos gastos e gestão pública) seriam muito difíceis; as despesas com pessoal não seriam comprimíveis dada à baixa remuneração do servidor e da necessidade de aumento de seu quadro, principalmente para segurança e educação. Os investimentos em obras públicas, especialmente viárias eram necessários e deveriam aumentar, assim como crescentes funções estatais, como a justiça. Como resolver esta questão? Embora o exercício de 1908 projetasse um déficit, isto não era uma estratégia deliberada, ele seria coberto com empréstimos, honrados pelo Estado, e o equilíbrio aparentemente era um valor importante a ser perseguido.

Assim as finanças públicas passam a se relacionar cada vez mais com o estado geral da economia. Aquelas só poderiam melhorar de maneira sustentável com base no aumento do fato gerador, ou seja, crescimento e desenvolvimento econômico; estava ele na *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro* (1908), relativamente satisfeito com os com os rumos seguidos e os indícios de resultados:

> "*Situação financeira* - "Não podia esta situação ter soffrido sensivel mudanças, atenta sua ligação intima com a situação economica, na qual reformas para rapidos acrescimos de renda, com ares miraculosas, não são affirmações serias e nem possiveis.
> "O que, em taes emergencias, cumpre aos poderes publicos é, mostrando com clareza e simplicidade o estado de cousas, indicar os remedios, aprovar as medias e agir.
>
> "É o que se tem feito."
>
> (...)
>
> "Há alguns dados suggestivos que, demonstrando a ligação intima do trabalho da producção economica e das rendas publicas, demonstram, igualmente, a eficácia e o acerto das medidas empregas; estes dados valem como uma indicação inicial.

> (...)"O estado financeiro solido, repetimos, sómente póde resultar dum estado economico igualmente solido e este de uma producção methodica."[99]

Para ele, este era um problema fundamental:

> "É preciso não perder de vista que o problema capital para o Estado de Minas, que a questão premente, que lhe pode resolver a crise de penúria particular e de deficiencia das rendas publicas é o problema da producção." (grifos nossos).[100]

Assim fecha-se a equação, une-se sua visão de empresário, com a preocupação da produção (e produtividade), e a de estadista, com o adequado funcionamento do Estado (finanças e eficiência).

Mas a iniciativa caberia as *classes produtoras* (e estas estimuladas pelo governo), pois somente o despertar da iniciativa privada poderia levar ao progresso. Vejamos como era sua visão.

O depoimento de um contemporâneo de João Pinheiro colhido e publicado por Caio Nelson Senna esclarece:

> "... viu claro que o maior defeito do mineiro, senão do brasileiro em geral, era o desprezo pela iniciativa '*individual*', desde os tempos da monarchia, pelo costume de tudo esperar de Deus e do Rei...
> "...O desejo de todo brasileiro ser funcionnario público, causava-lhe verdadeiro horror. E dizia: *tempo virá em que, só por empenho*, e entre mulheres, *se conseguirá quem deseje ser funccionario publico*... Não é que elle desprezasse a classe dos funccionários públicos, (...)senão porque essa profissão inutiliza a iniciativa individual, devorando a energia do cidadão,
> "Achava ele que o sucesso de cada um resultava do emprego de sua própria energia ao serviço da iniciativa particular, empregada nos múltiplos ramos da produção (...) Achando que a igualdade resultava da própria desigualdade dos indivíduos, e que só pela competência se poderia fazer uma seleção, punha nas mão de cada um a escolha livre do que mais lhe conviesse, sem queixume..." [101]

---

[99] *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro*, 1908, p. 22-24.
[100] *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro*, 1908, p. 7.
101 Caio Nelson SENNA, *João Pinheiro da Silva, sua vida, sua obra, seo exemplo*, 1941,pp105-106.

Este pensamento já se manifestara em seus tempos de juventude na faculdade de direito, numa carta a um amigo:

> "(...) Amo a lucta com vertigem. Gósto das difficuldades que desafiam a minha actividade. Sou fanático dos grandes obstáculos que exigem esforços supremos. O imprevisto me deslumbra, e a necessidade das grandes occasiões me fascina!
> (...)
> "É assim a vida neste mundo.
> "Só vencem os fortes, os que nunca esmorecem; os que estão acostumados a esperar tudo, porque têm visto tudo...; os que estudam sem mesada, os plebêos, como eu, que, num bello dia, assentaram de ser doutores, e foram pisando, com a grossa sola de seos sapatos burguezes, os enfatuados e delicados filhinhos da estupida nobreza imbecil."[102]

As ações de João Pinheiro são neste sentido, consolidação da ordem burguesa, capitalista, da busca pelo desenvolvimento econômico. Para que este acontecesse, caberia ao Estado contribuir com políticas públicas de justiça, segurança, infra-estrutura e protecionismo, ao mesmo tempo em que estimulasse as iniciativas privadas. A estas (classes produtoras), caberia assumir o seu papel de liderança, inclusive, participando da política partidária (o jogo político formal, embora ele o criticasse), contribuindo para seu aprimoramento, com sua racionalidade de eficiência e busca por resultados, "não uma política estéril, das pessoas", mas uma "elevada e nobre, das idéias e dos princípios, para o fim positivo do benefício do povo".[103]. João Pinheiro colocava-se como representante destas idéias e desta classe, ou seja, da implantação da nova ordem, republicana e capitalista.

---

[102] *Carta a um amigo*, citado por Augusto Franco. *Dr. João Pinheiro, Ensaio Biographico e Político*. 1906. No APM, Acervo Privado JP esta carta consta como para seu irmão José Pinheiro da Silva.. Doc n. 22, 17 de junho de 1883, 6p, caixa n. 2. O trecho citado está anexo a esta carta ao irmão; ambas datilografas (original não disponível).

[103] Citação já apresentada neste trabalho, ver: Jornal *Minas Geraes*, edição 14-15/10/ 1907, Ano XVI n. 242, p. 4. .Resumo do pronunciamento de João Pinheiro durante instalação do congresso das Municipalidades da Mata.

8. Uma percepção de história.

Na leitura dos textos de João Pinheiro, transparece a existência de uma consciência histórica sobre o momento em que vivia e sobre o papel e concepção da História.

João Pinheiro procurava guiar seu Governo pelo exemplo *bem sucedido* de outros países, são constantes as referências aos Estados Unidos, mas também ao Japão, Alemanha e México, este último, principalmente em função da possibilidade de adaptação da legislação modernizadora da mineração, pelas necessidades da realidade concreta de Minas Gerais (que lhe interessava particularmente), por acreditar numa mais fácil adaptação ao ordenamento jurídico brasileiro. Assim o seu primeiro entendimento é a História como exemplo:

> "Para tranqüilidade no encará-lo, é de se notar que a situação do Estado de Minas encontra, na historia economica dos povos, varios exemplos de situações muito mais criticas e que, entretanto, foram dominadas com inteiro e absoluto sucesso." (grifos nossos).[104]

Ele tinha uma consistente consciência histórica, não apenas em busca da histórica econômica e seus exemplos, mas da história em geral. Sobre o Arquivo Público Mineiro assim se manifesta sobre sua missão:

> "*Arquivo Público Mineiro* – Este instituto creado e mantido pelo Estado, continúa a prestar-lhe inestimáveis serviços, já na investigação e interpretação dos factos e documentos do nosso honroso passado historico, já na pesquisa minuciosa dos elementos de defesa do patrimonio territorial de Minas e dos limites tradicionais.
> (...)
> "A Revista do Arquivo Público Mineiro, (...) é um repositorio de preciosos documentos da historia e do patrimonio juridico do povo mineiro."[105]

---

[104] *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro*, 1908, p. 7-8.
[105] *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro*,1908, p.51.

Note-se que suas preocupações são *interpretação dos fatos e documentos do nosso honroso passado*, ou seja, glorificação do passado, em contraste com as dificuldades de então (a chamada decadência ou perda de substância econômica de Minas), que deveriam ser combatida e revertida; mas ao mesmo tempo, aspectos *práticos*, a questão das disputas dos limites territoriais entre os estados da Federação e a questão da jurisprudência.

Outro aspecto é sua visão da História em geral (falando de questões relativas à justiça) afirma:

> "...além do puro prazer intellectual, forças positivas governando a actualidade, e elementos poderosos sustentando o presente e dirigindo o futuro..."[106]

Percebe-se assim uma idéia de etapas a serem seguidas; como a fase de consolidação política dos primeiros anos da república e que naquele momento, impunha-se nova etapa, a econômica, embora ele já acreditasse na necessidade de que esta tivesse sido enfrentada desde os primórdios do novo regime.

Por fim, ao se ler João Pinheiro, percebe-se uma preocupação com o futuro, *"O historiador dirá da geração a que pertencemos"*[107]. Não apenas com o futuro enquanto algo a ser construído, mas como época que se julgará e analisará os atos de seu tempo. Parece que era para este *futuro* que direcionava suas ações e reflexões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

[106] *A Missão do Historiador*. Discurso de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (do qual foi o primeiro presidente), Belo Horizonte, 15/8/1907. *Minas Geraes*, ano XVI, n. 191, p.7, 16/08/1907. Além do IHGM João Pinheiro foi membro da Sociedade Geografia Política [?].

[107] Discurso *Minas e a Federação*, Palácio da Liberdade 8/9/1906. Discurso de transmissão (recepção) do cargo de presidente de Minas. Reunião muito concorrida e prestigiada, coma presença do Presidente eleito da República e de diversas outras autoridades.

Minas e a Federação. Discurso almoço no Palácio da Liberdade em 8/9/1906. *O Puritano (*16/09/1906), n. 28, Anno III, p. 2. APM – caixa 32, caderno n. 1, p, 58/ n. 79, ano 1906.

Antes das conclusões propriamente ditas, fazem-se algumas considerações finais sobre o aspecto político.

João Pinheiro, apesar do tom conciliador, sempre pregando a união em torno de objetivos maiores, aparentemente não tinha muito trato para as questões operacionais demandadas pelos políticos tradicionais, ele próprio diz em entrevista ao jornal *A Imprensa*:

> "...sou um homem alheio á arte de arregimentação partidária, não cumpro os deveres medíocre da política: não respondo cartas, não attendo a reclamos que não sejam interesse legítimo; não perco tempo com os que me vem falar de futilidades e de politicagem; não sei, em summa, fazer proselitismo. Acham que será esta a prática proveitosa para um candidato? A que deva zer indicada nos tempos de agora, com os hábitos que ahi estão e que hão de perdurar por muito tempo? [108]

Nesta mesma entrevista garante que não é candidato[109] a Presidência da República; apesar de biógrafos e trabalhos sobre ele insistirem que seria o próximo presidente:

> "não fui nunca, não sou e não serei absolutamente candidato a coisa alguma. (...) Tenho duas aspirações: guardar illesos os meus principios e servir à minha terra. Desejo voltar para Caeté, (...) lá, na minha cerâmica, é que está a minha presidência da República e o domínio dos meus..." [110].

Aqui também, o que é reiterado em outras partes deste trabalho, há consciência da excepcionalidade[111] de sua eleição para Presidente de Minas; pois foi ponto de equilíbrio entre diversas forças em disputa pelo poder em Minas. Sua condição de *Tertius* lhe assegurava maior autonomia e permitia seguir seu plano de governo (de certa forma

---

[108] Entrevista publicada no jornal *A Imprensa*, do Rio de janeiro, e transcrita no *Minas Geraes*, de 23/01/1908, ano XVII, n. 20, p.5. Chama a atenção o fato de a entrevista ter sido republicada no *Minas Gerais*, órgão semi-oficial, assim sua repercussão foi ampliada em Minas Gerais; *(Notícia da Capital da Republica*); seria recado para quem?

[109] Claro que é possível se tratar de um artifício político eleitoral; sair dos holofotes para poder trabalhar pela candidatura. Mas o histórico de afastamento da política e a condição especial de sua eleição em Minas parecem reforçar a idéia da não candidatura.

[110] Entrevista jornal *A Imprensa*, (*Minas Geraes*, de 23/01/1908, p.4).

[111] *Ao Povo Mineiro, Manifesto-programa*. *Minas Geraes*, ano XV, n. 37, 12-13/02/1906.

concebido e/ou aprimorado durante o Congresso Agrícola de 1903) e sua auto-identificação como alguém fora da política tradicional e representante direto das classes produtoras.

Por outro lado, nesta mesma entrevista o jornalista o apresenta como alguém que resgata as causas republicanas históricas, do tempo dos propagandistas:

> "A segura orientação dessas idéias, algumas das quaes chocaram pela audaciosa innovação nos inertes programmas de administração a que a política nos habituara, e que impressionaram tanto mais a opinião quanto exprimiam um conjuncto das promessas, quasi esquecidas, do regime republicano, (...)."[112]

Caminhando para uma conclusão, retomam-se o título e a indagação principal deste artigo. Teria João Pinheiro um *desenvolvimentista* nos primórdios da República? Pelo acima exposto, sim, mas não um *desenvolvimentista avant la lettre*, como chegou a ser nominado. Precoce nos termos do conceito firmado na segunda metade do século XX, mas um desenvolvimentista de seu tempo, da ordem e do progresso.

Alguns até sugerem a inversão, mais do progresso do que da ordem. Para ele, as duas andavam juntas, inseparáveis. Defendia a nova ordem, não só republicana, mas uma nova ordem econômica, a consolidação da transição do trabalho escravo para o livre, a afirmação da burguesia e do capitalismo, mas sem sobressaltos, sem jacobinismos ou desrespeito a ordem democrática. Esta era uma questão cara a ele, e foi um dos focos de seu "afastamento" da política (época de Floriano Peixoto); no discurso da transmissão (recepção do cargo de Presidente de Minas) destacava qual seria sua prática política (que seria criticada, pois contrária a usual manipulação dos resultados das urnas e das votações em favor dos correligionários).

[112] Jornal *A Imprensa* (*Minas Geraes*, de 23/01/1908, p.4).

Anunciando que começaria a execução de seu plano de governo, apontou: *"que devo declarar que começarei pela prática da mais essencial de todas as liberdades que é a liberdade das urnas."* Ao que adicionava: *"ter medo da liberdade política, num regime republicano, constitui uma afirmação monstruosa e absurda"*.[113]

Apontando para trabalhos futuros, podemos indagar ainda sobre o papel de Minas e do Estado nas políticas de industrialização brasileira. Como políticas deliberadas de protecionismo contribuíram para o desenvolvimento brasileiro no início do século XX? Qual a contribuição de Minas nesta questão?

Fontes e Bibliografia[114]

Fontes primárias

Carta a Calógeras. APM doc n. 1620, 25 de fevereiro de 1905, p. 8, caixa 12.

Carta a Gama Ciqueira, Doc n. 1257, ano 1894, 21 de janeiro. 12 páginas, caixa 9.

Carta a uma amigo (sem destinatário); Correspondência de João Pinheiro. Doc n. 1626, ano 1905, 26 de março, p. 4, caixa 12. (APM).

Carta de 10 de fevereiro de 1883, endereçada ao tio Luís Antônio Pinto. APM doc. N. 21, 1883, 10 de fevereiro, p. 2, caixa 2

Circular aos Eleitores do 2º. Distrito, *O Movimento*, de 28 de julho de 1889. Ed 28 – ano 1, p. 1.

---

[113] *Minas e a Federação*. Discurso almoço no Palácio da Liberdade em 8/9/1906. *O Puritano (*16/09/1906), n. 28, Anno III, p. 2. APM – caixa 32, caderno n. 1, p, 58/ n. 79, ano 1906.

[114] Registram-se aqui os agradecimentos a Ana Carolina Ferreira Caetano, aluna da PUC Minas (história) e UFMG (letras), nas pesquisas aos acervos e fontes, bem como conferência de todas as citações.

Cobrança de Imposto de Exportação. Decreto n. 82, de 24 de maio de 1890. Dá instrucção para a cobrança de impostos de exportação *Collecção dos Decretos do Governo Provisório do Estado de Minas Gerais*: pp. 114 – 143.

Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes de 1907. Bello Horizonte, Imprensa Official do Estado de Minas Geraes

Collecção dos Decretos do Governo Provisório do Estado de Minas Gerais: expedidos

desde 3 de dezembro de 1889 a 31 de dezembro de 1890. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1903.

Correspondência de João Pinheiro. Doc n. 1626, ano 1905, 26 de março, p. 4, caixa 12. (APM).

Laboratório de Análises de Terras. Decreto n. 91 de 4 de junho de 1890. Annexa á escola de minas um laboratório de analyses de terras, etc., de que tratam as instrucções de 25 de março último. *Collecção dos Decretos do Governo Provisório do Estado de Minas Gerais*.

Minas Geraes (jornal). Vários números, disponível na Hemeroteca (Belo Horizonte, MG).

O Movimento (jornal). Vários números, disponível na Hemeroteca (Belo Horizonte, MG).

O Paiz (jornal)*;* O Novo Governo de *Minas* I, 17/09/1906, n. 8.019, caixa 32, caderno n.2, p. 31/ n. 43, ano 1906, 17 de setembro; e *O Novo Governo de Minas*, II. Entrevista com João Pinheiro publicada em 19/09/1906, n. 8.021, caixa 32, caderno n.2, p. 39/ n. 55, ano 1906, 17 de setembro; disponível na no APM (Belo Horizonte, MG).

O Puritano, ano III, n. 28, Cidade do Pomba, 16 de setembro de 1906, caixa 32, caderno n.2, p. 58/ n. 79; disponível na no APM (Belo Horizonte, MG).

Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro. (1907). Belo Horizonte, 15/07/1907. . APM – Mensagens dos Presidentes 15/06/1908, microfilme (rolo 2). Mensagem dirigida pelo presidente do Estado de Minas Geraes, Dr. João Pinheiro da Silva ao Congresso Mineiro. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1907

Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro. 15/06/1908. APM – Mensagens dos Presidentes, microfilme (rolo 2). Mensagem dirigida pelo presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. João Pinheiro da Silva ao Congresso Mineiro. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1908.

Fontes secundárias

Idéias políticas de João Pinheiro. Cronologia. Introdução, notas bibliográficas e textos selecionados (Francisco de Assis Barbosa, organizador). Brasília: Senado Federal, Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa (MEC). 1980. (Coleção Ação e Pensamento da República).

FRANCO, Augusto. *Dr. João Pinheiro, Ensaio Biographico e Político*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 1906.

SENNA, Caio Nelson. *João Pinheiro da Silva, sua vida, sua obra, seo exemplo. 1860 a 1908*. sl. se. 1941.

Bibliografia

BARBOSA, Wilson do Nascimento. "Dominação imperialista e globalização da miséria", in OLIVEIRA e Rodrigues, *Capitalismo, da gênese a crise atual*. Montes Claros, Unimontes, 2000.

COELHO, Copérnico Pinto. (organizador). *Coletânea do Centenário de Nascimento de João Pinheiro da Silva*. Belo Horizonte, 1960 (separata da Revista do Instituto Histórico de Minas Gerais, v. VII, 1960; parte relativa ao centenário de João Pinheiro).

GONÇALVES, Ana Flávia Gomes, *João Pinheiro, a Cerâmica Nacional de Caeté, e a industrialização de Caeté* (1894-1908). Belo Horizonte, PUC Minas. 2006.

IGLESIAS, Francisco. "Política Econômica do Estado de Minas Gerais, 1890-1930" *V Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte, UFMG. 1982.

LINS, Ivan Monteiro de Barros. *João Pinheiro, sua formação filosófica e seus ideais humanos, sociais e políticos*. Belo Horizonte, S.ed., 1966.

SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento econômico*, São Paulo, Atlas. 1997.

Desenvolvimento financeiro e crises no Brasil Imperial

Thiago Fontelas Rosado Gambi[1]

Resumo

O texto é divido em duas partes. Na primeira, analisa-se brevemente a relação entre as emissões monetárias e o desenvolvimento manufatureiro e comercial brasileiro desde o início do século XIX. Observa-se o aumento da complexidade do mercado interno e das relações de troca e a necessidade de uma estrutura financeira condizente com as novas demandas da economia nacional. Para atendê-las são criadas instituições financeiras e os primeiros bancos comerciais. Na segunda parte são abordadas as crises da segunda metade do século XIX, a começar pela primeira grande crise de liquidez pela qual passa o país em 1857 e as que se sucedem em 1864 e 1875.

Palavras-chave: emissão, circulação, escassez monetária, crises.

Abstract

The text is divided in two parts. The first part analyses briefly the relationship between the monetary emissions and the manufactured commercial and development in Brazil since the beginning of the XIX century. We observe the complexity of the internal market and the relations of exchange and the necessity of a financial structure according to the new demands of the national economy. To attend them financial institutions are created and also the first commercial banks. The second part deals with the crises of the second half of the XIX century, starting with the great crises of money that affects the country in 1857 and the ones those succeed in 1864 and 1875.

Keywords: emission, circulation, monetary shortage, crisis.

Introdução

Este texto é divido em duas partes. Na primeira, analisa-se brevemente a relação entre as emissões monetárias e o

---

[1] Doutorando do PPGHE/USP. Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora.

desenvolvimento manufatureiro e comercial brasileiro desde o início do século XIX. Verifica-se as transformações econômicas, políticas e sociais que ocorrem após a chegada da família real no país, em especial a situação do artesanato e da manufatura, o desmantelamento das relações escravistas de produção e a conseqüente expansão do mercado interno e do volume de moeda em circulação. Observa-se o aumento da complexidade desse mercado e das relações de troca, e a necessidade de uma estrutura financeira condizente com as novas demandas da economia nacional. Para atendê-las são criadas instituições financeiras e os primeiros bancos comerciais. Na segunda parte são abordadas as crises da segunda metade do século XIX, a começar pela primeira grande crise de liquidez pela qual passa o país em 1857 e as que se sucedem em 1864 e 1875.

1. Desenvolvimento financeiro do Brasil Imperial

Do ponto de vista da circulação monetária, três grandes áreas geográficas destacam-se na economia brasileira do início do século XIX. Em primeiro lugar, as cidades comerciais litorâneas, nas quais existe algum numerário e onde se realizam as principais transações do comércio exportador e importador. Em segundo lugar, as regiões agrícolas, que têm no gado um elemento auxiliar nas trocas e vivem de seus próprios recursos naturais. E, em terceiro lugar, os distritos mineiros, onde o pagamento dos produtos de subsistência geralmente conseguidos nas grandes propriedades circunvizinhas são pagos em pó de ouro (CALÓGERAS, 1960:18). A essa altura, a colônia ainda carece de um sistema monetário mais organizado que pudesse dinamizar as trocas não só no litoral como no interior.

A vinda da família real para o Brasil, em 1808, revoluciona as estruturas sociais, políticas e econômicas da colônia, especialmente da cidade do Rio de Janeiro. Novas necessidades de consumo são criadas. A conseqüente reestruturação do processo produtivo e o aumento da taxa de lucro garantem a ampliação do capital mercantil e oferecem novas oportunidades para as inversões de capital, aumentando a demanda por recursos financeiros para atender às exigências de um mercado em expansão. As maiores cidades comerciais brasileiras - Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Luiz, Belém e Fortaleza - começam a sentir a escassez de meio circulante, incapaz de atender às necessidades do giro comercial.

O precário sistema financeiro do país, condicionado pelas demandas do lado real de uma economia agro-exportadora escravista, revela-se débil. O que se tem com a expansão do mercado é a demanda por um novo capital financeiro que, diferentemente do capital usurário que integra o sistema arcaico de crédito, vincula-se não apenas ao processo produtivo, apropriando-se de uma parcela dos lucros da produção, mas também ao sistema capitalista, contribuindo para a acumulação em escala mundial.

Para atender as oportunidades nascentes com as mudanças provocadas pela vinda da família real e expansão do capital mercantil, são criadas instituições financeiras intermediárias capazes de definir a orientação dos processos de inversão dos fundos disponíveis, dirigindo-os tanto para o Estado quanto para o processo de acumulação do capital privado (MELLO, 1975:54-5). A primeira delas é o Banco do Brasil fundado em 1808. Os principais atores desse processo, ou

os clientes dessas novas instituições, são os senhores de engenho, os plantadores de fumo e algodão, os pecuaristas e fazendeiros, os mercadores e a pequena burguesia urbana, composta por profissionais liberais e artesãos (LEVY, 1977:36).

Como é bem conhecido, no período colonial, manufaturas e artesanatos são desestimulados por políticas metropolitanas que não admitem a introdução de relações de produção que não sejam escravistas agrárias e monocultoras voltadas para o mercado externo. No entanto, algumas manufaturas clandestinas são toleradas pela metrópole, a fim de atender necessidades prementes do mercado interno[2]. Já os artesãos, no século XVIII, espalham-se por regiões como Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. Quando a metrópole retira as amarras legais que impedem a existência e o crescimento de manufaturas na colônia, a partir de 1810, surge um novo obstáculo: a concorrência dos produtos ingleses (LEVY, 1977:39-40; LIMA, 1970).

As mudanças políticas pelas quais passa o Brasil estimulam os interesses comerciais diretos dos países europeus em nosso território. A burguesia inglesa, por meio de seus comerciantes, invade e domina o comércio interno, sobretudo o do Rio de Janeiro. A presença inglesa no país estreitaria as relações entre os interesses do capital industrial britânico e os do capital agrário nacional, influenciando o processo de formação da economia doméstica e impondo idéias econômicas predominantes na Inglaterra, como o padrão-ouro para as emissões e os princípios de Ricardo para o

[2] Refere-se aqui às fundições, estaleiros, manufaturas de algodão, fibras, móveis entre outras. Cf. LIMA, Heitor Ferreira. *Formação Industrial do Brasil (período colonial)*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

comércio exterior. Essas idéias ratificavam o destino agrário-exportador do Brasil.

No entanto, a disseminação dessas idéias econômicas 'modernas' entra em choque com a arcaica estrutura produtiva colonial. Na produção cafeeira, principal atividade econômica do país desde a primeira metade do século XIX, a produção baseada no trabalho escravo, na monocultura de exportação e no número reduzido de grandes proprietários, mantém-se inalterada, o que não condiz com a nova estrutura do modo de produção capitalista. Nas demais atividades produtivas, o trabalho escravo já não consegue reproduzir o capital invertido de forma eficiente. Além disso, com a proibição do tráfico negreiro, em 1850, há um aumento do preço do escravo e o próprio Estado brasileiro reconhece a incapacidade de garantir a reprodução das relações escravistas de produção.

Referindo-se a essa fase, escreve Rui Guilherme Granziera, em sua tese sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil no período da guerra do Paraguai, que a princípio o grande fazendeiro não sofre com a proibição do tráfico, já que o aumento do preço do escravo, seu principal ativo, aumenta as garantias que pode oferecer em troca de financiamentos. Além disso, nos anos em que vicejava o tráfico, ao fazendeiro era facultado o escambo, o que garantia a poupança do capital monetizado assegurando a possibilidade de beneficiar-se com as altas do preço do café. Mas, com o tráfico interprovincial o fazendeiro perde essa vantagem, pois o pagamento passa a ser feito em moeda. Essa nova contingência representava um ônus ao fazendeiro, que precisava de dinheiro de terceiros para se financiar,

levando-o a um perverso processo de endividamento (GRANZIERA, 1979: 15-8). A situação do fazendeiro torna-se ainda mais dramática, porque, com a abolição do tráfico, o fim das relações escravistas de produção e a introdução do trabalho livre assalariado passam a ser uma questão de tempo.

Antes mesmo do final do século XIX, a proibição do tráfico e a difusão do trabalho livre assalariado de maneira mais ampla, liberariam os recursos invertidos no tráfico negreiro e exigiriam remuneração do trabalho em dinheiro, promovendo, dessa forma, maior circulação monetária. O aumento da circulação de moeda, conseqüência da desagregação das relações escravistas de produção (fim do tráfico e, mais tarde, abolição), obriga a reformulação da política monetária (GRANZIERA, 1979: 21-2).

Para acompanhar as novas necessidades de expansão e circulação monetárias, a incipiente estrutura financeira (casas comerciais, bancos e Caixa de Amortização[3]), composta por ativos como meios primários de pagamento, vales, notas promissórias e letras de câmbio, tem que se adaptar. Embora essa estrutura financeira esteja intimamente ligada à estrutura produtiva, as diferenças entre elas promovem profundas distorções na canalização dos recursos existentes. A penetração do capital financeiro internacional, as idéias monetaristas ortodoxas e as intervenções desordenadas do Estado, fazem que a estrutura financeira se torne um obstáculo à própria reprodução do sistema (LEVY, 1977, 47; GRANZIERA, 1979, 11).

[3] A Caixa de Amortização foi organizada em 1827.

Nessa época, a economia brasileira é muito instável e freqüentemente abalada por crises. Logo, as aplicações financeiras são predominantemente de curto prazo e a taxa de juros é suficientemente alta para compensar os riscos das crises de liquidez.

Também é evidente o uso político da estrutura financeira. A criação de instituições e ativos financeiros durante a primeira metade do século XIX tem como objetivo inicial financiar os gastos públicos. Assim, a finalidade do Banco do Brasil é facilitar meios e recursos às rendas reais, a fim de socorrer as vultosas despesas do Estado. Constata José Hipólito da Costa, no Correio Braziliense: *"O Real Erário muito tem exigido do Banco do Brasil, obrigando-o a operações muito superiores às suas forças, pondo-o em circunstâncias de faltar a seu crédito"* (Apud LEVY, 1977:51).

Nos anos 30, surgem as primeiras instituições financeiras privadas no bojo do aumento das exportações da região Nordeste e do início da cultura do café no Rio de Janeiro e no Espírito Santo. Os bancos comerciais aparecem no final da década e se consolidam na década seguinte[4]. Em 1838, a organização do Banco Commercial do Rio de Janeiro concentra e tenta adequar as necessidades de recursos financeiros da maior praça exportadora do país às disponibilidades da economia (GRANZIERA, 1979:37). Como o banco não consegue acumular depósitos suficientes para ampliar as transações, passa a emitir vales bancários que rendem juros e expiram em data fixa. Bárbara Levy, em seu

[4] Os primeiros bancos comerciais privados surgem a partir de 1836, com a criação do Banco do Ceará, para atender às necessidades de créditos e meios de pagamento das praças locais. Rui Granziera chama de "praça", o *locus* exportador que detém as atividades de comércio e o crédito. Cf. GRANZIERA, Rui Guilherme. *A guerra do Paraguai...Op. Cit.* pp.11-2. Ver também *História do Banco do Brasil*. Rio de Janeiro: Coordenadoria de Comunicação Social do Banco do Brasil, 1988. pp. 33-4.

importante trabalho sobre a Bolsa do Rio de Janeiro, constata que a utilização desse ativo financeiro, distribuído e controlado pelo banco, é uma tentativa acertada de adaptação dessa instituição às reais necessidades de endividamento da economia. Tanto que essa prática se generaliza com a fundação de novos bancos comerciais (LEVY, 1977:55-6).

Na prática, muitos dos estabelecimentos criados funcionam como bancos de emissão, ou seja, emitem obrigações de pagamento em favor do portador na quantia nelas indicada. O pagamento devia ser efetuado à vista e em espécie. Essas características dão ao papel emitido qualidades de moeda, podendo intervir como tal na circulação de bens e serviços (SILVA, 1985:33-4). O título de um banco emissor é um crédito que o banco abre em favor de seus clientes, tal como uma letra de câmbio ou um cheque contra outro banco. Sua peculiaridade é se desligar da circulação meramente comercial para entrar na circulação geral, como dinheiro.

O limite dentro do qual os bancos podiam emitir variava. A garantia da emissão era dada pela manutenção de um encaixe metálico proporcional à quantia emitida ou por outros títulos, como os do Tesouro. A emissão também podia ser feita sem garantia prévia, derivada apenas da obrigatoriedade de conversão à vista e em espécie. Entretanto, essas garantias podiam ser eventualmente suspensas. Quando o governo liberava o banco da obrigação da conversão, o papel emitido adquiria as qualidades plenas de dinheiro sendo, portanto, irrecusável. Tem-se, assim, o regime de curso forçado. Tais regras mostram que a emissão

sempre esteve sob controle governamental, podendo ser feita apenas mediante autorização.

Do início ao final do século, dois sistemas regem as emissões no Brasil conforme as necessidades conjunturais do governo: o da unidade, no qual um só banco ou o Tesouro podem emitir; e o da pluralidade, que se verifica no país entre 1857 e 1866.

Em princípio, o Tesouro guardava para si o direito de emissão. Porém, como mencionado anteriormente, os bancos comerciais satisfazem inúmeras vezes a demanda por numerário por meio de vales (SILVA, 1985:33), conseqüência do crescente número de negócios e das novas perspectivas econômicas que se abriam, captando os recursos da agricultura e transferindo-os por meio de empréstimos para as cidades (GRANZIERA, 1979:37; LEVY, 1977:48).

Em meados do século XIX, a economia brasileira funciona a pleno vapor. Os anos 50 vêem a fundação e o desenvolvimento de novas empresas que utilizavam largamente o crédito e a distribuição de ações na Bolsa, principalmente as companhias de transporte, de iluminação e indústrias de bens correntes (SILVA, 1985:35; LEVY, 1977:48). O relativo protecionismo alfandegário, moldado pela Tarifa Alves Branco, em 1844, amplia as atividades externas, reflexo também da melhoria das exportações obtidas com o café. Entretanto, a desvalorização cambial ocorrida na época não pode ser vista como medida protecionista, como afirmam alguns historiadores do período, sobretudo por causa das particularidades do sistema monetário vigente e do funcionamento do padrão-ouro (LUZ, 1975:24-9). Analisemos, pois, mais detidamente este sistema.

O funcionamento do sistema de padrão-ouro prevê a existência de uma disponibilidade interna de metal equivalente às emissões de títulos e moedas correntes, tal que possa sustentar a taxa de câmbio ao nível que a paridade ouro indicar. A teoria ensina que uma saída de ouro, resultante de déficit no balanço de pagamentos, provoca imediatamente uma deflação, já que a circulação interna tem que ser proporcionalmente reduzida. Porém, a queda dos preços internos estimularia as exportações no período seguinte e o ouro retornaria. O processo ocorreria, então, sem maiores alterações na taxa de câmbio.

No entanto, numa economia tão cheia de especificidades como a brasileira, já que desprovida de poupança e baseada numa estrutura escravista, agrária, monocultora e exportadora herdada do período colonial, a aplicação desse sistema não atinge o funcionamento ideal. A lei nº 54, de 6/10/1835, que regulamenta o curso monetário e as emissões no país, suprime os vales comerciais e as moedas de cobre, substituídos pelo papel-moeda oficial, que coexiste como moeda ao lado do metal, não podendo ser recusado em qualquer parte do território nacional. A existência de um papel obrigatório, universalmente aceito, não é, entretanto, capaz de atender imediatamente a necessidade de meio circulante, que está inflacionado pelos vales, mas provoca uma elevação do preço do ouro expresso em papel-moeda. Sendo assim, para que subsista o mecanismo fundamental do padrão-ouro, isto é, para que os preços dos produtos do país reajam em função da evasão de metais, seria necessário que o curso forçado de papel-moeda fosse impedido[5]. O baixo

[5] Nota-se, aqui, a prática da Lei de Gresham, segundo a qual “a moeda má expulsa a moeda boa, pois a moeda considerada boa tende a valorizar-se mais e a desaparecer de circulação na medida em que possa ser entesourada”.

nível das receitas geradas pelas exportações obriga o governo a praticar uma política de desvalorização monetária e restrição do crédito, cumprindo as exigências inglesas que impunham o padrão-ouro restritivo às nações pouco desenvolvidas. Não se tratava de proteção, mas de imposição.

A fundação de novas empresas permite que, em 10/11/1849, seja criada a Junta dos Corretores. Os corretores eram classificados em três categorias e encarregados dos seguintes setores: fundos públicos, navios e mercadorias. A Junta era composta por cinco corretores, sendo que pelo menos três deveriam pertencer à primeira categoria, ou seja, deveriam ser encarregados dos fundos públicos. A Junta era subordinada ao Ministério da Fazenda e eleita pelos próprios corretores, tendo entre seus objetivos a fiscalização mútua da atuação dos membros, a apresentação de novos candidatos e o processamento de informações para o Governo. Os corretores se reuniam, quando terminavam as operações, para verificarem as cotações das transações do dia e as lançavam em livro próprio. A cópia autenticada das transações era publicada no dia seguinte numa das folhas mercantis. A Junta também preparava um boletim sobre a movimentação dos câmbios e fundos públicos que era remetido ao presidente do Tesouro Nacional. O demonstrativo das cotações cambiais auxiliava o Ministério da Fazenda na escolha do período mais vantajoso para a compra, por parte do governo, de divisas para honrar os compromissos da dívida externa. Já a apreciação dos títulos públicos ajudava a identificar os melhores momentos para a realização de amortizações e lançamentos de novos títulos, a fim de cobrir déficits orçamentários. Em 1851, o regime da Junta foi

substituído para que pudesse ser adaptado ao novo Código Comercial aprovado no ano anterior e os corretores passaram a ser submetidos ao Tribunal do Comércio (LEVY, 1977:74-9).

Embora a desvalorização não tenha sido uma medida específica de proteção para os exportadores nacionais, a criação da Junta dos Corretores, a elaboração do Código Comercial e a reorganização do Banco do Brasil, em 1853, são demonstrações do crescimento do comércio e da realização de novos empreendimentos[6].

As relações de produção escravistas, no entanto, permanecem inalteradas, apesar da lei Eusébio de Queirós provocar mudanças significativas na economia. Esta medida foi importante, porque, como apontado anteriormente, deslocou do tráfico uma grande massa de capitais, tornados disponíveis para investimento em novas atividades. Segundo Mauá, principal agente desse processo, parte do capital liberado é aplicada diretamente na produção, colocando a economia nacional no caminho da transição para o capitalismo e oferecendo a possibilidade de ganhos vultosos no curto prazo com um caráter especulativo (MAUÁ, 1942:125-6; BETHELL, 1970:378). Outra grande parte era reunida pelo mercado financeiro, abrindo seu crédito aos produtores diretos que começavam a organizar a produção sobre bases capitalistas.

Nesse processo, os capitais mercantis e industriais muitas vezes se misturam e se confundem. Apesar disso, a tendência mais forte é a do domínio crescente do capital mercantil

[6] O Código Comercial é aprovado em 1850. Em 1851, o Banco do Brasil reabre suas portas por obra do grupo liderado por Mauá. Porém, Afonso Arinos não considera o estabelecimento fundado por Mauá como o "segundo Banco do Brasil", pois se tratava de uma instituição exclusivamente particular. Dessa perspectiva, o verdadeiro segundo Banco do Brasil é criado pelo Visconde de Itaboraí, em 1853. Cf. Banco do Brasil. *Op. Cit.* pp.34-5.

sobre a produção. Trabalhadores assalariados começam a ser empregados em manufaturas e os grandes proprietários agrários fazem investimentos seguros na cidade, onde podem resguardar seu capital (LEVY, 1977:81). A combinação desses fatores provoca um incremento real na produção e uma diversificação maior dos investimentos. É um crescimento econômico quantitativo suficiente para justificar investimentos em força de trabalho assalariada e garantir o retorno do capital. Portanto, como assinala Mauá, não fora obra do acaso a coincidência entre a abolição do tráfico negreiro, a multiplicação das instituições bancárias e o desenvolvimento manufatureiro do país. Afirma Mauá (1942:26), em sua *Autobiografia*:

> "(...) reunir os capitais, que se viam repentinamente deslocados do ilícito comércio e fazê-los convergir a um centro donde pudessem ir alimentar as forças produtivas do país, foi o pensamento que me surgiu na mente ao ter certeza de que aquele fato [a abolição do tráfico] era irrevogável".

2. Crises financeiras do Brasil Imperial

2.1 - Do Encilhamento de 1857 à crise de 1875

Nos anos imediatamente anteriores a 1853, a oferta de capitais aumenta e a taxa de descontos bancários cai de 8%, em 1850, para 4% em 1851 e 1852. Tal queda coincide com a acirrada concorrência entre o Banco do Brasil de Mauá e o Banco Commercial do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que se dá o crescimento das operações de câmbio e a preferência por depósitos à vista. Em 1853, as regras de emissão são modificadas e o monopólio de emissão passa para as mãos do novo Banco do Brasil. Caberia a este banco regular as relações entre o ouro e o papel-moeda,

proporcionando a saída das suas notas de acordo com as exigências da circulação (LEVY, 1977:48).

O depoimento de Amaro Cavalcanti, em seu livro *O Meio Circulante Nacional*, de 1893, aponta o propósito de estabelecer o sistema de unidade de emissão, como causa preponderante da fusão dos dois bancos citados acima:

> o pensamento da lei e o propósito sabido do Governo, ao promover a criação do banco aludido, fora estabelecer o sistema da unidade ou do monopólio na matéria de emissão bancária, e como existissem então nesta cidade do Rio de janeiro dois bancos de certa importância, ambos com o direito de emitir vales, que tinham o curso de moeda fiduciária em todas as transações particulares – o primeiro passo do Governo foi o de chegar a um acordo com esses bancos [o Commercial e o do Brasil], no intuito de serem fundidos em um novo estabelecimento que se devia fundar.

Em abril de 1854 o Banco do Brasil inicia suas operações como verdadeiro banco emissor. Entretanto, o Banco Mauá, McGregor & Cia., organizado como sociedade comercial, continua a emitir seus vales, personificando a tentativa pioneira de criação de uma nova vertente no sistema de crédito. Nesse contexto, Mauá também testemunha o sucesso do lançamento das ações do Banco do Brasil.

As disposições sobre as sociedades anônimas são formalizadas pelo Código Comercial então promulgado. Assim, o lançamento das ações está fortemente amparado tanto pelo Código quanto pelos primeiros empreendedores, já possuidores de empresas sólidas e de prestígio. Portanto, não faltariam pretendentes para a subscrição das ações daquele banco. Dada a proporção de interessados, o governo anula o primeiro lançamento das ações e publica novas instruções, a

fim de resolver o problema de excesso de demanda pelos títulos. O movimento especulativo na disputa pelas ações continua grande e a cobrança de ágio aparece (FRANCO e PACHECO, 1979:374). Dois fatos comprovam o êxito da inauguração do novo banco. O enorme interesse na aquisição de seus títulos, e sua conseqüente valorização, e a vultosa quantia arrecadada com a subscrição de suas ações, que permite o investimento em obras de infra-estrutura, como o melhoramento das calçadas da cidade do Rio de Janeiro.

Em 1857, o país mergulha em sua primeira crise de liquidez, conseqüência da emissão de papéis duvidosos por parte de algumas casas bancárias, realimentando o movimento que ficou conhecido como o "Encilhamento de 1857" (GRANZIERA, 1979:58). Tal crise revela a vulnerabilidade da estrutura escravista, agrária e monocultora voltada para o mercado externo, inserida sob os ditames da economia mundial. A crise internacional e, posteriormente, a política emissionista restritiva, são responsáveis pela forte recessão no país, expondo a fragilidade do processo de investimentos incipientes numa economia cuja produção achava-se extremamente dependente do mercado internacional e, portanto, com dificuldades para manter as taxas de investimento dos anos anteriores.

Nesse contexto, as discussões sobre as emissões bancárias foram ásperas. Se de um lado, o Poder Moderador apoiava todas as medidas para garantir a conversibilidade imediata; de outro, não estava de acordo com os descontos de títulos de longo prazo nem com a aplicação de fundos de bancos independentes em títulos de sociedades particulares, irrealizáveis em períodos de crise. Em 1859, tendo Angelo

Muniz da Silva Ferraz como chefe do Gabinete da Fazenda, o Estado intervém com um duplo movimento. Por um lado, regulando as emissões de vales por meio da publicação do regulamento de selagem dos bilhetes e das notas promissórias e, por outro, exercendo um controle mais rígido das sociedades anônimas. O decreto, representando verdadeira intervenção nas casas comerciais e bancárias, ordena que seja enviado semanalmente ao Tesouro o resumo das operações realizadas na semana precedente, procurando regularizar, assim, as transferências de ações e os títulos promissórios (LEVY, 1977:85). Ao mesmo tempo, o governo realiza o primeiro empréstimo externo produtivo, vinculado à compra de ações da Estrada de Ferro Pedro II, e o Banco do Brasil retrai o crédito, procurando reembolsar em ouro os portadores de notas que solicitavam metais para enviar ao estrangeiro.

Paradoxalmente, a crise de 1857 acaba trazendo os bancos estrangeiros para o país, pois as medidas restritivas e saneadoras adotadas pelo governo brasileiro no rescaldo da crise dão segurança ao capital estrangeiro para abrir filiais de seus bancos no Brasil. Em 1860, é aprovada pelo Congresso uma nova lei de emissão no país. De acordo com ela, nenhum banco independente poderia emitir sem possuir garantias de que fosse capaz de reembolsar os seus vales em ouro. O Banco do Brasil e mais seis bancos independentes conseguem essa autorização.

Como a nova lei não é suficiente para eliminar a pluralidade de emissão, o governo procura, então, restringi-la. Entretanto, as conseqüências dessa restrição não são nada boas, nem para o mercado nem para o governo. As iniciativas

empresariais se reduzem e as falências aumentam significativamente. O movimento comercial cai e o capital flutuante torna-se escasso, além da morosidade nos pagamentos. A ação governamental é justificada com a desculpa de que saem do mercado apenas aqueles que visam a especulação, mas as razões verdadeiras das ações do governo são de caráter ideológico, pois o ritmo da economia cai sensivelmente, provocando perdas de aproximadamente 10% nas rendas públicas, sem se considerar a inflação (LEVY, 1977:99). Analisando o período, constata Bárbara Levy (1977:85) que *"as falências se sucediam como um castelo de cartas"*.

Já a faculdade concedida aos bancos para emitir lastreados em títulos públicos representa, na verdade, a apropriação de uma parcela dos recursos da economia pelo Estado, o que pressiona a depreciação dos títulos e acarreta a multiplicação de notas inconversíveis nos canais de circulação. Se o Estado não conseguisse sustentar seus títulos, emitidos pelos bancos, o preço da moeda metálica subiria e o câmbio, por sua vez, cairia, havendo uma evasão monetária para o exterior (LEVY, 1977:85).

Para fazer frente à crise de confiança são criadas a Caixa Econômica e o Monte de Socorro da Corte, instituições encarregadas de suprir as necessidades de endividamento do Estado e restabelecer a confiança na lucratividade da poupança. Essas instituições são novas, com a imagem ainda intacta e não estão vinculadas diretamente a nenhum setor da economia.

Também são feitas outras mudanças no regulamento das emissões. De acordo com a lei nº 1083, de 22/08/1860,

conhecida como 'lei dos entraves', fica proibido emitir notas, bilhetes, vales ou qualquer título ao portador, ressalvando-se apenas os recibos. A política anti-inflacionária adotada pelo governo procura fechar todos os canais de emissão de ativos financeiros. A partir da década de 1860, porém, os investidores passam a orientar suas aplicações para as novas atividades especulativas (mercado de câmbio e de mercadorias) em detrimento das atividades produtivas por causa dos elevados custos financeiros. Aqueles que não estão dispostos a correr os riscos da especulação encontram nos títulos do governo um porto seguro contra a instabilidade financeira.

Até a guerra do Paraguai, o sistema financeiro permanece estático por causa da escassez de ativos. A economia de exportação cafeeira mostra-se consolidada e próspera. Já o processo de transição do artesanato à manufatura passa por um momento delicado. O maior problema é a impropriedade do sistema financeiro e o entrave que as taxas de juros significam para o processo de industrialização. Enquanto no Brasil as taxas variam entre 8 e 10%, na Europa elas não passam de 5%. As exceções são as manufaturas de tecido e as de chapéu, pois conseguem baratear seus produtos, adaptando-se a processos de fabricação mais aperfeiçoados.

A incompatibilidade entre sistema financeiro e necessidades de endividamento de vários setores da economia cria um campo instável para as transações em dinheiro, provocado pela mobilidade excessiva das contas correntes bancárias e pela falta de liquidez, o que atrai a especulação. Por causa da política restritiva, muitas casas bancárias vão à falência e poucas se mantêm em atividade

graças, sobretudo, aos redescontos efetivados pelo Banco do Brasil. Entretanto, como as importações de ouro, realizadas por este banco para a troca das suas notas, não são suficientes para garantir um aumento proporcional dos fundos disponíveis, acentua-se o êxodo de moedas para o exterior (LEVY, 1977:91).

O Banco do Brasil não é capaz de manter este fluxo e ao mesmo tempo resguardar seu fundo metálico para atender às solicitações de numerário da praça. Assim, teve que elevar as emissões e suspender a troca de suas notas. Em 1864, a quebra da casa bancária Souto & Cia., a quem o Banco do Brasil se recusara a ajudar, generalizaria o pânico nas praças e deflagraria uma corrida aos bancos, inclusive ao Banco do Brasil. Como ocorrera em 1860, as falências sucedem-se umas às outras e, apesar das medidas que prorrogam por 60 dias o vencimento de qualquer título comercial, 95 empresas fecham as portas. A falta de credibilidade da moeda e a especulação com a baixa do câmbio fazem com que a demanda por metais aumente e reduza o encaixe bancário, ameaçando até o próprio Banco do Brasil. Diante desta situação, o governo se vê obrigado a aumentar o teto de emissão do banco e dar curso forçado às suas notas. Por outro lado, a crise pressiona pouco os bancos estrangeiros, que abrem novas contas em razão do desaparecimento de parte dos concorrentes e da credibilidade de que dispunham na praça.

Na Bolsa, a crise tem repercussão imediata. O mercado de títulos sofre uma redução significativa em suas atividades. As transações caem 22% em 1864 e 15% no ano seguinte, iniciando um novo período de paralisia. As oscilações, quando

há, são sempre com tendência à queda. O sistema financeiro continua incapaz de atender às solicitações de crédito da economia. Como conseqüência da política financeira governamental, orientada para satisfazer apenas as exigências dos credores internacionais, a oferta de crédito interno diminui. O mecanismo, que desencadeara a crise, foi assim explicado pelo *"Retrospecto Comercial"* do Jornal do Comércio (1864):

> As medidas governamentais com que [o ministério] procurou sanar essa situação mórbida atacando os resultados sem destruir as causas, nem prevenir o seu desenvolvimento futuro, trouxeram em grande parte efeito negativo; a súbita contracção do crédito não se effectuaria sem arrastar à ruína quantos tinham pretendido aos seus vôos; não tendo o dom de cercar o capital escasso, apenas tornaria mais onerosos, mais caros os seus serviços.

Segundo Rui Granziera, a crise e a Guerra do Paraguai exigem injeções de meios primários de pagamento, o que força o sistema financeiro a se tornar mais eficiente. Então, em 1866, o Banco do Brasil perde o direito de emissão, cujo controle passou a ser executado pelo governo até 1888. Assim, o governo emite bilhetes de curto prazo do Tesouro, com 6% de taxa de juros para concorrer com o sistema bancário. Os bancos particulares, com exceção do Banco Mauá, McGregor & Cia., não podem pagar essa quantia, nem para os depósitos à vista nem a prazo. Como conseqüência, o encaixe bancário se reduz e o ouro vai para os cofres públicos. Era uma política simples: aumentava-se impostos, recolhendo ouro, inflacionava-se e investia-se na guerra, na construção de estradas de ferro e no reaparelhamento dos portos. O Estado tornava-se, assim, o maior agente de crédito interno do país (LEVY, 1977:93-4).

Entretanto, a guerra do Paraguai gera uma série de despesas em ouro para o Tesouro, pois o metal é pressionado em duas frentes: por um lado, permanece constante o fluxo para o exterior; por outro, o fluxo é direcionado para diferentes pontos do país, a fim de atender às despesas de desembolso monetário necessárias ao funcionamento sazonal dos setores agro-exportadores (GRANZIERA, 1979:91-3). Como aponta o próprio João Pandiá Calógeras, um defensor do sistema ouro:

> não sendo superabundante o numerário disponível, as transações locais, momentaneamente aumentadas pelo acesso do produto das colheitas aos mercados, exigiam remessas periódicas de dinheiro as quais, durante a fase correspondente, empobreciam as praças de onde o papel-moeda era exportado, e este só retornava lentamente dada a dificuldade de comunicação.

Por causa da escassez de meios de pagamento, a taxa de juros se eleva, os descontos sobem e os negócios freqüentemente são paralisados. Porém, dois motivos fazem com que a guerra, indiretamente, reanime as atividades manufatureiras. Primeiro, as emissões sucessivas e, depois, o aumento das tarifas aduaneiras, que servem como escudo à produção nacional. Assim, a produção de algodão tem um importante aumento, em resposta às necessidades das manufaturas têxteis de algodão, responsáveis pelas fardas do exército nacional, bem como a indústria do couro. Também no Norte, a guerra civil americana estimula as exportações desse produto para a Europa (GRANZIERA, 1979:104-5; STEIN, 1977:57-9; CANABRAVA, 1951).

No último ano da guerra do Paraguai, o governo reduz a taxa das importações, perdendo parte de sua capacidade protecionista. No entanto, como geralmente ocorre em países

vitoriosos em guerras, há um florescimento de empresas e companhias. Em muitos casos, esse crescimento é estimulado pelas imobilizações de capital, cujos prazos de maturação são muito longos, ou são absorvidos pela especulação. A baixa do câmbio, manifestada durante a guerra, torna-se mais sensível a partir de 1867, quando o volume de moeda em circulação aumenta em decorrência das emissões bancárias privadas e oficiais. No entanto, a queda do câmbio deve-se mais ao mercado de cambiais, pressionado pela crise inglesa de 1866, ao decréscimo das produções exportáveis de Pernambuco e da Bahia, e ainda, à procura de cambiais por parte do governo para o financiamento da guerra, do que propriamente às emissões realizadas pelo governo brasileiro (GRANZIERA, 1979:97).

2.2 – A crise de 1875: mudanças no padrão de acumulação mercantil

Apesar da Guerra do Paraguai ter representado um obstáculo para a readaptação do sistema de crédito a favor da agricultura, o governo conseguiu atingir este objetivo, parcial e provisoriamente, propiciando uma melhor remuneração em papel-moeda aos fazendeiros (GRANZIERA, 1979:92-8). A instalação de empresas inglesas para a consolidação do veio exportador da economia continua e o mercado de cambiais passa a ser quase um monopólio governamental, condição suficiente para garantir a liquidez externa e o pronto pagamento dos compromissos externos. Entretanto, dada a estrutura econômica do comércio brasileiro, baseado na exportação de artigos primários e importação de produtos manufaturados, a relação de intercâmbio é desfavorável. Porém, o balanço de

pagamentos permanece favorável, mais por causa do aumento do volume de vendas do café do que pelo aumento de seu preço no mercado externo (GADELHA, 1982:76-80). Fazem parte da pauta de importações brasileiras produtos totalmente substituíveis por similares nacionais como o charque, sal, manteiga, bacalhau entre outros. Amaro Cavalcanti, criticando essa situação, escreve que por preguiça o Brasil importa até palitos de dente e cabos de vassoura. Esse conjunto de produtos, entre 1870-1875, representa 10% no cômputo geral das importações, refletindo na situação financeira do país e, particularmente, na taxa de câmbio.

Em 1875, a economia do país experimenta nova escassez de numerário. Dessa vez, o atrelamento ao lastro ouro e a sazonalidade da agricultura de exportação são suas causas (GRANZIERA, 1979:118-22). Heitor Ferreira Lima (1976:22), referindo-se às crises econômicas do Segundo Reinado, tem razão em assinalar a coincidência entre essas últimas e as crises européias e norte-americanas, que provocaram concentração da moeda, redução das exportações, falências nas principais praças do país, desorganização do mercado e influenciaram a taxa de câmbio nacional:

> tal simultaneidade dos movimentos cíclicos entre o Brasil e os demais países, principalmente Europa e Estados Unidos, não era, evidentemente, mera coincidência, mas fazia parte de nossa inserção na economia mundial, da posição periférica que nela ocupávamos e de nossas ligações econômico-financeiras com aqueles países.

Mauá, empresário de grande influência, outrora associado aos interesses do capital inglês, propõe a canalização do capital flutuante para investimentos

produtivos, a descentralização do crédito e a pluralidade de emissão bancária, uma vez que o rígido controle do meio circulante pelo Estado afeta diretamente iniciativas que dependem de créditos mais amplos. No entanto, ele foi voto vencido. Conforme Lídia Besouchet, citada por Bárbara Levy (1977:97), Mauá pagaria a *"a contradição de querer ser ao mesmo tempo credor e devedor, mobilizando capitais e empregando-os simultaneamente em empresas de caráter industrial,* [atitude que] *teria forçosamente de levá-lo à ruína".*

Diante da crise, o governo brasileiro é obrigado a contrair na Inglaterra um empréstimo no valor total de £5 milhões a 5% de juros, emitido com um deságio de 3,5%, dos quais sacaria apenas £1,1 milhão. Em abril, o governo pretende, sem sucesso, os £3,9 milhões restantes do seu saldo. Esclarece Bárbara Levy que os bancos privados deveriam reunir os fundos necessários, em moeda nacional, para cobrir os saques em Londres. Paralelamente, os depósitos dos bancos ascendem a 68.000:000$, mas o encaixe total não passa de 5.000:000$. Após uma ampla política de empréstimos, os bancos ficam com uma margem de segurança de apenas 7,35%. A partir daí, pressionam seus devedores para provocar o retorno dos fundos, mas não são bem sucedidos. Impossibilitados de atender seus compromissos, inicia-se uma nova onda de falências que atinge a praça do Rio de Janeiro. Às falências dos devedores, seguem-se as dos credores, sendo o Banco Nacional, o primeiro, seguido pelo Deutsch Brasilianische Bank e pelo Banco Mauá (MAUÁ, 1942:282). A situação tornara-se insuportável.

Diante desse quadro desfavorável, é promulgada a lei nº 2.595, de 29/05/1875, idealizada pelo Visconde do Rio Branco, chamada de "Auxílio aos Bancos". Sigamos Bárbara Levy: o Tesouro emitiria 25 mil contos em letras ao portador, a juros de 5,5%, resgatáveis em 4 a 12 meses e recebíveis com juros vencidos em pagamentos de impostos recolhidos nas repartições fiscais. Portanto, a emissão drenaria aos cofres públicos quantia idêntica, reduzindo a massa monetária, ao mesmo tempo em que se ajudaria os bancos de depósito, mediante garantia de títulos da dívida, letras do Tesouro e títulos da dívida flutuante ou outros considerados seguros pelo governo. Pretendia-se, assim, que a massa monetária retirada de circulação a ela retornasse via sistema bancário (LEVY, 1977:98).

Analisando o período, Ferreira Lima (1976:72) reconhece que a crise e a retração dos negócios provocadas pela saída de empresários do porte de Mauá criam um pretexto para uma nova reação dos setores manufatureiros que iam se firmando no país, resultando na criação da Associação Comercial Industrial (1877), que reúne fabricantes de tecidos, chapéus, velas, produtos químicos, incluindo ainda atividades artesanais como alfaiatarias, carpintarias, etc. Em relação à Bolsa, entretanto, a crise de 1875 é responsável pelo menor movimento de negócios registrados até o final do Encilhamento. Nos anos de crise, o mercado de ações sofre uma queda de 13% e diminui o número de companhias participantes, conforme indica a tabela 1. Contudo, no ano seguinte, há um aumento de 20% nas transações, suficiente para iniciar um processo de alta gradativa por 10 anos (LEVY, 1977:98-9).

TABELA 1 – Número de companhias negociadas na Bolsa do Rio de Janeiro (por setor)

Anos / Setores	1856	1857	1858	1861	1872	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1888	1889
Bancos	4	4	2	5	3	7	7	5	5	7	7	13	21
Cias de Seguro	-	1	1	2	1	4	3	5	4	7	6	13	5
Cias de Tecidos	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	3	3
Alimentos e Bebidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Transportes	5	2	3	7	14	6	3	3	3	14	13	18	18
Serv. Públicos	-	-	1	1	3	1	2	3	2	2	1	-	4
Construção Naval	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perfumaria, Sabões e Velas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Metalurgia	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-
Recreação e Esportes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Colonização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Extração Mineral	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	-	1
Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-
Comércio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	3
Madeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Setores não identificados	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	1	-
Total	9	7	7	16	23	19	17	16	14	30	33	53	58

Fonte: Junta dos Corretores de Fundos Públicos da cidade do Rio de Janeiro. *Livro de cotações officiais de títulos e valores.* Rio de Janeiro,1850-1893.

O gráfico 1 sintetiza os dados da tabela 1 mostrando a evolução do número de companhias negociadas na bolsa de valores do Rio de Janeiro entre 1856 e 1889.

GRÁFICO 1 – Evolução do número de companhias negociadas na bolsa de valores do Rio de Janeiro entre 1856 e 1889
Fonte: Tabela 1

Apesar da crise e da queda do número de companhias negociadas logo depois da crise de 1875, a Bolsa registra um aumento de 25% em sua movimentação em relação à 1869. Heitor Ferreira Lima, trabalhando com outras fontes estatísticas, observa ainda que graças ao crescimento da produção cafeeira, que se expande em novas frentes nos anos setenta, a economia é impulsionada, os centros urbanos se expandem e são ampliados os meios de transporte. Dessa maneira, o setor monetário pode reagir. O número de estabelecimentos manufatureiros passa de 63 no qüinqüênio de 1875-79, para 150, entre 1880-84, e 248 entre 1885-89; no mesmo período, o capital empregado evolui de 23.150:000$ (1875-79) para 58.368:000$ (1880-84) e 204.401:000$ (1885-89); enquanto o valor da produção passa de 34.839:000$ (1875-79) para 89.860:000$ (1880-84) e 247.121:000 (1885-89).

TABELA 2 – Número de estabelecimentos manufatureiros, capital empregado e valor da produção quinqüenal (1875-1889)

Qüinqüênio	1875-79	1880-84	1885-89
Nº de estabelecimentos	63	150	248
Capital empregado	23.150:000$	58.368:000$	204.401:000$
Valor da produção	34.839:000$	89.860:000$	247.121:000$

Fonte: Dados do *Recenseamento Geral do Brasil*, de 1920. *Apud* LIMA, Heitor Ferreira. *História do pensamento...Op. Cit.* p.103; *Idem*. Tabelas *In*: *História político-econômica...Op. Cit.* p.268-9.

A partir de 1878, mais uma vez os problemas estruturais da agricultura vêm à tona. A produção de café passa a representar 45,9% do total mundial, correspondendo a uma perda de 3,5% em relação a 1855. Além disso, os preços das *commodities* brasileiras - café, borracha, açúcar e algodão - apresentam tendência de queda. As propriedades rurais estão desvalorizadas, por causa da expectativa da abolição

do trabalho escravo e, assim, a criação de um sistema eficiente de crédito torna-se difícil. Para contornar a situação, os grandes proprietários buscam o crédito comercial, que cobra altos juros, muitas vezes superiores a 18% ao ano (MELLO, 1984:102-3).

Celso Furtado, analisando o período, aponta os desequilíbrios internos provocados pela política de "conversibilidade" adotada pelo governo imperial, conduzindo a intenso aumento da dívida externa, enquanto mantém o sistema econômico nacional em permanente escassez de meios de pagamento. Assim, para atender às necessidades de crédito, a lavoura pleiteia a expansão das emissões. No entanto, a orientação da política econômica do governo continua sendo reduzir a massa monetária.

Os números, analisados por Furtado, apontam que entre 1880 e 1889 a quantidade de papel em circulação decresceu de 216.000:000$ para 197.000:000$, enquanto o valor do comércio exterior aumentou de 411.000:000$ para 477.000:000$. Diante dessa situação, não se deve estranhar o fato dos lavradores pedirem a volta da lei de 1875, que autorizava o Tesouro a emitir 25.000:000$ em letras ao portador, a fim de fazer frente às necessidades urgentes dos bancos de depósito. Em maio de 1885, o total dos encaixes dos bancos é de apenas 6.322:000$, número próximo ao de 1875, quando os encaixes não passaram de 5.000:000$. Afirma Furtado (1967:180-1):

> o sistema monetário de que dispunha o país demonstrava ser totalmente inadequado [...]. Esse sistema tinha como base uma massa de moeda-papel emitida pelo Tesouro para cobrir déficits do governo e em menor quantidade (cerca de vinte por cento nos anos oitenta) por notas emitidas por

> bancos que em certas ocasiões haviam gozado do privilégio de emissão. Era totalmente destituído de elasticidade e sua expansão anterior havia resultado de medidas de emergência tomadas em momentos de crise, ou do simples arbítrio dos governantes.

Assim, também não é de se espantar o enorme aumento da dívida externa, produzida entre os anos de 1883-1888, no valor de £17.327.900 (GRANZIERA, 1979:138). Como assinala Amaro Cavalcanti, *"o Império é o déficit"*. Entretanto, conforme demonstrara Castro Carreira, *"foram os déficits do balanço de pagamentos, acrescidos dos déficits orçamentários quase permanentes, que nos conduziram aos contínuos empréstimos externos, onerando e ampliando constantemente nossos compromissos no estrangeiro e com isso tornando-nos cada vez mais dependentes da finança exterior e da política internacional"* (Apud LIMA, 1976:259).

A luta dos lavradores por crédito afeta indiretamente a manufatura. No final do Império, entretanto, a classe agrária já não vê necessariamente a manufatura como sua adversária, mas como uma forma complementar à sua produção. A manufatura de bens correntes é inclusive considerada um estímulo à economia agrícola, pois utiliza matérias-primas como o algodão, a juta, entre outras, sem concorrer com as monoculturas tradicionais. Ademais, o crescimento urbano, ocorrido em torno das principais praças exportadoras – o "complexo exportador"[7] - acarreta o surgimento de uma pequena classe média e de trabalhadores livres assalariados, que podem se beneficiar com a produção de bens-salário nacionais. Este, aliás, é um dos motivos pelos quais a década de 1880 a 1889 é considerada como a fase de maior

[7] Para a noção de "complexo exportador" ver CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo.* São Paulo: DIFEL, 1977.

desenvolvimento manufatureiro-industrial (CARONE, 1970:80-1; SILVA, 1985:77).

Além da classe agrária não representar ainda um obstáculo para o seu crescimento, a manufatura nesse período se beneficia com os superávits do café e com as medidas tarifárias adotadas pelo governo central, o que torna inviável o preço dos bens-salário e dos produtos importados em muitas localidades, provocando inflação nas principais praças exportadoras. Por outro lado, ela conta também com o aumento da onda imigratória num mercado interno de trabalho em expansão. Enfim, nos últimos anos do Império são favoráveis as condições para o florescimento manufatureiro-industrial do país, sobretudo no Rio de Janeiro (MELLO, 1984:247-85; STEIN, 1979:61).

Para o Sudeste como um todo, a conjuntura econômica do final da década revela, em geral, uma situação financeira próspera e câmbio em alta, por causa do afluxo de capitais estrangeiros tanto para o governo quanto para atender particulares. Esse quadro é percebido pelos últimos gabinetes do Império, João Alfredo e Ouro Preto, mas a popularização do crédito, promovida durante suas gestões, acaba trazendo em seu bojo uma onda especulativa. Ademais, o pagamento de salários aos trabalhadores livres e o crescente número de imigrantes faz o comércio e a população demandarem maior numerário para circulação. É a chamada "crise da abolição".

A abolição da escravidão provoca de imediato a desvalorização das garantias, representadas pelos escravos, dos empréstimos de longo prazo nos bancos hipotecários, que concedem créditos de até ¾ do valor dos bens de raiz, ou

seja, escravos e terras. Para atender a essas novas necessidades de moeda e de crédito o Gabinete Ouro Preto se vê obrigado a autorizar em 24/11/1888, a plenitude de emissão bancária, baseada em títulos da dívida interna ou em metal, na proporção de 1/3 entre os fundos e a garantia de emissão. Para isso, Ouro Preto levanta £20 milhões no mercado inglês, a fim de permitir a adequação da estrutura financeira à Lei de 1888. A execução dessa lei provoca, segundo Peláez, *"uma das mais notáveis inflações da história do Brasil"*.

A crise política e a mudança de regime com a proclamação da República interrompem momentaneamente o processo especulativo cujo ápice ocorrerá nos primeiros anos da década de 90 (1890-1891).

3. Considerações finais

Antes da chegada da Família Real, o Brasil carecia de um sistema monetário mais organizado que pudesse dinamizar as trocas não só no litoral como no interior. A vinda da Corte, em 1808, revolucionou as estruturas sociais, políticas e econômicas da colônia. O aumento do consumo e a conseqüente expansão do mercado fizeram sentir a escassez de meio circulante, incapaz de atender ao novo patamar do comércio, nas maiores cidades comerciais. Para suprir essa necessidade, atender as oportunidades que nasciam com a vinda da família real e, assim, garantir a expansão do capital mercantil, foram criadas instituições financeiras que definiam, em certa medida, a orientação dos processos de inversão dos fundos disponíveis, dirigindo-os tanto para o Estado quanto para o processo de acumulação do capital privado. A partir da segunda metade do século XIX, a proibição do tráfico e, posteriormente, a difusão do trabalho livre assalariado

promoveriam maior circulação monetária. O aumento da circulação de moeda, conseqüência da desagregação das relações escravistas de produção, obrigou a reformulação da política monetária. Para acompanhar as novas necessidades de expansão e circulação monetárias, a incipiente estrutura financeira do país teve que se adaptar. Embora estivesse intimamente ligada à estrutura produtiva, as diferenças entre elas e as necessidades financeiras do Estado promoviam profundas distorções na canalização dos recursos existentes. A penetração do capital financeiro internacional, as idéias monetaristas ortodoxas e as intervenções desordenadas do Estado faziam que a estrutura financeira se tornasse um obstáculo à própria reprodução do sistema. Instabilidade monetária e cambial, empréstimos majoritariamente de curto prazo e taxa de juros suficientemente alta para compensar os riscos das crises de liquidez jogavam areia nas engrenagens do motor da economia.

Mas a estrutura financeira do país se desenvolvia. A criação de instituições financeiras, especialmente do Banco do Brasil, na primeira metade do século XIX teve como principal objetivo financiar os gastos públicos. Nos anos 30, surgiram as primeiras instituições financeiras privadas que, na prática, funcionavam como bancos de emissão. Em meados do século XIX, a economia brasileira seguia a pleno vapor. Os anos 50 viram a fundação e o desenvolvimento de novas empresas que utilizavam largamente o crédito e a distribuição de ações na Bolsa, principalmente as companhias de transporte e iluminação, e indústrias de bens correntes. Quanto ao câmbio, o baixo nível das receitas geradas pelas exportações obrigava o governo a praticar uma política de desvalorização monetária e restrição de crédito para manter

o padrão-ouro, exigência que a Inglaterra impunha à sua periferia. Era preciso conquistar e manter a confiança dos mercados externos de capital para poder acessá-los.

Embora a desvalorização não tenha sido uma medida específica de proteção para os exportadores nacionais, a criação da Junta dos Corretores, a elaboração do Código Comercial e a reorganização do Banco do Brasil, em 1853, eram demonstrações do crescimento do comércio, da realização de novos empreendimentos e do desenvolvimento financeiro do país. Mas no bojo desse desenvolvimento vieram crises econômicas.

As crises do Segundo Reinado (1857, 1864 e 1875) atingiram, sobretudo, os setores comercial e bancário. Como os estoques de mercadorias das casas comerciais eram financiados por operações bancárias, as retrações fortes e súbitas do comércio e, por conseguinte, a não satisfação dos compromissos assumidos pelos devedores, provocaram a falência de inúmeros estabelecimentos comerciais e casas de crédito. Para diversos governantes e autores da época, essas crises foram provocadas, basicamente, pelo desequilíbrio entre a oferta e a demanda de moeda.

Entretanto, não se pode deixar de mencionar a influência das políticas econômicas do governo, da própria base sobre a qual estava assentada a economia brasileira e dos movimentos da economia mundial sobre o mercado doméstico. Devido à inserção do país como nação periférica no mercado mundial, os movimentos cíclicos do capitalismo nos países centrais repercutiam aqui com intensidade variável, mas de maneira constante: 1847, 1857, 1864-66, 1873 e 1882. Esses anos também foram tempos de crise na Europa e nos

Estados Unidos. Mas as crises da economia brasileira no período não eram um simples espelhamento do que ocorria nos países centrais. No Brasil, elas foram, em boa medida, conseqüência da dependência e da vulnerabilidade da economia nacional em relação ao mercado externo, uma vez que as perturbações ocorridas no exterior se refletiam em nossas exportações e na oferta de crédito estrangeiro, gerando depressões internas e crises numa economia ainda frágil.

Bibliografia

BETHELL, Leslie. *The abolition of the slave trade*. Cambridge, Mass.: Cambridge University, 1970.

CALÓGERAS, João Pandiá. *A política monetária do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1960.

CANABRAVA, Alice P. *O desenvolvimento da cultura de algodão na província de São Paulo (1861-1875)*. São Paulo: Siqueira, 1958.

CANAVARROS, Otávio. *O movimento de preços e salários no Rio de Janeiro e sua articulação com a conjuntura social (1850-1930)*. São Paulo: USP, 1972. [Dissertação de Mestrado]

CARONE, Edgard. *A República Velha, Instituições e Classes Sociais*. São Paulo: DIFEL, 1970.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo & PACHECO, Cláudio. *História do Banco do Brasil*. Rio de Janeiro: Banco do Brasil 1979. 5v. v.1.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* 7.ed. São Paulo: Nacional, 1967. 248p.

GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. *Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920)*. São Paulo, USP, 1982. [Tese de Doutorado]. 401p.

GRANZIERA, Rui Guilherme. *A guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1979. 172p.

LEVY, Maria Bárbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977. 669p.

LIMA, Heitor Ferreira. *Formação industrial do Brasil (Período colonial)*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 327p.

_____. *História do pensamento econômico no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1976. 198p.

_____ *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1970. 422p.

LUZ, Nícia Villela. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MAUÁ, Irineu Evangelista de Souza. *Autobiografia; exposição aos credores e ao público, seguida de O meio circulante no Brasil*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1942.

MELLO, Evaldo Cabral. *O Norte agrário e o Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. pp.102-3.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. Campinas: UNICAMP, 1975. [Tese de Doutorado]

SILVA, Sérgio S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

STEIN, J. Stanley. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850/1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. 272p.

VILLELA, Annibal V. & SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945)*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

Trabalho Produtivo e Serviços em Marx

Lincoln Secco[1]

Resumo

O trabalho produtivo é um conceito de cruzamento na obra de Marx. Ele envolve outros conceitos fundamentais como mais-valia, trabalho concreto e abstrato, valor, valor de uso e de troca etc. Também teve implicações políticas na elaboração das estratégias marxistas ao longo do século XX. Este artigo visa não só apresentar este conceito, mas discutir também suas controvérsias no tratamento de novas atividades produtivas, notadamente na área de serviços.

Palavras-chave: trabalho produtivo; Marxismo; economia política; História das idéias econômicas

Abstract

Productive labor is a key concept in Marx´s work. It evolves other fundamental concepts as surplus, concrete and abstract labor, value, trade and utility value, etc. It had also political implications on the elaboration of Marxist strategy on the XXth Century. This paper intends not only to present this concept, but to discuss its controversial application on new productive activities, remarkably on the services productive sector.

Keywords: productive labor; Marxism; political economy; History of Economic Thought.

"Ser trabalhador produtivo não é sorte, mas azar".

(K. Marx; in O Capital)

O trabalho produtivo não se confunde necessariamente com qualquer atividade assalariada nem diz respeito apenas à materialidade sensível das mercadorias produzidas. É produtivo para Marx o trabalho que cria mais-valia e se organiza formalmente sob princípios capitalistas, não importando assim a natureza material do produto. Assim, o conceito demarca uma relação historicamente determinada entre o capital e o seu meio de auto-valorização: a força de

[1] Professor do Departamento de História – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

trabalho. Ainda no volume primeiro diz Marx:" (...) por 'proletário' só se deve entender economicamente o assalariado que produz e valoriza 'capital' (...)" (Marx, 1983, vol. 1, tomo 1, p. 188)[2].

Mas em que momento do processo global de produção e reprodução capitalista há criação de mais-valia, portanto trabalho produtivo? O processo de reprodução ampliada do capital é a unidade das esferas da produção e circulação, bem como é a unidade na diversidade dos três ciclos específicos do capital: monetário, mercantil (comercial) e produtivo.

A esfera da produção implica um tempo de produção e um tempo de trabalho humano efetivamente realizado e objetivado nos produtos. O tempo de produção abrange o próprio tempo de trabalho e o estágio provisório em que os produtos se transformam independentemente da ação humana, por exemplo os processos de fermentação do vinho; abrange ainda o tempo em que as máquinas e ferramentas se desgastam "improdutivamente", "ociosamente" ou "moralmente" (tornam-se obsoletas). Esta parcela fixa do capital é, portanto, latente, está em alqueive (descanso) – "Latente" aqui no sentido de "potencial", segundo concepção física de calor latente, consoante informa Engels em nota (Marx, 1983, vol. 1, tomo 1, p. 188).

Os processos de trabalho humano necessários neste estágio provisório (tempo de produção que excede o tempo de trabalho), como conservação de matérias-primas, operacionalização dos processos físicos, análise e controle de qualidade etc, são produtivos, encarecem as matérias primas e estão subsumidos à esfera do capital produtivo. Somente

[2] Fundem-se e ampliam-se aqui dois estudos que fiz há vários anos sobre a temática do trabalho produtivo e da educação. Estavam inacessíveis e não digitalizados.

nos instantes em que o capital produtivo é latente, não há criação de mais-valia.

No momento seguinte, no exterior da esfera produtiva emerge o seu contrário, sem o qual, todavia, não há reprodução de capital, mas do qual, também, não nasce o valor:

> "Tempo de circulação e tempo de produção excluem-se mutuamente. Durante seu tempo de circulação, o capital não funciona como capital produtivo e, por isso, não produz mercadoria nem mais-valia." (Marx, *1983, vol. II, 91).*

Os agentes da circulação não criam valor novo, eles são pagos pelos agentes da produção a partir de uma parcela da mais-valia que é transferida para cobrir os custos de circulação. Estes custos são chamados por Marx de *faux frais* (falsos custos).

No âmbito da circulação toda função é em si e por si mesma improdutiva (exceto os prolongamentos de funções da esfera produtiva), isto porque *"o tempo de compra e venda não cria valor"* (Marx, 1983, 96). No próprio processo produtivo, já vimos, as funções referentes ao diferencial do tempo de produção e do tempo de trabalho (quando o produto está em descanso) não engendram nem transferem valor — aqui por não consistirem em trabalho humano.

Originalmente, o produtor tendia a vender ele mesmo seus produtos no mercado, mas a tendência do modo de produção capitalista, determinada pela necessidade de acelerar a acumulação de capital, é concentrar as funções de reprodução do capital em sua fase de circulação sob a responsabilidade de capitalistas exclusivos (comerciantes). Tais agentes de circulação incrementam a velocidade da

acumulação via diminuição do tempo da transmutação formal do capital mercantil em monetário:

> "Um comerciante (aqui como mero agente da transmutação formal das mercadorias, visto como mero comprador e vendedor) pode encurtar, mediante suas operações, o tempo de compra e de venda de muitos produtores. Ele deve ser considerado então, como uma máquina que diminui o dispêndio inútil de energia ou que ajuda a liberar tempo de produção".(Marx, *1983, vol. II, 97)*

O trabalhador empregado pelos comerciantes, conquanto cumpra uma função útil e imprescindível na sociedade capitalista, é improdutivo. Para Marx ele vende sua força de trabalho pelo seu valor (constituído pela soma dos valores dos elementos necessários à reprodução dessa força de trabalho), mas o seu tempo de trabalho necessário é menor do que sua jornada de trabalho, embora ele não gere nem transfira valor novo aos produtos. A parcela da massa social de mais-valia transferida para cobrir os custos de circulação é assim poupada na medida em que tais custos diminuem em virtude do tempo de trabalho não-pago do trabalhador do comércio. Eis o "lucro" do "comerciante" *(lato sensu),* haurido do duplo furto que frauda a riqueza social em nome do que não paga aos seus empregados!

Parece-nos que Marx cria uma confusão aqui ao tentar mostrar que o comerciário é também "explorado" pelo comerciante. É como se o comerciário tivesse tempo excedente de trabalho mas não gerasse excedente. Ora, o que ele faz então no tempo excedente? É um oxímoron. Uma contradição nos próprios termos da proposição. Para ser coerente com seu próprio argumento, Marx deveria ter considerado o trabalho do comerciário simplesmente improdutivo, sem mais.

O comerciante se apropria de uma parte da mais valia produzida anteriormente (nas indústrias, por exemplo) embutindo nos preços finais seus custos. Tais custos se referem aos gastos com as transações monetárias e aos salários dos comerciários. Todavia, Marx sugere que ele paga aos comerciários menos do que deveria. Em verdade só podemos confirmar isso se medirmos uma jornada média de trabalhador produtivo e observarmos se os comerciários se aproximam desse nível. E em qualquer caso, do ponto de vista da contabilidade do comerciante, ele vende os produtos pelo preço que pagou, acrescido dos custos (incluindo os salários) e do lucro comercial. Como Marx considera (no primeiro e segundo volumes de sua obra) valor e preço como sinônimos, o comerciante só pode pagar os seus custos com uma parte da mais valia gerada anteriormente.

Os custos puros de circulação são oriundos da simples metamorfose formal do valor, exigida pelo fato de que valores de uso concretos específicos só podem ser intercambiados como valores de troca, a forma social mediada daqueles.

Também é produtivo o trabalho adicional dedicado à conservação do estoque de mercadorias; embora seja contabilizado como *faux frais* não se trata aqui de atividade que decorre apenas da simples metamorfose formal (ideal) do valor; isto porque a transmutação ideal e o intercâmbio real diferem, aquela como momento abstrato da investigação e que permite conhecer o objeto nas suas conexões básicas, este como troca concreta que exige custos concretos de conservação e transporte e os próprios custos puros incorporados; o intercâmbio real incorpora e supera a transmutação formal e esta é um pressuposto daquele. Quando alguém vende, outro compra e ocorre circulação de mercadorias; a mera tranferência do título de propriedade da

coisa é um custo puro de circulação originado desta metamorfose formal do capital-mercadoria em capital monetário, mas o intercâmbio em si mesmo exige os custos de conservação e manutenção do estoque enquanto se espera a realização da troca formal e os custos de transporte, para a troca concreta (o movimento físico das mercadorias). É claro que há casos de intercâmbio de bens imóveis, mas mesmo esta exige os custos de conservação acima mencionados.

A troca real incorpora a troca formal. Valor novo é agregado para se diminuir a perda do tempo de espera da realização do capital-mercadoria em capital monetário (venda), já que as mercadorias se degradam sob a ação impiedosa do tempo.

O trabalho absorvido na conservação do estoque propriamente dito (forma concreta do capital-mercadoria) é produtivo e difere das funções formais de mera transferência do direito de propriedade da mercadoria; a conservação é função real exigida pelo metabolismo social real, pelo intercâmbio concreto determinado pela divisão social do trabalho. Do ponto de vista da produção adicional de mais-valia, ocorre o mesmo, *mutatis mutandis,* com o trabalho sob as injunções do capital produtivo latente.

Desse modo, é produtivo o trabalho envolvido na conservação do estoque de carne de um açougue, por exemplo: os funcionários que controlam a temperatura ideal de conservação, que controlam o pH, que cortam as carnes, que embalam as carnes vendidas etc, são produtivos, mesmo que tais funções estejam sob a égide da esfera da circulação; mas o funcionário que opera a caixa registradora não é produtivo, pois só transfere direito de propriedade e não agrega mais-valia. O mesmo vale para os serviços embora haja neste caso outras complicações que avaliaremos

adiante. Veja-se um famoso exemplo de Marx: o palhaço, se empregado por um empresário de circo, é produtivo, embora produza piadas e piruetas consumidas pelo público e satisfazendo uma necessidade espiritual de rir e se divertir; o vendedor dos bilhetes de entrada não é produtivo. Outro exemplo: um motorista de taxi de uma frota contratado e pago por uma empresa é produtivo, um "taxista" dono do seu próprio automóvel não produz nem uma partícula de mais-valia.

Sintetizando, o trabalho realizado sob os auspícios do capital em sua fase de circulação difere em três aspectos principais:

1. Constitui os custos puros de circulação quando opera a simples metamorfose formal M' — D' (mercadoria já valorizada que é vendida); O trabalho efetuado é, então, improdutivo, pois é dedução da riqueza social gerada no âmbito do capital produtivo, logo é diminuição da força produtiva social do trabalho, já que uma parte da classe trabalhadora é deslocada da "produção";

2. Se compõe os custos de conservação é produtivo (gera mais-valia).

3. O trabalho de transportar as mercadorias é produtivo sob qualquer aspecto, porque agrega mais-valia e é atributo de todas as formações sociais da história. Entretanto, no modo de produção capitalista, aparece como extensão de uma atividade produtiva dentro do processo de circulação do capital.

Os Serviços

Pode-se concluir que Marx considera, na primeira seção do volume II de O Capital, todo o trabalho produtivo como

aquele que se subsume formalmente à esfera do capital produtivo e é organizado de modo especificamente capitalista. Esta definição não diz respeito ao conteúdo produzido, mas às funções reais de produção, seja na fase de produção do capital seja nos momentos de prolongamento dessas funções na circulação (custos de conservação e transporte), como vimos.

Mas embora o cerne da questão não diga respeito à materialidade da mercadoria, no que tange aos serviços cuja finalidade *não* é o próprio fim útil colimado, mas meio para outro fim, como a educação, segurança, saúde, etc, embora possam ser economicamente produtivos, a sua contribuição ao produto social não pode ser mensurada como a dos serviços de transporte, por exemplo (Toneladas/km) (Singer, 1988, 11; Marx, 1975, 99).

Desde os fisiocratas (que acreditavam ser o trabalho agrícola que sustentava toda a sociedade) os economistas se preocuparam com o fato de que muitos trabalhavam para o sustento de alguns. Numa extensão à tradicional definição de trabalho produtivo dos fisiocratas, Adam Smith já tecia considerações sobre o caráter produtivo do trabalho (especificamente do ponto de vista do capital):

> "Existe um tipo de trabalho que acrescenta algo ao valor do objeto sobre o qual é aplicado; e existe outro tipo, que não tem tal efeito. O primeiro, pelo fato de produzir um valor, pode ser denominado produtivo; o segundo, trabalho improdutivo". (Smith, 1988, 252).

Certamente, se por um lado todo trabalhador que cria bens de uso (e não só os agricultores, como queriam os fisiocratas) é produtivo, por outro lado Adam Smith exclui os trabalhadores do setor de serviços de um modo geral:

> "O soberano, por exemplo, com todos os oficiais de justiça e de guerra que servem sob suas ordens, todo o Exército e Marinha, são trabalhadores improdutivos. Seu serviço, por mais honroso que seja, não produz nada com o que igual quantidade de serviço possa posteriormente ser obtida. A proteção, a segurança e a defesa da comunidade, o efeito do trabalho dessas pessoas, neste ano, não comprarão sua proteção, segurança e defesa para o ano seguinte". (Smith, 1988, 253).

Vincula-se aqui a produtividade do trabalho à criação de um excedente econômico incorporado em bens materiais, pois a acumulação pressupõe a capacidade de reprodução ampliada dos meios necessários à continuidade do processo de produção. Esta ampliação advém do produto excedente criado pelos trabalhadores ser em parte gasto para sustentar as funções improdutivas da sociedade (segurança, governo, justiça, etc), em outra parte reinvestido na produção: uma constitui o fundo de consumo da sociedade, outra o seu fundo de acumulação.

A consideração do setor de serviços por Adam Smith suscita muitos problemas que levaram o próprio economista escocês a vincular erroneamente a produção de excedente apenas aos trabalhos que se fixam em bens materiais, estabelecendo uma celeuma entre a contribuição do trabalho produtivo à sociedade (ao capital social) e à empresa sob a qual se organiza (capital individual). Ele está certo em duvidar da contribuição dos serviços que ele citou ao produto social, mas não pode duvidar de sua contribuição ao capitalista que os emprega. No caso, ele parece se referir a serviços públicos, sempre improdutivos. Mas tais serviços não precisam ser organizados pelo Estado, necessariamente.

Em primeiro lugar, a imaterialidade do efeito útil dos serviços (consumido ao mesmo tempo em que é produzido) torna-o imensurável para efeito de rentabilidade do capital

social. Em segundo lugar, parece claro que um serviço de segurança pode ser produtivo para a rentabilidade do capital de uma empresa de segurança - Adam Smith tenta esquivar-se dessa dicotomia abordando um trabalhador de serviços somente como um "autônomo" (relação vendedor - consumidor) e não como assalariado inserido em relações capitalistas de produção.

Contudo, transparece a necessidade social de certos serviços, o que leva a deduzir que uma atividade é produtiva *economicamente* sob o aspecto da geração de valor e socialmente necessária sob o aspecto da utilidade para a satisfação de anseios humanos indispensáveis à própria reprodução da sociedade[3]. Sob o primeiro aspecto, depende do trabalho estar subordinado a uma empresa capitalista para gerar mai-valia (assim, qualquer tipo de trabalho público, por exemplo, é improdutivo, embora possa ser necessário socialmente). Há uma contradição entre as necessidades sociais e econômicas. Assim, a empresa pode realizar suas mercadorias (vendê-las) em parte para obter lucro, em parte para satisfazer demandas sociais. Mas há uma parcela de trabalhos produtivos que são inúteis para a sociedade e há uma parcela de trabalhos improdutivos que são úteis para a sociedade.

Eis que emerge um problema: como estabelecer as necessidades humanas em geral sem recorrer a um paradigma ideológico e questionável? Lúcio Kowarick exprime a problemática tentando não se pautar tão somente por estímulos extra-econômicos:

> "Contudo, pelo menos em tese, parece ser possível vislumbrar a partir de uma análise científica e não apenas ético-moral, um conjunto de bens e serviços

[3] Para uma visão diferente desta, vide pesquisa (em andamento) de Vera Cotrim, na pós graduação, área de História Econômica, da Universidade de São Paulo.

> mais voltados a satisfação das necessidades humanas, em contraposição a um outro conjunto voltado para manutenção e expansão do sistema capitalista (...). Para estudar a problemática em pauta, parece necessário abordar a questão sob o ângulo da reprodução ampliada do capital, analisando as novas modalidades de trabalho produtivo que certamente não podem se restringir ao trabalhador que diretamente transforma um objeto inerte numa mercadoria com valor, mas, por outro lado, a análise deve centrar-se também sobre as finalidades sociais do bem produzido". (Kowarick, 1978, 90).

De qualquer maneira permanece o problema de como estabelecer quais finalidades são sociais. Lipietz (1988, 83-5), por exemplo, considera a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo metafísica.

Da mesma forma, um operário que produz um Rolls-Royce é produtivo, pois sua força de trabalho é paga pelo capital variável de uma montadora de veículos, mas o resultado útil do seu trabalho é pago normalmente pelo rendimento de um capitalista que é sempre improdutivo. Aqui temos uma outra contradição que não diz respeito à finalidade social do produto apenas, mas ao fato de que ele não realimenta a acumulação do capital social total. No caso do Rolls - Royce, o efeito do trabalho não é necessário a nenhum processo de trabalho de outra unidade empresarial, pois não se relaciona ao consumo da classe trabalhadora e sim aos custos de representação do capital (a pessoa do capitalista).

Além desta problemática, cumpre observar que a subordinação dos serviços ao capital, ao menos na maioria dos casos, é meramente formal. Por fim, os serviços que são meios para a obtenção dos fins propostos (segurança, educação, medicina etc.) impõem novos questionamentos, pois:*"Trata-se de serviços cuja atividade não é o fim útil*

colimado, mas apenas um meio para se atingir determinado objeto" (Singer, 1988, 11). O transporte de mercadorias, por exemplo, é imediatamente produtivo, pois cria um serviço que constitui parte de um processo produtivo de outra unidade empresarial - mesmo quando se organiza numa outra empresa (terceirização). É uma fase de um mesmo processo de produção. O transporte de pessoas ligadas à produção depende da finalidade do mesmo e é, em geral, produtivo, pois altera o valor de uso (e de troca) da mercadoria força de trabalho, a qual precisa se deslocar espacialmente da moradia ao local de trabalho, à escola (para agregar ao seu próprio valor de uso conhecimentos técnicos), aos armazens em que se encontram os bens de consumo indispensáveis, ao médico etc.

Serviços e necessidades sociais

Além da mais-valia, o referencial para o conceito de trabalho produtivo é o valor de uso da mercadoria que esse trabalho produz (sua capacidade de satisfação de necessidades humanas), o que diz respeito a qualquer forma histórica de produção. Mas se é clarividente o valor de uso acrescido a um bem material (por exemplo, um pedaço de madeira e metal transformados pelo trabalho num martelo) como designar quais serviços são necessários, ou seja, em face das necessidades humanas "espirituais" e que, portanto, aumentam o capital da sociedade?

Um escritor autônomo, por exemplo, tem seu próprio ritmo de trabalho e é difícil revolucionar a técnica para se aumentar a sua produtividade, logo, é improdutivo pois participa de uma produção não-capitalista de mercadorias. Se sua subordinação ao capital é formal, como a dos

empregados domésticos, músicos, atores etc, ele é produtivo. Se considerarmos um laboratório de redação de livros sob os auspícios de uma editora, ou uma companhia de teatro privada ou uma orquestra sinfônica explorada por um capitalista, os serviços serão *economicamente* produtivos (para o capitalista que os explora), mas ainda assim sobraria a questão de como se pode aferir esta produtividade, já que não há produção de bens materiais (não falamos do suporte material das mercadorias, como os livros impressos que, a rigor, são resultado do trabalho produtivo de outros operários, os gráficos).

O fato de que os serviços educacionais, por exemplo, só possam ser subordinados ao modo de produção capitalista *formalmente* levou Saviani a criticar qualquer distinção entre trabalho produtivo e improdutivo relacionado ao fazer pedagógico. Isto, diz o autor, teria "o efeito prático de dividir os professores", pois colocaria de um lado os das escolas particulares que geram mais-valia e de outro os do ensino público, "improdutivos" . Além disso, tal distinção seria uma "imprecisão teórica":

> "Ora, essas distinções são equivocadas porque o que diferencia, propriamente, o trabalho produtivo do improdutivo é o fato de gerar mais-valia.
> Portanto, o trabalho produtivo, independentemente e gerar ou não riqueza material, independentemente de produzir ou não bens utilitários ou supérfluos, ele é produtivo na medida em que gera mais-valia". (Saviani, 1984, 79).

A distinção de Saviani, ancorada no *Capítulo VI Inédito* de Marx, é correta acerca do trabalho *economicamente* produtivo numa empresa, mas não atenta para o trabalho que acrescenta valor ao produto social. Ou seja, o trabalhador da educação gera mais valia numa empresa

escolar, mas não no Estado. Pois naquele caso, seu salário é pago pelos compradores de aulas e neste caso seu salário é pago com os impostos (parte alíquota da mais valia social). Evidentemente, esta distinção precisa ser revista na atualidade. Em ambos os casos, o trabalhador que estuda valoriza sua força de trabalho, seja na escola privada ou particular. No caso de empresas estatais que produzem bens materiais, a situação é ainda mais evidente. Uma petrolífera do Estado gera sua própria receita, seus lucros, paga seus trabalhadores e os explora, ainda que juridicamente (e só juridicamente) esteja organizada no Estado. Ela é diferente das atividades da administração direta, burocrática. De toda maneira, este é um assunto a ser melhor estudado.

Desse ponto de vista a produção de armamentos é produtiva, mas desenecessária, pois nada acrescenta à apropriação da natureza pelos homens (processo de trabalho) e nem corresponde às necessidades ontológicas dos homens. A simples leitura da seção I do volume II de *O Capital* poderia esclarecer a distinção que já assinalamos aqui, indispensável para também discernirmos o que é *produtivo* para o capital do que é *necessário* para a sociedade (o silêncio sobre esta questão suscita a celeuma, do ponto de vista político, corroborando a fetichização de categorias econômicas e a eternização das necessidades do processo de valorização, porque confundidas com as do processo de trabalho). Se afirmarmos que tudo é necessário na atual forma de sociabilidade capitalista, perdemos de vista *a possibilidade objetiva de uma outra forma de sociabilidade*.

Os serviços se dividem em duas categorias. Há aqueles cujo efeito útil consiste na sua própria execução e que agregam valor a outros produtos (transporte de mercadorias, distribuição etc). Há outros cuja subsunção ao capital é formal

como educação, segurança saúde etc. Alguns poderiam ser considerados inúteis. Vejamos.

Até que ponto um serviço de segurança satisfaz uma necessidade humana ou mesmo funções como marketing, advocacia, propaganda, produção de armas, etc? Trata-se de atividades necessárias na sociedade de classes, mas em si e por si mesmas inúteis, dispêndios improdutivos da riqueza social (cérebros dedicados à pesquisa militar poderiam se dedicar à pesquisa científica ligada à satisfação de necessidades humanas); como diz Marx:

> *"Socialmente considerada, a produtividade do trabalho cresce também com sua economia. Esta inclui não apenas economizar meios de produção, mas evitar todo trabalho inútil. Enquanto o modo de produção capitalista impõe economia em todo negócio individual, seu sistema anárquico de concorrência produz o mais desmesurado desperdício dos meios de produção sociais e das forças de trabalho, ao lado de inúmeras funções agora indispensáveis, mas em si e para si supérfluas"* (Marx, 1983, v. I, T.2, 120).

Mesmo os trabalhadores que produzem os suportes materiais dos bens de uso imateriais (desde que inseparavelmente) como livros de Direto Penal ou fetiches religiosos, para usarmos exemplos de Marx, podem ser socialmente inúteis:

> "O fato é que estes trabalhadores verdadeiramente são produtivos na medida em que aumentam o capital de seu patrão; improdutivos no que concerne ao resultado material do seu trabalho" (Marx, 1987, V. I, 214).

Mas essa distinção é inteiramente arbitrária, afinal por que "fetiches" religiosos seriam superados numa sociedade comunista?

Marx discerne a produtividade quanto à rentabilidade do capitalista e quanto ao resultado ou efeito útil do trabalho. Trabalhadores socialmente dispensáveis podem tornar-se

produtivos ao terem suas atividades reorientadas: a conservação de estoques na esfera da circulação, por exemplo, desde que socialmente planejada para fazer provisões necessárias, pode ser produtiva, desgarrada da intencionalidade especulativa ou da involuntariedade determinada pelas oscilações do mercado, onde atualmente o estoque propriamente dito é função das vendas. (Nagels, 1978, 232). O próprio capital tende a buscar estoque zero com novas formas de contabilidade e controle (como *just in time*).

A partir dessa distinção básica entre necessidades sistêmicas e sociais alusiva ao âmbito do resultado da produção, podemos observar os serviços de educação, relacionados ao conceito de trabalho produtivo. O conceito de excedente potencial de Paul Baran, apesar das insuficiências teóricas para outros fins, parece funcional para esclarecer essa distinção, porque expressa a diferença entre a massa de mais-valia social (excedente econômico) e o excedente efetivo (deduzidos os *faux frais*):

> "O excedente econômico potencial é a diferença entre o produto social que poderia ser obtido (...) e o que se pode considerar como consumo indispensável" (Baran, 1972, 313).

Para transformar o excedente potencial em excedente efetivo a sociedade precisaria reorganizar-se, evitando uma série de gastos improdutivos, segundo Baran. Além disso ele não olvida que certas funções mantidas pelo excedente social (*faux frais*) tornar-se-iam necessárias e até seriam incrementadas numa sociedade planejada racionalmente:

> "Participa também desta característica outro grupo de trabalhadores que se não inclui dentro de nossa definição de trabalho improdutivo. Cientistas, médicos, artistas, professores e pessoas com profissões semelhantes às indicadas vivem do

> excedente econômico, mas exercem uma atividade cuja procura, em uma sociedade racionalmente organizada, longe de desaparecer, seria multiplicada e intensificada de maneira sem precedente". (Baran, 1972, 323)

Vivem mesmo do excedente? Mas educação e saúde não compõem o tempo de trabalho necessário? Não agregam valor à força de trabalho? Aqui Baran comete equívoco formal ao considera tais atividades necessárias, porém mantidas pelo produto-valor excedente, como nota Singer (1981). Por exemplo: no caso de vacinas em operários, é possível computar em diminuição da média de faltas ao ano o quanto uma empresa economiza com a prevenção da gripe de seus funcionários. O trabalho do profissional de saúde neste caso é produtivo e agrega valor à força de trabalho de outros trabalhadores, pois ele custa menos para seu patrão ou em termos marxistas: aumenta a produtividade, pois é encurtado o tempo de descanso resultante das faltas abonadas por médicos.

Marx parece ter previsto que numa "sociedade regulada" (Gramsci) ou planejada, parte do produto excedente permaneceria para satisfazer determinadas necessidades sociais, seja devido ao incremento das exigências humanas, seja por uma necessidade técnica da produção, como os elementos do capital adicional necessário para a continuidade do processo produtivo (obviamente, não mais devido a um tempo de circulação, mas sim de transporte, distribuição e formação de estoques na forma de fundo de consumo e reserva para a produção principalmente na fase de transição socialista; destarte desaparece o estoque propriamente dito, mas esse tipo de argumentação tem mais fundo utópico do que científico, pois ignora a convivência da economia de mercado e do socialismo por

longo período histórico). Os elementos hoje constitutivos do excedente, mas necessários numa sociedade regulada, torna-se-iam parte do produto necessário:

> "Por um lado, porque as condições de vida do trabalhador tornar-se-iam mais ricas e suas exigências vitais maiores. Por outro porque parte do atual mais-trabalho contaria como trabalho necessário, a saber, o trabalho necessário para a criação de um fundo social de reserva e acumulação".(Marx, 1983, v.I, t.2, p.120).

Conclusão

Marx, é verdade, nutria reserva em relação a certos serviços (como educação), desacreditando na possibilidade de sua subordinação real ao capital, ou seja, *"embora possam ser explorados de maneira diretamente capitalista, constituem grandezas insignificantes se os comparamos com a massa de produção capitalista."* (Marx, 1975, 99). Escreveu mais sobre a produtividade do professor apenas do ponto de vista do capital individual (Marx, 1983, v.I, t.2, p.106). Talvez porque muitos serviços ainda na atualidade trocam-se por renda, pois não são organizados de forma capitalista. Professores particulares, cabeleireiros autônomos, *personal trainers* etc. Estes casos lembram muito mais tarefas que são pré-capitalistas. O trabalho realizado sob a rubrica de outros modos de produção não é produtivo nem improdutivo. Na verdade pertence a uma terceira categoria não analisada por Marx (Gough, 1972).

Embora Marx considerasse o trabalho do professor improdutivo quando confrontado com os alunos (estes pagam pelo serviço "aula" e dão em troca renda, ou seja, dinheiro como meio de troca e não como capital), o mesmo trabalho seria produtivo do ponto de vista do capital do dono da

escola. Mais uma vez, essa distinção de Marx não nos ajuda. O que o aluno paga é dinheiro como meio de troca, mas não para o professor e sim para o dono da escola. É ele quem vende a mercadoria "aula" ao aluno. O professor vende sua força de trabalho ao empresário escolar e não ao aluno. Por circunstâncias alheias à vontade do capitalista, o professor e a aula são (ainda) inseparáveis e a relação entre aluno e professor não pode, portanto, ser vista nem como produtiva nem improdutiva, é apenas uma relação humana. Enfim, nem tudo é subsumido ao capital. A aula, numa sociedade não capitalista, pode ter como finalidade apenas o incremento espiritual dos indivíduos, sem nenhum valor econômico. Isso fica evidente com a progressiva desqualificação do trabalhador, a simplificação de tarefas e a baixa qualidade da educação programada pelos governos.

Decerto, se excetuarmos alguns serviços que na verdade são tarefas produtivas que se prolongam na esfera da circulação (transporte de mercadorias, v.gr.) é praticamente imensurável a contribuição da maioria dos serviços para efeito da contabilidade do produto social. Sabemos o quanto (em valores monetários) o transporte de uma mercadoria a encarece. Sabemos que o profissional mais educado realiza tarefas mais difíceis, mas não é isso que faz dele necessariamente mais produtivo, pois a simples introdução de maquinaria mais simplificada que pode ser manipulada por um trabalhador menos qualificado aumenta a produtividade.

Por outro lado, os serviços de medicina preventiva são realmente necessários para trabalhadores qualificados a fim de impedir faltas no trabalho, por exemplo. É o caso de vacinas contra a gripe nos operários, como já foi citado. A

educação é parte do conhecimento necessário para certas tarefas e também integra o valor da mercadoria força de trabalho, ainda que a tendência seja a facilitação de tarefas manuais.

Vimos que Marx parte do resultado mensurável (material) do trabalho ao estabelecer a produtividade do ponto de vista do crescimento global do produto social. Logo, os serviços serão produtivos *do ponto de vista do capital social* à medida em que acrescentam valor de uso a alguma mercadoria, ou seja, quando é fator essencial da reprodução do capital de uma empresa. Quando se trata de um serviço como educação, arte, cultura e assemelhados há imensa dificuldade de se imaginar a contabilização da sua contribuição para o capital social, embora se possa calcular perfeitamente sua contribuição para o capital da empresa que contrata o artista, o escritor ou o professor. De novo voltamos à velha contradição inerente a certos serviços. Eles são produtivos para as empresas sob as quais se realizam, mas sua contribuição ao produto do capital combinado de toda a sociedade não pode ser mensurada.

Talvez fosse melhor imaginar sua contribuição para a elevação do espírito humano e não para a economia capitalista.

Bibliografia

BARAN,P. "O Conceito De Excedente Econômico", In HOROWITZ,D.(Org.*) A Economia Moderna E O Marxismo.* Rio: Zahar, 1972.

GOUGH, Ian. Marx's theory of productive and unproductive labour. New Left Review, 1/76, novembro – dezembro de 1972.

KOWARICK,L "Trabalho Produtivo E Improdutivo: Comentários Sob O Ângulo Da Acumulação E Da Política", In VILLALOBOS,A. Et.Al.

Classes Sociais E Trabalho Produtivo. Rio: Paz E Terra/ S. Paulo: Cedec, 1978.

LIPIETZ, A. *O Capital e Seu Espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.

MARX, K. *Capítulo Inédito D'o Capital*. Porto: Escorpião, 1975.

MARX,K. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

NAGELS, J.*Trabalho Coletivo E Trabalho Produtivo*. Lisboa: Prelo, 1975.

SAVIANI, D. *Pedagogia Histórico-Crítica - Primeiras Aproximações*. São Paulo: Cortez /Autores Associados, 1991.

SAVIANI,D. *Ensino Público E Algumas Falas Sobre A Universidade*. São Paulo: Cortez /Autores Associados, 1984.

SINGER,P. "Trabalho Produtivo E Excedente", In *Revista De Economia Política,* V.I, Número 1. São Paulo, Jan./Mar. De 1981.

SINGER,P.Et.Al. *Prevenir E Curar*. Rio: Forense, 1988.

SMITH,A. "A Acumulação De Capital Ou O Trabalho Produtivo E Improdutivo", In *A Riqueza Das Nações.*3ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

Resenha: FIGUEIREDO, José Ricardo. Modos de ver a produção no Brasil. São Paulo: EDUC, 2004.

Modos de ver a produção do Brasil, de José Ricardo Figueiredo, mostra ao longo de suas mais de 600 páginas um panorama abrangente da historiografia feita sobre o país, desde quando América Portuguesa, até a época contemporânea.

Apesar de Figueiredo não atuar na área da História, ou ainda das Ciências Sociais, buscou apresentar a produção historiográfica sobre o país, desde o século XVI até o século XX, indo além da simples consolidação de textos para também compará-los à luz do conceito de modo de produção, ou seja, de que somente através do conhecimento de como uma sociedade organiza a sua produção que se pode estudar sua vida social e política, o que evidência influência claramente marxista do trabalho realizado.

Ao dividir a obra em cinco partes, procurou atingir sua proposta inicial de apresentar "*esboços de algumas das mais importantes contribuições para essa reconstrução teórica do modo de produção histórica do Brasil*". Assim, inicialmente, destaca 17 autores já considerados clássicos da historiografia nacional e, como tal, de leitura obrigatória segundo o autor. Nomes como Antonil, Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Celso Furtado, entre outros são apresentados e suas obras analisadas em busca da forma como cada um via o modo de produção no Brasil.

Passa em seguida a uma síntese da visão marxista sobre o que seria o conceito de modo de produção, selecionando idéias de Marx, Engels e Lênin, e destacando uma série de autores brasileiros seguidores de tais idéias. Entre outros, destacam-se Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré.

Por fim, nas duas últimas partes, traz a discussão sobre se teria havido ou não feudalismo no Brasil, com os argumentos de autores a favor e contra tal existência, como Caio Prado Júnior, Florestan

Fernandes e Jacob Gorender, para finalizar com as conseqüências que tal polêmica teria trazido para a historiografia nacional, destacando o pensamento de alguns autores da década de 1990 como Leonilde Medeiros, Evaristo de Moraes Filho e Ângelo José da Silva.

Graças ao trabalho minucioso de montagem deste "mosaico", fica evidente como se deu a mudança através dos diferentes períodos da história, da visão sobre o quê, por quem, para quê e como a produção brasileira estava organizada. Um exemplo claro está nas diferentes opiniões emitidas pelos autores clássicos apresentados na primeira parte, sobre a utilização da mão-de-obra escrava negra e indígena e o papel da igreja em relação à escravidão desses povos. Assim, Figueiredo apresenta como cada autor abordou tais questões, permitindo observar as diferentes correntes de pensamento, bem como, o contexto da época em que cada uma dessas opiniões foi dada.

A polêmica sobre a existência de um sistema feudal, ou equivalente, no Brasil, mereceu a introdução de um capítulo específico em que Figueiredo descreve a argumentação envolvida, e de forma didática, apresenta os autores envolvidos no assunto, para somente depois destacar os autores e obras que considera como representantes principais das diferentes correntes dessa discussão. Uma apresentação que retoma no capítulo final, como forma de encerramento da obra e de justificativa para a importância de estudo da história através da compreensão e análise de como estava organizado o modo de produção do Brasil.

A apresentação das idéias de cada autor é precedida por uma breve biografia e características específicas da produção da obra específica a ser analisada. Em seguida e, utilizando sempre o material dos próprios autores – através do uso de citações retiradas da obra escolhida para análise – Figueiredo deixa clara sua opinião pessoal, seja através de elogios, seja fazendo críticas ácidas, como no caso de autores como Varnhagen, Vianna e Simonsen, por exemplo.

No entanto, apesar de Figueiredo sempre anteceder a crítica por uma citação que sirva de base e ilustre a sua opinião emitida, esqueceu-se porém de considerar o ambiente intelectual e o contexto cultural e político em que o autor viveu, e a que objetivo tal obra visava atingir na época em que foi produzida.

Além disso, o autor se permite comparar idéias de autores de épocas distintas, o que se por um lado enriquece bastante o panorama apresentado, por outro permite incorrer em julgamentos errôneos já que para cada período e local, tinha-se um conjunto de teorias, métodos e, principalmente, objetivos diferentes ao se analisar a história da produção econômica no território que hoje se conhece como Brasil, isso para não mencionar as ideologias que serviam de norte a todas essas obras.

Porém, a obra de José Ricardo Figueiredo permite-nos ir além do estudo sobre como se via o modo de produção, na medida em que abre a porta ao estudo da própria historiografia nacional, já que aponta para as mudanças observáveis entre cada obra estudada e que servem como terreno para pesquisar também como se deu a produção historiográfica no Brasil ao longo dos últimos quatro séculos, pelo estudo dos principais autores consagrados que escreveram sobre o tema, e que foram apresentados nesta obra de forma tão rica e detalhada, compondo um mapa para quem queira se aprofundar no assunto.

Maria de Fátima Previdelli
Bacharel em Economia (FICS) e Bacharelanda em História(USP)

Resenha: PIRES, Marcos Cordeiro. Brasil e China na Globalização. São Paulo: LCTE, 2008.

O texto coloca a diferença de inserção do Brasil e da China no contexto neoliberal principalmente no período de 1980 a 2006, onde o primeiro cresceu cerca de 2,5% (Produto interno) e o segunda 10% (Produto interno). No Brasil, além da crise da dívida externa e crise fiscal foram adotadas as políticas neoliberais, que consistiam na liberalização do mercado, privatização de empresas, resultando em estagnação, nesse contexto o Brasil seguia o "Consenso de Washington". Na China foi implementado um acelerado e moderno crescimento, mecanismos de mercado, tais como o investimento externo, também uma estratégia de liberalização, esses sob o controle do Estado, o modelo chamado de "Consenso de Pequim", o mesmo também foi analisado por Joshua C Ramo, ex diretor da revista Times, que antes encontrou estruturas políticos sociais importantes por de trás de uma estratégia de desenvolvimento econômico.

Devido à recessão dos anos 70 foram aplicadas medidas neoliberais com o objetivo de recriar nos antigos países socialistas o capitalismo, essas medidas foram estendidas ao mundo inteiro provocando abertura de mercado, o acesso de empresas multinacionais que adquiriram vantagens como; cambio desvalorizado, salários, energia e matéria-prima mais barata, taxa de juros mais baixa e pequena regulamentação ambiental. O neoliberalismo se estabeleceu igualmente para Brasil e China, no entanto eles se posicionaram de maneira diferente conforme a elite dominante em cada país. As medidas tomadas pelo governo chinês passam por ações econômicas descentralizadas, retenção de grandes empresas estatais e privatização das pequenas, investimentos prioritários em educação, absorção de tecnologia, desenvolvimento tecnológico, câmbio desvalorizado medidas que se afastam do "Consenso de Washington". Abaixo é descrita a relação dos consensos.

> No entanto antes de se contraporem, é preciso reafirmar que ambos os consensos fazem parte de um mesmo processo, cada um alimentando o outro. É o"custo China" que força para baixo os custos produtivos em escala mundial. É a estrutura produtiva chinesa que leva a ruína estratégias de sindicato de trabalhadores de defender empregos e salários em cada nação. Além disso, as exportações chinesas, cuja taxa de expansão tem se situado acima de 20% [...] têm permitido uma redução da inflação mundial ao baratear os bens de consumo [...] grande superávit chinês [...]e a elevação de suas reservas de divisas estrangeiras têm feito do país um sustentáculo da estabilidade monetária dos Estados Unidos. (Pires, 2008, p 13).

No final da Segunda Guerra Mundial a 1973 a economia capitalista cresceu muita era a chamada "Era do Ouro". Os países industriais usufruíram de benesses sociais, o consumo popular, o avanço tecnológico e a duração programada dos produtos faziam girar a economia, enquanto isso apenas alguns países da América Latina e Extremo Oriente se desenvolveram, os países da África, sudoeste asiático e subcontinente indiano estavam em revoluções de independência. Nos anos 70 devido à crise de energia e as contrações do mercado a concorrência aumentou e os lucros baixaram. Os custos sociais para manter estáveis as lutas de classe estavam muito altos.

Devido à pequena duração dos ciclos de crescimento econômicos, os economistas liberais achavam que a economia deveria ser mais flexível, para estabilizar mais facilmente. Os custos sociais deveriam ser mais baixos, houve a mudança do fordismo para o just-in-time, foi adotado na gestão o modelo estoque zero criado pelos japoneses. O novo mercado segmentado substituiu o mercado massificado. O desenvolvimento da eletrônica e telecomunicações reduziu custos, o deslocamento de atividades industriais para países periféricos em busca de vantagens relativas a fatores produtivos tais como; salários mais baixos, impostos mais baratos, câmbio desvalorizado.

As operações financeiras se tornaram mais especulativas tais como; taxa de juros, câmbio e commodities, ocorreram também o

crescimento das dividas públicas de diversos países, causada em parte pela queda da poupança interna, e por outro lado o mercado estabelecia as taxas de juros subjugando os governos. Em suma os novos mercados são abertos à força pelos governos dos países industriais principalmente nos países da América Latina. Os países industriais alegavam que a interação dos comércios deslocaria a riqueza excedente de pólo a pólo, desde que houvesse um alinhamento das políticas macroeconômicas havendo uma equalização entre países ricos e pobres.

As diretrizes do "Consenso de Washington" foram aplicadas nos paises da América Latina, através de políticas liberais com o objetivo de superar a crise econômica dos anos 80. Visando superar a crise da dívida externa a intervenção nos países da América Latina ocorreu em duas fases. A primeira foi a organização das políticas de estabilização econômica sob a tutela do FMI e a segunda uma reforma estrutural também coordenada pelo Banco Mundial.

A primeira pretendia atacar o déficit público, desequilíbrio na balança de pagamentos, promovendo desvalorizações cambiais, liberação de preços, desindexação dos salários (baixas nos salários, não repassando a inflação), controle da oferta da moeda, corte de gastos públicos para possibilitar pagamentos de juros da dívida, redução do investimento público.

A segunda queria promover a adequação da economia do país ao mercado internacional através da abertura da mesma. Estimulando o"aumento da competitividade" dos produtores locais, privatizações de empresas públicas, redução da dívida pública (para aumentar o investimento no privado). Também reforma fiscal (diminuir déficit público), extinção dos bancos públicos, atração de investimentos externos, promoção de programas assistencialistas para melhor lidar com os problemas sociais mais urgentes, implantação de "governos democráticos". Esta política retirou totalmente o poder do governo em potencializar a capacidade produtiva do país, o mercado resolveria mais "agilmente" tudo.

Tanto Fernando Collor, como Fernando Henrique estavam comprometidos com a abertura da economia brasileira ao capital internacional. Foi nesses governos que o Brasil experimentou uma política industrial inspirada no "Consenso de Washington", o objetivo da nova política era modernizar a indústria a fim de fazer circular com maior eficiência os bens e serviços. Medidas que aumentavam a competitividade, diminuíam a proteção tarifária e reestruturavam a indústria, tanto em termos de tecnologia como em apoio, fornecendo crédito as mesmas, foram tomadas. O BNDES foi usado para financiar as empresas que fossem mais competitivas e apresentassem mais lucro além de gerenciar o PND (programa nacional de desestatização). Este programa causou desemprego na classe trabalhadora e também nas áreas administrativas. A abertura do mercado interno provocou a falência de várias empresas nacionais que não puderam competir em "pé de igualdade" com o capital internacional apoiado pela política industrial. A política cambial levou a uma valorização do Real, transmitindo uma sensação de poder de compra temporário a classe média, sendo utilizado mais tarde como plataforma para reeleição de FHC. A apreciação cambial também favoreceu empresas multinacionais a adquirirem empresas locais com queda de rentabilidade. Além da abertura de mercado FHC também promoveu a abertura financeira, seja por tratar os bancos estrangeiros da mesma maneira que os locais sejam incentivando bancos internacionais a comprarem os bancos locais. Também emitiu papéis a juros pré-fixados oferecendo aos especuladores internacionais. Todas essas medidas causaram e pioraram problemas que prometiam resolver como a miséria e desemprego. Houve crises na balança de pagamento, o PIB dos países pobres diminuiu, as dívidas externa e interna aumentaram enormemente, instabilidade econômica e crise social se expandiram, em suma todos os países que seguiram a cartilha neoliberal sofreram conseqüências desastrosas.

De 1978 a 2002 a China cresceu 10% a. a, seu desempenho se deve em parte a sua modernização, a abertura econômica e o controle político dos mecanismos de mercado pelo Partido Comunista Chinês. Por outro lado a China como local que oferecia vantagens produtivas em relação a outros lugares do mundo e a criação de um poderoso parque industrial.

Já no governo maoísta aconteceram reformas econômicas. Em 1976 os líderes chineses começaram a investir no aumento da produtividade, domínio da tecnologia e garantia da segurança nacional e também bem estar material da população. Em 1978, Deng Xiaoping iniciou o programa de reformas econômicas com o slogan a "modernidade socialista". De 1978 a outubro de 1984, a prioridade foi a reestruturação das propriedades do campo transformando as antigas comunas (produção controlada pelo Estado) por um sistema misto (uma parte vendida para o Estado a preços preestabelecidos e outra parte poderia ser livremente negociada), foram criadas as primeiras zonas de livre comércio (que a principio eram apenas plataformas de exportação que usavam mão de obra barata). De outubro de 1984 a setembro de 1988, a implantação de um sistema misto (planejamento central em conjunto com o mercado), inicio da liberalização dos preços, a descentralização do comércio exterior, aumento da autonomia das empresas. De setembro de 1988 a dezembro de 1991, houve problemas nos métodos de controle da liberalização da economia, falta de regulação da economia de mercado, problemas de trafego de influência e corrupção. O governo então desacelerou as reformas e adotou uma política mais dura, e legitimava seu poder através do progresso econômico e melhoria das condições de vida da população. De janeiro de 1992 a 2002, novas reformas com um novo slogan "economia socialista de mercado", liberação dos preços, formação de preços por mecanismos de mercado, novos formas de propriedade reafirmando o papel principal do poder público reter as empresas estratégicas. Algumas empresas foram transferidas ao controle privado, outras transformadas em

sociedades por ações (controladas pelo Estado e administrada de maneira autônoma por gerentes).

O autor nos coloca que o modelo chinês está muito próximo do Keynesiano, nos convida a fazer uma reflexão em relação ao modelo chinês. Poderia esse ser aplicado no Brasil? Guardando as diferenças culturais como o excesso de disciplina que não é uma característica de nossa cultura, o controle demasiado de certas individualidades. O modelo econômico poderia ser aplicado, mas para isso acontecer as elites internas e externas teriam que ser vigorosamente enfrentadas, mas se pensarmos na questão econômica, foi no governo Vargas que o Estado se fez mais presente na economia e com taxas de crescimento econômico bem maiores..Os mecanismos de mercado sob o controle do governo e as "políticas públicas e o consenso social" (Joshua C.Ramo) e políticas relativas a educação, seriam muito úteis no caso brasileiro, por que é de senso comum que falta investimentos em educação e saúde. O investimento na estrutura e capacidade produtiva seria importante, uma espécie de PAC potencializado. O fortalecimento da empresa pública como instituição de financiamento da produção, estímulos a empresas que produzissem para o mercado interno, além das exportações. A produção entre os empresários brasileiros de uma cultura de valorização do trabalhador para que ele se torne um consumidor de bom poder aquisitivo tornando a nossa dependência do mercado externo menor e o país menos suscetível a crises. Finalmente a rejeição (no caso ideal), ou a diminuição (no caso possível) das políticas neoliberais que foram e são tão danosas pra o Brasil.

Nei Antônio Camini
Bacharelando em Ciências Sociais
UFRGS

Normas de Publicação:

A REPHE publica textos inéditos referentes às áreas de História Econômica e Economia Política. Os textos podem ser:

- Artigos: mínimo de dez páginas em times new roman tamanho 12, em espaço 1,5.
- Resenhas: entre duas a sete páginas em times new roman tamanho12, em espaço 1,5.
- Entrevistas: entre duas a sete páginas em times new roman tamanho 12, em espaço 1,5.

Os textos devem ser enviados ao e-mail rephe01@hotmail.com .
Juntamente com o texto, devem ser enviados um resumo de dez linhas (no caso dos artigos), uma versão em inglês do resumo, e um breve registro da qualificação acadêmica e profissional do(s) autor(es).
As normas de citações, referências, gráficos e tabelas seguem os padrões da norma técnica da ABNT.
Os conceitos emitidos nos textos publicados pela revista são de responsabilidade de seus autores.

PRÓXIMA CHAMADA DE TEXTOS: 10 de maio de 2009
© NEPHE 2008

© NEPHE 2008
http://rephe01.googlepages.com
e-mail: rephe01@hotmail.com